COLEÇÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE GUSTAVO BARROSO •

6

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

GUSTAVO BARROSO

GUSTAVO BARROSO

HISTÓRIA SECRETA DO BRASIL

VOLUME 6

1º REEDIÇÃO

1993

Conferindo e Divulgando a História

Caixa Postal 10466
90001 — Porto Alegre-RS

ÍNDICE
Volume 6

Capítulo I

O BODE PRETO NOS CAMPOS DE BATALHA

"A guerra do Paraguai foi o último ato da grande epopéia bandeirante que constituiu a Pátria Brasileira (1)." Depois dela, as fronteiras firmaram-se definitivamente e, misturando o sangue de seus filhos nos campos de batalha, as províncias brasileiras se fundiram na coesão imperial.

A guerra desencadeou-se por atos imprevistos do Paraguai: aprisionamento do paquete "Marquês de Olinda", invasão de Mato Grosso e Corrientes, avanço para o Rio Grande e o Uruguai. Nas direções seguidas pelos exércitos paraguaios se sentem os rumos da sua desmarcada ambição, revelada pela defesa de Charles Expilly: a NOVA FORMA POLÍTICA englobando Paraguai, Uruguai, Rio Grande do Sul, Corrientes, Entre Rios e Mato Grosso, confederados sob a chefia de López, enfraquecendo o Império e a Argentina, ligando as regiões geograficamente cercadas ao mar livre, de acordo com os supremos interesses do judaísmo internacional.

A ofensiva paraguaia lançou sobre Mato Grosso indefeso duas colunas, ocupando a região meridional. O Império levou a guerra ao coração do Paraguai e pelo sul, de modo que, só depois de feridos de morte em Humaitá, os invasores evacuaram a província saqueada e ensangüentada. No ano de 1867, tentaram-se duas expedições libertadoras sem resultados práticos: uma fluvial, que recuou diante da varíola; outra terrestre, que alcançou o território inimigo e retirou diante da fome e do cólera morbus, escrevendo a "memorável anabase da Laguna".

Enquanto os imperiais se concentravam em Concórdia, no princípio de 1865, os paraguaios ocupavam Corrientes e atiravam as investidas de Duarte e Estigarribia sobre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental. Esta teria o apoio dos **blancos** rebelados; aquela, o dos escravos negros em revolta. Mas Duarte foi esmagado em Jataí,

Estigarribia, encurralado em Uruguaiana, rendeu-se e a Esquadra Imperial aniquilou a paraguaia na batalha naval do Riachuelo.

Detida a ofensiva paraguaia, os Aliados passaram à contra-ofensiva. A vitória seria questão de tempo. Então surgiram as campanhas difamatórias do Brasil, seguidas de várias tentativas de mediação. Maçonaria e judaísmo sentem necessidade de salvar o ditador paraguio, sua criatura, engajado a fundo na guerra infeliz.

Reunidas as "duas massas do Exército Aliado, a de Uruguaiana e a de Concórdia, Mitre vai expulsar os invasores de Corrientes... A 25 de outubro de 1865, a junção dos dois exércitos está praticamente realizada nas margens do arroio Cuenca. São 22 mil brasileiros, 11 mil argentinos e 4 mil uruguaios, ao todo 37 mil homens das três armas (2)". Os paraguaios retiram.

A contra-ofensiva implica na invasão do território inimigo, que se faz pelo Passo da Pátria, após a tomada do forte do Itapiru. O general Osório é o primeiro a pôr o pé no Paraguai. Os Aliados avançam até Tuiuti, onde López os ataca a 24 de maio de 1866, de surpresa, com suas melhores tropas, sendo estrondosamente derrotado. "Vitória paralítica", chamou-lhe alguém, porque os invasores empacam diante das linhas entrincheiradas que defendem um terreno inteiramente desconhecido. Não há um mapa do Paraguai. O rio está fechado pelas baterias de Humaitá; a terra misteriosa está cortada de pântanos e de fortificações. Começa a guerra de posição que se prolonga indefinidamente.

Verificada a impossibilidade de romper passagem pela Bocaina, no centro, busca-se fazê-lo pelo flanco direito do inimigo apoiado no rio Paraguai, onde se contaria com a colaboração da esquadra. Osório, doente, retirara-se do comando dos imperiais e fôra substituído por Polidoro, visconde de Santa Teresa. O conde de Porto Alegre trouxera do Rio Grande do Sul um 2º corpo de exército e se encarregara da operação. Apoderou-se do forte do Curuzu, num assalto rápido, preparando-se para atacar Curupaiti, o que não fez imediatamente, porque Mitre, interessado no prolongamento da guerra, que enriquecia a Argentina e podia enfraquecer o Império, lhe negou reforços.

López sentiu a gravidade da situação e parlamentou, propondo aos generais da Aliança a famosa entrevista de Iataiti-Corá. Sua intenção era ganhar tempo, a fim de poder fortificar melhor Curupaiti. Flores opôs-se à entrevista. Polidoro negou-se a comparecer. Mitre foi em companhia do primeiro, que logo o deixou sozinho. A conversa entre Mitre, "hombre vanidoso y mediocre", como escreve Blanco-Fombona, e López, "hombre fuerte por el ánimo y el brazo", durou

cinco horas! O tirano tentou o outro com uma paz em separado: — "Si me deja solo con los brasileros es para mi comida digerida", disse. Não conseguindo isso, fez uma proposta de paz que os governos aliados arquivaram. Mitre declarou-lhe só poder tratar na base de sua retirada do país, condição **sine qua non**. É tudo o que se conhece do demorado encontro sem testemunhas (3).

Sabe se, entretanto, que D. Bartolomeu Mitre era maçon de alto grau e que D. Francisco Solano López também o era. Nessas ocasiões, os irmãos da Acácia, mau grado rivalidades, inimizades ou guerras, se dão a conhecer pelos sinais simbólicos e se ajudam. Vimos que Polidoro, inflexível na sua disciplina e na sua brasilidade, recusara terminantemente tratar com o déspota. Dominado pela ascendência de Mitre, Flores, no entanto, se opôs, somente cedendo de mau humor. Mitre foi o único dos três que se aprouve CINCO HORAS SEGUIDAS na companhia do inimigo, fumando charutos, bebendo vinho do Porto e conversando...

A suspensão de hostilidades permitiu a López reformar as linhas fortificadas de Curupaiti. Thompson, seu engenheiro militar, conta qual o afã noite e dia na escavação das novas trincheiras. Colocaram-se mais canhões e reforçou-se a guarnição. Porto Alegre temia essa demora e insistia pelo ataque imediato. A entrevista realizara-se a 12 de setembro de 1866. Só a 22 Mitre assumiu o comando do 2º corpo argentino e do 2º brasileiro, levando-os ao projetado assalto, ante cujas insuperáveis dificuldades, após mil prodígios de bravura, o general chefe se viu obrigado a retirar. "O revés inesperado dos Aliados diante daquelas trincheiras formidáveis encheu de alegria os paraguaios e abalou o moral dos invasores. Os generais brasileiros atribuíram a maior culpa dos desastres e com certa razão ao general Mitre (4)."

O desastre de Curupaiti abalou a opinião pública no Brasil e no Prata. Tamandaré e Porto Alegre travaram-se de razões com Mitre. Polêmica azeda. O segundo tratou-o com "sua proverbial altivez", como escreve O'Leary. O primeiro deu asas à sua indignação (5). Fizeram as mais graves acusações ao chefe argentino.

Essas divergências vinham de longe, da rendição de Uruguaiana, onde a pretensão de Mitre, querendo o comando chefe, fôra por ambos altivamente repelida (6). As prevenções se avolumaram quando Porto Alegre, trazendo do Rio Grande do Sul o 2º corpo, que organizara, se recusou a obedecer às ordens de Mitre que mandava invadir o Paraguai pelo rio Paraná (7).

O revés estabilizou a guerra de posição até meados de 1867. A inação trouxe o desânimo. O cólera morbus devastou as tropas. Mitre retirou-se do teatro da guerra para atender à rebelião das províncias na sua retaguarda. A política chamou Flores a Montevidéu, onde foi assassinado. Nada disso abateu o moral do Império, decidido a levar a campanha até o fim, a extirpar do continente o déspota mancomunado com as forças secretas internacionais. Assumiu o comando dos brasileiros o marquês de Caxias, general invencível, espada unificadora e pacificadora.

Brigadeiro João Manuel Mena Barreto. Esta fotografia foi tirada de uma tela representando o general João Manuel Mena Barreto, quando, gravemente ferido na batalha de Peribebui em 11 de agosto de 1869, morreu heroicamente à testa da coluna que comandava.

Com Caxias começa a guerra de movimento. Organização. Disciplina. Seriedade. Depois, a marcha de flanco pela ala contrária a Curupaiti, contornando as posições do inimigo até Tuiú Cué, apoderando-se do Estabelecimento e do Taií à beira do rio Paraguai. O Exército acha-se além de Humaitá e a Esquadra, com seu abastecimento garantido por ele, força a passa-

gem terrível. A ausência definitiva de Mitre unifica o comando aliado, em terra e nas águas, nas mãos do velho estratego. López vê-se forçado a abandonar Humaitá e a fugir pelo Chaco fronteiro, indo acampar em São Fernando, defendido pela linha fortificada do Piquisiri. Os imperiais ocupam Humaitá e, junto com os argentinos, o Chaco.

O Bispo D. Vital

A situação interna da República é difícil. EL SUPREMO, angustiado, vê conspirações por todos os lados. Em cada pessoa suspeita um traidor. Até nos mais íntimos. Na própria família. A própria mãe! Desconfia de tudo. Nos delírios da crueldade e da embriaguês a que se entrega freqüentemente, manda torturar e fuzilar a melhor gente de Assunção. Em 1867, fôra preso no Rio de Janeiro o major prussiano Von Versen, contratado para servir nas hostes do tirano. Influências ocultas conseguiram sua liberdade. O major alcançou Corrientes e de lá conseguiu corresponder-se com López. Finalmente, através do bloqueio chegou ao acampamento de Passo Pocú. López pensou que talvez fosse um assassino enviado pelos Aliados ou um espião de Mitre, apesar dos papéis em regra. Quem sabe não haviam substituído o indivíduo? Mandou vigiá-lo de perto e, depois, prendeu-o

como conspirador, quando a sua polícia afirmou ter descoberto uma conjura para derrubá-lo. Os brasileiros libertaram Von Versen ao tomarem Lomas Valentinas (8).

A falada conspiração de Assunção custou muito sangue! A narração das atrocidades cometidas enche de horror. São páginas dos Sovietes, da Tcheka, da Guepeú. Basta lê-las em Thompson, Mastermann, Von Versen, Washburn e outras testemunhas, para os cabelos se arrepiarem. Enquanto isso, confiscavam-se o dinheiro, as jóias e alfaias das vítimas, logo remetidas para o estrangeiro nas canhoneiras inglesas, norte-americanas, italianas e francesas, que não deixavam o ancoradouro de Angostura, em relação constante com o tirano, como afirmam inúmeras testemunhas de vista. As caixas contendo jóias e dobrões arrecadados infamemente, que ali se embarcavam, eram tão pesadas que eram precisos seis ou oito homens para carregar cada uma, assegura Thompson, um dos comandantes das fortificações de Angostura e seu construtor. O saque do Paraguai durou todo o período da guerra. Ainda na campanha das Cordilheiras, o general Vitorino, barão de São Borja, apanhou caixas e mais caixas de objetos de ouro e prata nas bagagens da família do ditador. O conteúdo de uma delas se acha exposto no Museu Histórico: anéis, rosários, cruzes, medalhas, broches, alfinetes, pulseiras e outras obras de ouro, — jóias de gente pobre; moedas, fivelas, ornatos de arreios, estribos, cabeçotes de sela, esporas e argolas de prata; resplandores de santos, imagens ricas, coroas de Nossas Senhoras, vasos de igreja, armas preciosas, gemas desencastoadas.

Desconfiava-se da maçonaria na tal conspirata contra Lopez, conta Mastermann. A coisa tramara-se numa loja que funcionava em casa do mestre-escola italiano Tupo, onde se exploravam os noviços nas iniciações (9). Pelos depoimentos que nos chegaram, parece que o papel da maçonaria foi antes de agente provocador para denunciar os descontentes, entregando-os aos algozes e impedindo o enfraquecimento de López por uma sublevação às suas costas.

Caxias mandou estivar o tremedal do Chaco, fez o Exército Brasileiro atravessar o rio, deixou os argentinos aferrados ao Piquisiri e, depois de marchar pelo pântano estivado, desembarcou nas proximidades de Villeta. Estava na retaguarda de López. Destruiu as resistências de Serrano em Itororó e de Caballero em Avaí. A 21 de dezembro de 1868, começou o ataque das posições lopistas das Lomas Valentinas, cercando as mesetas onde os paraguaios se haviam entrincheirado e mandando a divisão de cavalaria de Andrade

Neves ocupar e bater o potreiro Marmoré, que ficava por trás e pelo qual o déspota acuado poderia escapulir.

Enquanto Mena Barreto se apoderava da linha do Piquisiri, nossas tropas tomavam em dias seguidos de renhida luta as lomas fortificadas, vencendo com o "remédio infalível da baioneta" a tenaz resistência inimiga. No dia 27, o assalto ao derradeiro reduto, Ita Ivaté, onde se encontrava López. Caxias precisava mais tropas frescas, porque muito sacrificadas estavam as que combatiam desde o princípio da batalha. Com este pretexto, mandou buscar os argentinos e retirar **inexplicavelmente** a cavalaria de Andrade Neves do potreiro, deixando ali somente a brigada de Vasco Alves. "O inimigo viu-se completamente envolvido num círculo de ferro e abandonado pelo tirano caprichoso e covarde, que, sacrificando o último punhado de homens que lhe restava de seu exército, fugiu vergonhosamente, assim que a vigia, que tinha junto a si, lhe indicou que o nosso Exército avançava e que as cavalarias carregavam pela esquerda e pela retaguarda (10)."

Apanharam-se as bagagens de López, o arquivo, os próprios uniformes de grande gala, tão precipitada foi a fuga. Os soldados imperiais comeram o almoço preparado para EL SUPREMO. Mas ele evadiu-se pelo potreiro em fora, à disparada, seguido de uns cem homens. Elisa Lynch e os filhos escaparam à toda em carretas, guardados pelas imunidades diplomáticas do ministro Mac Mahon em qualquer eventualidade. O diplomata norte-americano conservou-se até o derradeiro momento no quartel general paraguaio (11). Entre os papéis do ditador estava seu testamento e o testamenteiro nomeado era o citado Mac Mahon! Lopez foi parar em Cerro Leon, onde preparou a continuação da guerra.

A fuga de López encheu do maior espanto toda a gente da campanha e fora dela. Era pouco admissível sem cumplicidade dos Aliados, nas condições em que se travara o combate. Os clavineiros de Vasco Alves trocaram tiros com os fugitivos sem pensar que López estivesse no meio deles. Toda a gente, na época, admitiu uma interferência qualquer que favoreceu a escápula. O próprio Thompson indaga se não haveria uma INTELIGÊNCIA SECRETA entre López e Caxias (12). O general visconde de Maracaju, veterano da campanha, testemunha: "Correram os mais disparatados juízos sobre tal fuga, mormente por não se ter mandado em seguida uma força de cavalaria perseguir e aprisionar López." Acrescenta que era crença geral não poder escapar e que, não tendo Caxias o perseguido, fez crer, **como**

correu, que havia promessa do ministro norte-americano, general Mac Mahon, do ditador retirar-se do Paraguai (13).

Nos acampamentos e fora deles, a fuga de López ficou sendo "uma interrogação no ar". A voz geral afirmava que o Bode Preto também fazia das suas nos campos de batalha. Muitos jornais da época fizeram-se eco dessa acusação. "A maçonaria, alguém garantiu, não andou alheia ao negócio... (14)" Na verdade, o ministro Mac Mahon era maçon; Francisco Solano López era maçon; o duque de Caxias era maçon, embora católico praticante, ouvindo missa no seu altar de campanha e comungando seguidamente; o brigadeiro Vasco Alves, futuro barão de Sant'Ana do Livramento, que guardava o potreiro, era maçon (15). E ainda nas vésperas do ataque decisivo de Ita Ivaté o diplomata ianque trocara ofícios com o general chefe dos Exércitos Aliados.

É dificílimo elucidar o mistério. Dá que pensar, todavia, aquela segurança com que Caxias deu a guerra por acabada, virou as costas aos destroços do Exército Paraguaio e foi ocupar Assunção sem mandar a menor força no encalço do fugitivo, ao menos para observá-lo. Sentindo-se doente, Caxias retirou-se às pressas para o Rio de Janeiro. Essa atitude foi veementemente combatida e condenada pelo "inflexível" Zacarias de Góis e Vasconcelos, que demonstrou ainda haver muito o que fazer para aniquilar López (16). Tem-se a impressão de ter o general Mac Mahon apelado para Caxias, garantindo o expatriamento do tirano. O general cedera ao pedido do Filho da Viúva em apuros, convencendo-se de estar finda a guerra. Daí o boato corrente de que López buscava refúgio na Bolívia. Mas as promessas de Bode Preto eram mentirosas. EL SUPREMO, livre da entaladela, continuou a guerra de recursos nas Cordilheiras, acossado pelas colunas do conde d'Eu, substituto de Caxias no comando chefe. O tirano perdeu Peribebuí, viu sua retaguarda esmagada em Campo Grande e acabou morrendo como um lobo caçado à margem do Aquidaban. Mais de um ano de sofrimento, luta e sangue custou ao Brasil a fuga arranjada pela maçonaria. Maldita a instituição que põe acima da pátria o dever de solidariedade entre os irmãos da Acácia!

Em muitas guerras, sobretudo nas européias da Revolução e da Epopéia napoleônica, abundantíssimos são os fatos semelhantes à fuga de López, em que a maçonaria desempenhou papel relevante, evitando ataques, soltando prisioneiros, libertando corpos de tropas cercados, mesmo sujeitando um exército à derrota, como fez o duque de Brunswick, grão-mestre das lojas prussianas, em Valmy (17).

Finda a campanha, durante algum tempo, o Paraguai ficou ocupado militarmente. Os jornais maçonizados clamavam que o Imperador pretendia fazer de seu genro VICE-REI daquele país. Na verdade, o VICE-REI — e assim lhe chamaram em outro tom — foi o visconde do Rio Branco, grão-mestre da maçonaria brasileira, já mandado ao Uruguai, anteriormente, escolhido para organizar a nação vencida, onde se digladiavam as influências argentina e imperial, liqüidando politicamente a guerra. O Governo Provisório da República, composto pelos srs. Cirilo Rivarola, Carlos Loizaga e José Díaz de Bedoya, declarou Solano López **assassino da pátria, fora da lei**. Rio Branco, constituindo esse governo, entre outras coisas impediu que alcançasse a presidência o general Gelly y Obes, pessoa de Mitre, que se declarava paraguaio de nascimento... (18). O Governo Provisório resolveu com o Brasil as questões pendentes de livre navegação dos rios e das fronteiras.

A Argentina pretendia abusar da fraqueza paraguia. O aventureiro internacional Eduardo A. Hopkins, possivelmente judeu, obteve do Governo Provisório **à court d'argent** uma concessão de madeiras no Chaco. Não tendo cumprido as estipulações a que se obrigara, quiseram as autoridades paraguaias expulsá-lo. Ele imediatamente reclamou a proteção do general Emilio Mitre, irmão de D. Bartolomeu Mitre e comandante das tropas argentinas de ocupação, declarando que se achava estabelecido em território da República Argentina. Emilio Mitre atendeu-o sem detença, assenhoreando-se da Vila Ocidental, em face de Assunção. O Governo Provisório protestou energicamente. O Governo Imperial sugeriu a arbitragem. O árbitro, presidente Rutherford Hayes, dos Estados Unidos, pronunciou laudo favorável ao Paraguai.

Os cinco anos de luta, heroísmo e sacrifício custaram-nos, de início, o empréstimo de 12 de setembro de 1865, feito com Rotschild, de £ 5.000.000, pelo qual pagamos mais de 116 mil contos; finalmente despesas totais beirando um valor de UM MILHÃO DE CONTOS! Mobilizamos mais ou menos 120 mil homens e perdemos 24 mil! A Lynch vai gozar na Europa o ouro dos caixotes conquistados à miséria de um povo americano e ao Poder Oculto se submetem "intencionalmente ou não os nossos dirigentes", assinando o tratado arranjado pelo grão-mestre Rio Branco, a 9 de janeiro de 1872, "tratado de incrível transigência e renúncia de direitos (19)." Obtivemos o mínimo sobre a navegação e os limites, quando tínhamos como vencedores, pelo que nos custara a guerra, direito ao máximo.

Capítulo II

ANATÁSIO, CRISÓSTOMO E GANGANELLI

O Império saira vencedor da guerra contra o Paraguai. O perigoso inimigo suscitado pelas forças secretas internacionais fôra esmagado pelo destemor e pelo espírito de sacrifício dos brasileiros. Vimo-lo manobrado por uma aventureira judia que entretinha correspondência com lord Palmerston — o grande regente das orquestras ocultas. **Old Palm**, como o chamavam, exercia desde 1850 uma espécie de ditadura sobre as sociedades secretas e dirigia o "mundo diplomático oculto". Sua correspondência está cheia de mistérios. Pode-se dizer pelos documentos de que se tem conhecimento que Napoleão III, Vitor Emanuel, Cavour, Mazzini, Rattazi, Kossuth, Garibaldi e outros não passavam de seus agentes. Instigara as revoluções da Alemanha, da Áustria, da Hungria, da Itália. Desencadeara guerras. Atara e desatara alianças. Erguera e derrubara governos. Execrava o Papa, cujo Poder Temporal queria destruir e detestava os Bourbons e todas as dinastias católicas. Seu prodigioso ascendente vinha de ser um dos raros homens que conheceram no mundo o plano completo de dominação do judaísmo internacional (1). Era o protetor de Rosas e fôra amigo ou, segundo as más línguas, **alguma coisa** mais de Elisa Lynch.

Eis a figura que se alteara por trás do Paraguai vencido. Com 24 mil vidas pégara o Império a vitória, porém cimentara no sangue de seus filhos vertido no campo de batalha a unidade nacional. As forças secretas resolveram atacá-lo e miná-lo internamente. Esse piano vai desenvolar-se com uma lógica e uma certeza formidáveis, colaborando para ele, inteiramente iludidos pela verbiagem e pelos ideais das lojas, brasileiros eminentes e patriotas. Veremos a pouco e pouco como se teceu a Grande Intriga, de que resultou a República.

A semente republicana foi plantada antes de terminada a guerra. A 16 de julho de 1868, quando havíamos completado a marcha de flanco de Tuiú Cué com o reconhecimento de Humaitá, o Imperador

forçara a saída do gabinete liberal que governava desde 3 de agosto de 1866 e entregara o poder aos conservadores, sob a presidência do visconde de Itaboraí. Em resposta a esse ato, que Rio Branco classifica de golpe de Estado, uniram-se os **liberais históricos** e os **progressistas** no Centro Liberal, do qual saiu o "Manifesto Liberal" de 31 de março de 1869. Assinavam-no Nabuco de Araújo, Souza Franco, Chichorro da Gama, Furtado, Otaviano, Dias de Carvalho, Teófilo Ottoni, a flor do maçonismo político. E, entre esses, o velho Paranaguá e o "inflexível" Zacarias. "Por um pouco mais, os seus eminentes signatários, todos com grandes responsabilidades nos destinos do país, teriam chegado à franca apostolização da República. Limitaram-se, porém, ao grito de — **reforma ou revolução** (2)!" Era o anúncio do "Manifesto Republicano" de 1870, do pedreiro livre Saldanha Marinho, sua segunda página, como escreveu Euclides da Cunha. De permeio, a Lei do Ventre Livre, estancando a fonte da mão-de-obra, sem lhe dar substituição. Essa lei, obtida e promulgada pelo grão-mestre da maçonaria, visconde do Rio Branco, a 28 de setembro de 1871, fôra, segundo confissão oficial do Grande Oriente, recomendada ao Grande Oriente do Vale dos Beneditinos pelo Grande Oriente da França, como condição **sine qua non** do reconhecimento de sua legalidade (3). Era, assim, uma imposição estrangeira à vida interna do Brasil.

Lançada a semente republicana para aluir o trono e enfraquecida a economia nacional pela diminuição do braço escravo, única base do trabalho nacional, a maçonaria voltou-se para a religião, decidida a persegui-la, afastá-la da Coroa, desmoralizar o episcopado, a fim de privar a monarquia do seu apoio espiritual. A ocasião era propícia em 1872. A Igreja em paz não esperava o ataque, sendo tomada de surpresa. O clero e as irmandades religiosas estavam infiltrados de pedreiros livres. Ao ministério conservador de Itaboraí sucedera o ministério maçon de Rio Branco, prestigiado pela sua àção diplomático-política no fim da guerra, "carregado de serviços à pátria", dizia-se. A maçonaria era todo-poderosa no Brasil (4).

Todo-poderosa também no mundo, que agitava. Na França desencadeara os horrores da Comuna e preparava uma grande conspiração, felizmente descoberta (5). Na Alemanha, programava a Kulturkampf bismarquiana. Na Suíça, inspirava a legislação sobre os dogmas. Na Áustria, denunciava a Concordata. Na Bélgica, fechava as escolas católicas. Na Espanha, incorporava os bens religiosos ao patrimônio do governo. Na Irlanda, perseguia atrozmente os fiéis. Na Itália, suprimia as ordens religiosas. No Equador, assassinava o gran

de Garcia Moreno. Executava brilhantemente o seu programa oficial: "Guerra sem fim contra a Igreja, o Papado e os Reis (6)!"

Azada a ocasião para a luta religiosa que nunca existira no Brasil, onde a Igreja desfrutava a maior tranqüilidade desde a maioridade, graças à Ordem Imperial, que diminuira a atividade revolucionária das lojas. A maçonaria brasileira, achava-se, então, dividida em duas frações, que fingiam se combater, que se afirmavam em pólos opostos, mas estavam unidas por baixo da mesa, tirando todo o proveito desse jogo com que embaíam os incautos. Uma se dizia monárquica, partidária do Governo Imperial, o Grande Oriente da rua do Lavradio, cujo grão-mestre era o visconde do Rio Branco, ministro da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros. A outra se declarava oposicionista radical, revolucionária, o Grande Oriente da rua dos Beneditinos, cujo grão-mestre era o propagandista republicano Saldanha Marinho. Ambos trabalhavam em dois campos opostos para a mesma finalidade oculta. O Imperador, fiel do equilíbrio da política nacional e dos poderes do Estado com o Poder Moderador, ignorava completamente o verdadeiro caráter da maçonaria e consentia que atuasse no jogo de báscula dos partidos políticos, tornando-se **inconscientemente** réu de **cumplicidade indireta** (7).

Atingido o poder com a facção Rio Branco, a maçonaria ia tentar meios e modos de **protestantizar** o país. Verdadeiro segredo de Polichinelo o que ela fazia em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará, por toda a parte: propaganda revolucionária terrível para a mudança do regime. Era necessário arrancar-lhe, pois, a base espiritual, privá-lo da força da Igreja, indispondo um contra o outro. Saldanha Marinho, "imagem viva do ódio anti-cristão e da blasfêmia", presidente da irmandade de Santa Rita e grão-mestre, espalhava esta frase significativa: "A vida do Brasil depende do aniquilamento de Roma (8)."

Os dois Grandes Orientes estavam em ligação íntima com a maçonaria internacional. O do Vale dos Beneditinos com o Grande Oriente de França. O do Vale do Lavradio com a maçonaria italiana. Porque tivesse o poder na mão, o bom senso do povo apelidara-o "Maçonaria Imperial"... (9) Eles iniciaram a luta por uma campanha demolidora de imprensa. Possuíam inúmeros jornais. Influíam noutros. Fundaram alguns mais. Neles metiam a ridículo os dogmas fundamentais da religião, zombavam das coisas sagradas e espalhavam por toda a parte o espírito de irreligiosidade sob a cortina de fumaça de um anti-clericalismo ou anti-ultramontanismo patriótico. Abusavam das calúnias e injúrias. Formavam essa onda "A Família" na Corte, "A

Família Universal" e "A Verdade" no Recife, "O Pelicano" em Belém, "O Labarum" em Maceió, "A Fraternidade" em Fortaleza, "A Luz" em Natal, o "Diário de Campinas" e, recentemente fundado, o "Correio Paulistano". Estes dois últimos obedeciam mais ainda à orientação da Burschenchaft, a bucha paulista, que se escondia muito mais secretamente do que a maçonaria e da qual raríssimas pessoas suspeitavam naquele tempo. Além dos jornais, os folhetos e opúsculos no gênero do "O Ponto Negro" (10).

A questão começou oficialmente no dia 2 de março de 1872, quando o Grande Oriente do Lavradio deu uma festa solene em regozijo da Lei do Ventre Livre e de ter sido o mesmo Grande Oriente escolhido para dirigir os destinos do Brasil (11). Aproveitou-se a ocasião para tentar comprometer o conde d'Eu, genro do Imperador, que voltara coberto de louros do Paraguai, que se portava com admirável correção, não se envolvendo na política. Insistiram em convidá-lo a comparecer à festa, alegando todos os pretextos. O príncipe recusou terminantemente e nunca a maçonaria lhe perdoou o agravo. Ele "não era e não quis ser maçon" (12). Nessa festa, o padre maçon Almeida Martins pronunciou um discurso de elogio a Rio Branco e à Seita, que, no dia seguinte, publicou no "O Comércio" com a sua assinatura e o seu grau nas lojas.

O discurso laudatório do padre Almeida parecia uma provocação às autoridades eclesiásticas, pois que a maçonaria é formalmente condenada pela Santa Sé. O bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, mandou chamar o sacerdote transviado e exortou-o a abjurar o erro. Ele recusou. Então, o bispo aplicou-lhe a pena devida, suspendendo-o de ordens. Foi um Deus nos acuda! A maçonaria julgou-se ferida nos seus melindres. As sessões do Oriente do Lavradio foram tumultuosas. Nomeou-se uma comissão a 16 de abril para tratar do assunto, angariar recursos financeiros em todas as lojas do país e mover uma campanha de imprensa contra o episcopado. O Oriente dos Beneditinos foi convidado a colaborar no **interesse geral da Ordem**. A 27 de abril, ele deliberava atuar em harmonia com o outro. Publicou-se um manifesto, espalharam-se pranchas e realizaram-se subscrições (13).

Unidos os dois Orientes rivais no mesmo desideratum, o visconde do Rio Branco, chefe do governo, capitaneou a luta contra a religião do Estado! "Rio Branco queria dominar e o Grande Oriente dos Beneditinos também; mas o ódio à Igreja que os unia era laço muito sólido para que o rompessem e procederam corretamente. Dois meses após o acordo, conviram em cada qual retomar a liberdade de

ação política, porém unindo ambos todos os seus esforços contra a Igreja. Herodes e Pilatos ficaram amigos. Para inaugurar essa união, as lojas resolveram desafiar o bispo do Rio de Janeiro, anunciando na ocasião em todos os jornais que os maçons mandavam dizer uma missa por um irmão falecido. É forçoso reconhecer que o bispo fraquejou e não se opôs à demonstração sacrílega (14)". Dizem que mal aconselhado pelo internúncio Sanguigni, criatura da maçonaria. A coisa ficou por isso mesmo.

"A GRANDE ONDA levantada no Rio de Janeiro estourou logo furiosa nas margens do Amazonas (15)." Numa de suas violentas diatribes, o periódico maçônico de Belém, "O Pelicano", jurava que o aniquilamento da Igreja no Brasil era questão de tempo. Em Pernambuco, rebentaria a GRANDE ONDA FURIOSA antes de atingir a Amazônia. A conspiração das Trevas estava bem urdida para pipocar em diversos pontos e desnortear o episcopado pela sua simultaneidade, impedindo-lhe qualquer ação de conjunto.

O bispo de Olinda era um jovem frade franciscano, ardente na sua fé, firme nas suas convicções e armado daquela coragem que dá o sol dos sertões nordestinos, onde nascera, frei Vital Maria de Oliveira. A 24 de maio de 1872, fizera sua entrada solene na diocese e já em princípio de junho a folha da maçonaria, "A Família Universal", iniciava seus ataques contra ele. A 24 de junho, dia de São João, saía nos jornais o anúncio de uma missa na igreja de São Pedro e no dia deste santo, em comemoração ao aniversário de uma loja. Convidavam-se os irmãos tripingados publicamente. O mesmo sistema de provocação posto em prática no Rio de Janeiro e, depois, no Pará. Apesar de sua juventude, 27 anos somente, o bispo com toda a prudência mandou ao clero uma ordem **em reservado**, proibindo a missa, que se não realizou. Os jornais das lojas provocaram-no: tenha coragem, saia em público, é bispo brasileiro ou ultramontano, agente do governo ou de Roma? Tudo isso com o acompanhamento de blasfêmias e, sobretudo, de insultos à Virgem Maria. O jovem D. Frei Vital resistiu às provocações e só a 21 de novembro enviou uma pastoral ao seu clero, aconselhando os párocos a acautelarem suas ovelhas contra a maçonaria (16).

Como o bispo não replicasse às contínuas invectivas da Seita, ela estampou na imprensa o nome de seus veneráveis, vigilantes, secretários, oradores e irmãos que faziam parte das irmandades religiosas, nelas exercendo até os cargos de juízes. E gritava que a instituição maçônica era santa e que seus componentes eram excelentes católicos. Respondeu-lhe o bispo com absoluto silêncio. "Seus

jornais, então, se lançaram ao combate e, numa série ou, melhor, **orgia** de artigos, atacaram a Santa Virgem, a Graça, a Eucaristia e a Trindade, com tal impiedade de linguagem e sentimentos que seria difícil pronunciar mais abomináveis blasfêmias. O bispo deixara de lado o que se lhe referia pessoalmente, mas não podia ser indiferente ao que tocava os sacramentos e os mistérios." Mandou uma circular ao clero para que desagravasse a Virgem Maria, tão vilmente ofendida. A maçonaria considerou-a uma provocação e retrucou com as listas completas e pormenorizadas dos **membros do clero** e das irmandades filiados às lojas. O bispo chamou os primeiros ao palácio da Soledade e admoestou-os. Todos, menos dois, abjuraram. Com os membros das irmandades não se deu o mesmo: persistiram (17).

A 28 de dezembro de 1872, D. Vital recomendou aos vigários que intimassem os maçons pertencentes às irmandades a abjurar ou deixar as mesmas. Algumas irmandades responderam logo; outras demoraram a resposta. Os maçons não se sujeitavam à alternativa. A uma segunda intimação responderam com grosserias e insultos. Então, à medida que lhe iam respondendo, o bispo foi interditando as irmandades. Esse interdito alarmou o governo maçônico do visconde do Rio Branco. Fôra o seu ministro da Justiça, João Alfredo Correa de Oliveira, maçon notório, quem escolhera D. Vital para a diocese de Olinda e o propusera à Santa Sé. O antecessor de D. Vital, o bispo Cardoso Aires, tinha pretendido informar-se da atuação das lojas no seio do clero e das confrarias, morrendo por isso envenenado, ao que diziam. Parece que, pernambucano, o ministro da Justiça tinha lançado os olhos sobre seu joven patrício, julgando que pela sua mocidade e inexperiência se pudesse tornar um instrumento do Grande Oriente, um **chef de file maçonnique** (18). Entretanto, levantava-se um prelado enérgico, tenaz, disposto à luta, um verdadeiro **homem de espanto**, um verdadeiro ATANÁSIO, como disse alguém.

A questão podia tornar-se grave. João Alfredo escreveu uma carta íntima a D. Frei Vital. Confessava ser maçon, **iniciado havia quinze anos, mas tendo comparecido somente a umas três ou quatro sessões**, desculpa tola repetida até cansar pelos maçons graduados, como veremos diversas vezes neste capítulo. Julgava a maçonaria uma sociedade beneficente inocentíssima, admitida em todos os países. "Não sei como — dizia — poderia o governo proibir as sociedades maçônicas que se compõem de católicos, que não têm fins contrários à religião do Império, e que, **dado que os tivessem, trabalham a portas fechadas...**" Delicioso! Então o ministro entendia não se poder proibir o que se faz escondido? João Alfredo terminava

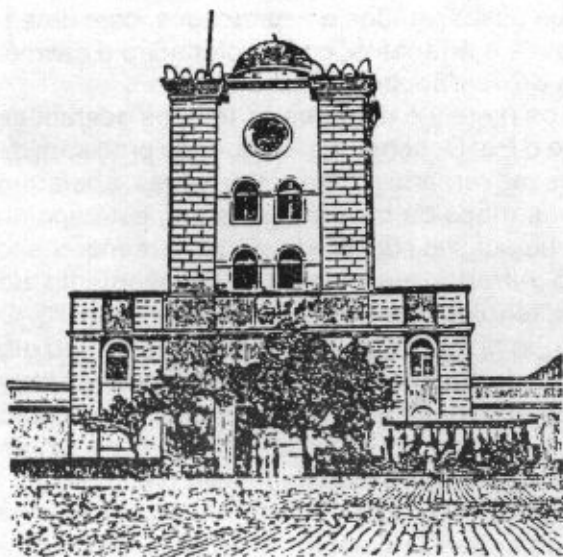
concitando o bispo à prudência e à moderação. A carta era uma espécie de abertura de negociações. Frei Vital respondeu-lhe com tal franqueza e tão alta dignidade que o ministro da Justiça se encolheu (19).

A maçonaria desencadeou a luta. Seus jornais desmandaram-se em insultos à Igreja pelo Brasil agora. A "Fraternidade" de Fortaleza desafiava o bispo de Olinda **de modo significativo**, a escolher: ou católico com Pio IX ou **judeu** com a maçonaria (20)! A alternativa é notável, pois nela um órgão maçônico brasileiro reconhece sem o sentir que a maçonaria é judaica, é dirigida pelos judeus. No Recife, houve tumultos, com padres assassinados e espancados, com ameaças aos colégios de religiosas e orfanatos, com profanação e sacrilégios em capelas (21). Atos de verdadeiro comunismo.

"Os liberais de todos os países e de todos os tempos gostam de recorrer a César — escreve o Pe. Deschamps —, quando precisam de César para esmagar seus adversários." As irmandades apelaram para o Governo Imperial nas mãos da maçonaria, isto é, esta apelou para ela mesma. Profunda hipocrisia! Não tendo surtido o menor efeito a epístola do irmão João Alfredo, ele intimou o levantamento do interdito pelo aviso do ministério da Justiça de 2 de junho de 1873. O bispo respondeu, sustentando brilhantemente a legalidade de seu ato na esfera espiritual (22). O recurso interposto pelas irmandades chegou aos altos poderes do Estado, onde a maçonaria pontificava, como veremos, e o resultado foi o aviso do mesmo ministério de 27 de setembro, mandando o procurador da Coroa denunciar o bispo.

A denúncia, dada a 16 de outubro, foi "o maior fiasco de que há notícia nos anais jurídicos do Império". Contudo, a 2 de dezembro era pronunciado como incurso no art. 96 do Código Criminal e a 2 de janeiro, preso e recolhido ao Arsenal de Marinha do Recife (23). Quando o portão da velha torre de Malakoff, como chamam no Recife ao Arsenal, se fechara sobre o ATANÁSIO BRASILEIRO, o nobre adversário da maçonaria, o grão-mestre do Vale dos Beneditinos, o repúblico Saldanha Marinho, sob o pseudônimo maldosamente escolhido de GANGANELL, exultava: "Parabéns ao país!" Parabéns ao país, porque seu governo, composto de maçons, metia na cadeia um inocente, um frade humilde e puro, que sabia cumprir altivamente seu dever de pastor! Veja-se como a Seita Maldita torce as coisas.

Os maçons dominavam a política, a justiça e o governo. D. Pedro II, educado quase sem religião, regalista e liberal galicano como os soberanos do seu século, não enxergava o perigo que essa questão entre a Igreja e o Estado, suscitada pela maçonaria, representava

para os destinos da monarquia. Parece que o Imperador apoiou mesmo o gabinete Rio Branco na perseguição religiosa. É a opinião de Joaquim Nabuco. O Governo Imperial tornou-se, assim, amigo e cúmplice do seu coveiro, a maçonaria. Chegava-se até a atribuir a atitude de Sua Majestade ao desejo de vingar-se de um aborrecimento que lhe causara Pio IX. Na sua viagem à Europa em 1869, D. Pedro II fôra recebido incógnito por Sua Santidade e, em conversa, a aconselhara a aproximar-se de Vitor Emanuel. O Papa cortara a palestra inconveniente e o Imperador guardara-lhe rancor (24). Em sua Carta Pastoral de 25 de março de 1873, escrita nove meses após terem as lojas rompido o fogo contra ele (25), já na prisão, D. Vital previa as funestas conseqüências da crise que a maçonaria provocara: "A Igreja — escrevia o eminente antístite — nasceu, cresceu e vigorou no seio das perseguições, e por isso nada há de recear. Mas o Estado? O futuro encarregar-se-á de nos responder!" A A resposta definitiva foi o 15 de novembro de 1889.

Arsenal de Marinha — Recife — Torre de Malakoff.
Aí esteve preso o bispo D. Vital.

O interdito lançado pelo bispo sobre as irmandades maçonizadas era de caráter inteiramente espiritual, isto é, quanto à admissão aos sacramentos e às festas religiosas. Sua aplicação e revogação competiam tão-somente à autoridade eclesiástica, de modo que o ato governamental de 12 de junho, que ordenava o seu levantamento, não passava de um abuso de autoridade. O bispo informou o Papa e este aprovou sua conduta pelo BREVE QUANQUAM DOLORES, permitindo que, durante um ano, qualquer padre pudesse absolver os maçons que quisessem abjurar. Era abrir as portas da Igreja aos

arrependidos. "O Breve foi entregue ao bispo no mesmo dia e na mesma hora em que lhe chegava o decreto imperial ordenando a cessação do interdito. Admirado da coincidência, o bispo escreveu ao Imperador: "Senhor. Tenho em uma das mãos neste momento a carta em que me ordenais levantar a interdição e na outra o Breve em que o Santo Padre aprova o meu procedimento. Julgue Vossa Majestade se me é possível aceder ao que deseja..." E publicou o Breve na sua diocese, sem pedir o exequatur... (26)

Todos os bispos brasileiros publicaram o Breve nas suas dioceses. Para intimidá-los, o Governo Imperial processou o bispo de Olinda por essa publicação sem **placet**, pensando amedrontar e desmoralizar o episcopado inteiro. Vital foi transferido para o Rio de Janeiro e julgado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Enquanto se achava na prisão, o bispo de Belém, D. Antonio de Macedo Costa, era trazido de sua diocese e encerrado na ilha das Cobras por **crime** idêntico.

A onda maçônica rebentara também nas plagas amazônicas. Na tradicional festa de Nossa Senhora de Nazareth, em 1872, a irmandade maçonizada e judaizada permitira fatos revoltantes, cenas verdadeiramente abomináveis em derredor do andor da Virgem Maria. Até farândolas de mulheres nuas dançando lascivamente foram apresentadas ao público. Informado do escândalo, o bispo suspendeu as festas. A irmandade recorreu à intervenção do presidente da província Bandeira de Melo, e D. Antonio de Macedo Costa cedeu mediante a promessa formal de se não repetirem semelhantes exibições. Confiou nos piores inimigos da religião que não cumpriram o prometido. O bispo agiu e o governo maçônico interveio, prendendo-o. Era um varão virtuoso, grande escritor e magnífico orador, que toda a gente chamava o CRISÓSTOMO BRASILEIRO, mas faltavam-lhe a agudeza e a energia do seu colega de Olinda, o ATANÁSIO. Quando na ilha das Cobras, prisioneiro e isolado, quase perdeu o sangue frio e se deixou embair pelas **astúcias conciliatórias** dos instrumentos da maçonaria. As cartas que lhe escrevia D. Vital da sua prisão é que lhe deram a energia necessária para vencer as insídias e as velhacadas (27).

Não faltaram inimigos insidiosos trabalhando conscientemente ou inconscientemente em prol das forças secretas. Mesmo junto ao Sumo Pontífice. O cardeal Antonelli, secretário de Estado, informava-o mal e o predispunha contra os bispos brasileiros, sobretudo contra D. Vital, pintando-o como imprudente e repentino, culpando-o da provocação à Seita. Na opinião do antístite olindense, o cardeal tinha

ligações maçônicas (28). Aliás, isso era sabido e falado no mundo inteiro. O internúncio no Rio de Janeiro, monsenhor Domenico Sanguigni, também era suspeitíssimo. Chegou a aconselhar D. Vital a um recuo, oferecendo-lhe dinheiro para a diocese, por parte do gabinete Rio Branco, contanto que cessasse a luta contra a maçonaria, e a soma de que carecesse a fim de fazer uma viagem ao estrangeiro. O auditor, monsenhor Ferrari, que o substituiu como encarregado de negócios, era da intimidade do visconde do Rio Branco e, enquanto os dois heróicos bispos gemiam na prisão, concedia ao presidente do Conselho de Ministros, notoriamente grão-mestre da maçonaria, portanto excomungado pela Santa Sé, a graça de ter **oratório privado** (29).

A perseguição do governo maçônico não se limitou à prisão dos dois bispos. Como os governadores ou vigários gerais dos bispados mantivessem o interdito, documentadamente provado de caráter meramente religioso (30), suspendeu-lhes as côngruas, deteve-os e acabou condenando-os à prisão com trabalhos. Entendia o governo, no seu regalismo galicano, que, por pagar uma côngrua ou estipêndio mensal ao clero, cada membro deste devia se considerar seu funcionário. Estava erradíssimo. A doutrina juridicamente certa nos países de religião oficial é que o Estado se tornou procurador dos bispos como incorporador dos dízimos, que pertencem à Igreja de acordo com os mais antigos livros religiosos, e dos bens patrimoniais da mesma Igreja, que confiscou em seu proveito. É, pois, uma restituição módica e não um ordenado ou salário (31).

Frei Vital compareceu perante o Supremo Tribunal de Justiça no dia 21 de fevereiro de 1874. Estava condenado de ante-mão. "A Nação", órgão maçonizado do Rio de Janeiro, dezesseis dias antes anunciava que os bispos seriam **inevitavelmente** condenados. Compunham o tribunal os juízes: Marcelino de Brito, Veiga, Simoens da Silva, Costa Pinto, Valdetaro, Albuquerque, Castro, Vilares, os barões de Mariana, Pirapama e Monteserrate, Chichorro da Gama, maçon graduadíssimo, antigo praieiro, e Messias de Leão, que seria o relator do feito e cujo nome não é muito católico. A defesa a cargo de Zacarias de Góis e Vasconcelos e de Cândido Mendes de Almeida, ambos causídicos notáveis. "O mais tumultuário e nulo processo de que haja notícia em nosso foro", com todas as fórmulas "atropeladas ou preteridas", com o fato e o direito "torturados", com um crime de "invenção", com incompetência manifesta do tribunal, energicamente contestada por um dos próprios juízes, o nobre barão de Pirapama (32).

O bispo não podia reconhecer a competência daquele tribunal civil em matéria religiosa, embora aquela justiça maçonizada entendesse que as irmandades fossem de natureza inquestionavelmente mista (33), cabendo, no caso, a intervenção. Por isso, na folha em branco do libelo que lhe apresentaram para escrever sua defesa, limitou-se a escrever estas palavras: **Jesus autem pacebat**. Elas doeram como uma vergastada no maçon Chichorro da Gama, cuja suspeição notória o advogado Candido Mendes de Almeida impugnara sem resultado. Reclamou que o bispo se comparava ao Cristo e, por conseguinte, comparava os juízes a Caifás e Pilatos (34). A verdade da comparação doía. A maçonaria, instalada nas irmandades, no ministério e no tribunal, provocava, prendia e julgava. Parte e juiz ao mesmo tempo. Sob vários disfarces, era ela que estava em todos os lugares, escondida pelo seu segredo.

A assistência aplaudiu o bispo e seus brilhantes defensores, mas a condenação, ordenada das Trevas, foi pronunciada. Nenhuma mais iníqua em toda a história do Brasil independente! Quatro anos de prisão com trabalhos, como se se tratasse de um malfeitor! Causou tal arrepio na opinião pública que, a 12 de março seguinte, o Imperador comutava a sentença em quatro anos de prisão simples na fortaleza de São João, onde D. Vital permaneceu encerrado até o dia 17 de setembro de 1875, quando o ministério presidido pelo duque de Caxias lhe concedeu a anistia, extensiva ao bispo do Pará, que sofrera as mesmas penas, e aos governadores dos dois bispados (35).

Antes de se fazer esse monstruoso processo, tipicamente maçônico, a questão das irmandades fôra levada ao conhecimento do Conselho de Estado, a mais alta e notável corporação da Monarquia. Submeteram-lhe o recurso da irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Santo Antonio do Recife contra a sentença do bispo, datado de 3 de maio de 1873. A fim de examinar esse recurso, como se fosse assunto de importância vital para a nação, o Conselho reuniu-se no paço de São Cristovam, na noite de 5 de junho do mesmo ano, sob a presidência de Sua Majestade o Imperador. Memorável sessão em que se verifica como até aquele nobre, prudente e alto corpo consultivo da Monarquia estava enfartado de pedreiros-livres. Compareceram à sessão velhos estadistas cobertos de serviços ao país, experientes das tricas da política e dos meandros da administração. Luiz Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, os viscondes de Inhomerim. Rodrigues Torres, de Niterói, Saião Lobato, de Muritiba, Vieira Tosta, de Abaeté, Limpo de Abreu, de Sapucaí, Araujo Viana, os barões de Javari, Alves

Loureiro, e de Bom Retiro, Couto Ferraz; Nabuco de Araújo e Souza Franco (36). Vale a pena fazer o resumo da ata, a fim de sentirmos a maçonização do Conselho de Estado.

O primeiro conselheiro a dar seu voto foi o visconde de Abaeté. Declarou de início não ter tido tempo bastante para estudar os papéis. Achava que o Conselho devia tomar conhecimento do recurso, mas que a teoria do beneplácito não podia compreender os atos do domínio espiritual. "Se não foi concedido o beneplácito às bulas que condenaram as sociedades maçônicas, é certo também que não lhes foi ele expressamente recusado, como era necessário, e portanto evidente é para mim que o caso não está incluído no citado art. da Constituição. Direi mais que o Poder Temporal, pelo fato de proibir em Portugal e no Brasil todas as sociedades secretas, declarando-as criminosas, outorgou tacitamente o seu beneplácito às bulas pontifícias que condenaram as sociedades maçônicas, que são sociedades secretas (37)."

Acrescentou não parecer demonstrado o asserto de não conspirar a maçonaria contra a religião. "Pela minha parte confesso que pertenço ao número daqueles que vêem e reconhecem a existência de uma **propaganda** contra a religião católica; e, sendo assim, quaisquer que forem as conseqüências, declaro, como cidadão e como católico, que hei de opor-me tanto quanto puder a uma tal propaganda (38)."

Sua fé era "a do carvoeiro". Por quê? "Pertenci em 1830 ou 1831 a uma loja maçônica; mas desde 1834, isto é, há quarenta anos, retirei-me da associação, não conhecendo nenhum dos segredos, se é que os tem... Nunca ouvi ali pronunciar o nome de Deus... (39)" Entendia, finalmente, que a Igreja era o único juiz competente na matéria em apreço e que o bispo respeitara a jurisdição temporal.

Voto corajoso e franco o do velho Limpo de Abreu, maçon arrependido e crente em Jesus Cristo. Todavia nele se nota certo receio ao tratar do segredo da maçonaria... **se é que o tem...** Foi o único voto inteiramente favorável à Igreja.

Votou em segundo lugar Pimenta Bueno, marquês de São Vicente. Era maçon e somente abjurou a Seita na hora da morte (40). Não deu uma palavra, prudentemente, sobre a maçonaria. Afirmou-se **cristão**, mas o Brasil, por ser católico, no seu modo de pensar, não devia abdicar das prerrogativas de sua soberania. Sentia que maus princípios tentavam abalar o poder da Igreja e da Autoridade Pública. Lamentava, pois, as perturbações partidas de alguns ministros eclesiásticos.

Não quis descontentar ninguém. Acendeu uma vela a Deus, outra ao diabo. A do diabo maior, com a acusação capciosa final.

Chegou a vez de Souza Franco, maçon conhecido (41). Deu arrhas do seu maçonismo entranhado, pregou o laicismo e afirmou esta enormidade: que "se pode ser maçon e bom católico". Apesar de, desde sua partida de Olinda, em 1835, **nunca mais ter entrado numa loja**, defendeu o deismo maçônico sob a fórmula do Grande Arquiteto do Universo, condenado por Abaeté. "A maçonaria — disse — eu a julgo vantajosa e que merece ser sustentada". Entendia que "o Brasil é católico como Jesus Cristo ensinou e não como queria a Cúria Romana". A Igreja tinha **errado muitas vezes**. Nenhum bispo podia sujeitar-se à obediência ao Papa sem violar o art. 1º da Constituição do Império e incorrer nas penas do Código Criminal. Regalismo galicano absoluto. Condenava o bispo. Achava que o governo podia processá-lo. Renunciaria a todos os seus cargos no dia em que o Brasil caísse sob a influência jesuítica...

Voto nitidamente maçônico até na afirmação de não freqüentar mais as lojas para se dar ares imparciais. Pensamento maçônico. Estilo maçônico. Hipocrisia maçônica.

O quarto a falar foi Nabuco de Araújo. Contra Abaeté. Opinava com segurança não estar provado no Brasil que a maçonaria fosse contra a religião. Os fatos protestavam contra as asseverações de Limpo de Abreu. Entendia que o bispo devia ser deportado. Vê-se que é a defesa da maçonaria por um maçon.

Falou em quinto lugar o visconde de Muritiba. Na sua opinião, o bispo cometera, além de usurpação, violência, expulsando das irmandades os membros maçons, mas não exorbitara quando lhes aplicara as penas espirituais. Não via como encontrar na lei meios para obrigar o bispo a levantar o interdito, nem como classificar seu procedimento nos Códigos. Absteve-se de falar na maçonaria.

O sexto a votar, Sapucai, também maçon, não via meios coercitivos contra o bispo, porém se manifestava em absoluto contrário às idéias de Abaeté, o bode expiatório da sessão por ter atacado seu antigo patrão, o Bode Preto...

Inhomerim falou, depois, rapidamente, fugindo com o corpo, achando que se devia proceder com prudência e confiar no patriotismo do prelado.

Bom Retiro, que se lhe seguiu com a palavra, declarou não estar provado conspirasse a maçonaria, como dissera Abaeté, patente ou clandestinamente contra a religião, não podendo por isso ser aplicadas aos seus membros as bulas de excomunhão maior (**Santa simpli-**

cidade ou santa ignorância!). Referiu-se ao **jus cavendi** e leu longo, fastidioso parecer sobre recursos e beneplácitos, enfartado de citações de juristas europeus. Não encontrou no meio de tudo isso medida de coerção legal para o bispo. O Poder Judiciário que decidisse.

Defendeu a maçonaria sem coragem de atacar o episcopado de frente, exibiu seu pedantismo jurídico e acabou atirando a outrem a peteca da responsabilidade...

O barão de Javari assegurou com os olhos em alvo estar convencido de que os maçons no Brasil não conspiravam contra a religião. Conhecia maçons dignos por todos os títulos, mas a instituição era condenada pelo Sumo Pontífice, a quem os católicos devem obediência. As portarias do bispo contra a maçonaria não mereciam reprovação. Nas irmandades, o bispo só agia na esfera espiritual. Somente encontrava meios coercitivos no decreto de 1857.

O duque de Caxias foi conciso. Era também maçon. Está nas listas do Grande Oriente. Diziam, no entanto, que nunca freqüentava as lojas, depois das iniciações. Ele concordava sucintamente com a doutrina do parecer e só via meios coercitivos nos decretos de 1838 e 1857.

O primeiro era o decreto de 19 de dezembro de 1838, pelo qual podiam os juízes de direito declarar sem efeito as censuras e penas eclesiásticas impostas aos recorrentes, processando os prelados que lhes desobedecessem. O outro era o decreto de 28 de março de 1857, pelo qual o não cumprimento de ordens do governo importava em crime de desobediência capitulado no art. 128 do Código Criminal.

Manifestou-se por último o visconde de Niterói. Julgava a questão grave e que não podiam ser aplicadas ao Brasil as bulas de condenação da maçonaria, porquanto esta era "absolutamente alheia às maquinações religiosas". Depois de algumas considerações acacianas (**no sentido da Acácia e do conselheiro Acácio**), declarou não ver por que condenar o bispo, cujo excesso de zelo religioso se devia a puras intenções...

Outro acendedor de velas...

Assim, estava minado de maçonismo o Conselho de Estado do Império. Sob a capa da **união dos povos**, da **fraternidade universal**, a maçonaria engabela os cristãos, que passam a servir, quase sempre inconscientemente, os desejos de Israel. Vemos esses homens eminentes pelo saber e pelas virtudes, patriotas e honrados, completamente cegos pelas lantejoulas do Poder Oculto. Alguns naturalmente não poderiam alegar tanta inocência. Deviam ter pelo menos lido o Manifesto que os maçons brasileiros enviaram a todas as lojas do

mundo "dirigidas pelo mesmo espírito", para saberem que a maçonaria do Brasil não era diferente das outras, nem podia ser excetuada da condenação apostólica. Embora muitos maçons, mesmo entre os que atingem os mais altos graus, como é sabido, não devassem todos os arcanos da Seita e nunca cheguem a conhecer-lhe o verdadeiro segredo, nem todos aqueles conselheiros, segundo parece, poderiam alegar tamanha ignorância (42).

Pelo que escreveu sobre a maçonaria e que Antônio Manuel dos Reis transcreve na íntegra em seu livro, verifica-se que D. Vital conhecia a fundo o problema maçônico, as suas raízes, o que se escondia na treva inviolável do segredo, onde mergulham. Ele próprio, o santo bispo, reconhecia que Rio Branco e João Alfredo, na perseguição que lhe moviam, obedeciam a uma "pressão estranha, a alguma influência poderosa e irresistível (43)."

As reações contra essa **influência** foram inúteis. A 2 de setembro de 1874, o deputado Leandro Bezerra, católico e anti-maçon, apresentou à Câmara uma denúncia contra os ministros Rio Branco, da Fazenda, João Alfredo, da Justiça, e visconde de Caravelas, de Estrangeiros, pelos crimes de maquinarem a destruição da religião de Estado e de suborno, documentando a acusação (44). Não houve o menor estardalhaço. A maçonaria evitou o escândalo. Os deputados maçons agiram e nomeou-se uma comissão para dar parecer sobre a denúncia, composta dos srs. Tristão de Alencar Araripe, Carneiro da Cunha e Pereira Franco, irmãos tripingados (45). Araripe, escolhido relator, era maçon dos quatro costados. Foi quem fez o elogio fúnebre do visconde do Rio Branco, oficialmente em nome da maçonaria, publicado pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", aliás, seja dito de passagem, de uma mediocridade admirável. Já se vê que o parecer opinou pelo arquivamento da denúncia...

Em 1877, sentindo o perigo que rumorejava nos subterrâneos da pátria, o senador Figueira de Melo propôs aos Pais Conscritos uma lei interdizendo a maçonaria, "que organizava a revolução contra o Império (46)." A proposta foi devidamente abafada.

Rio Branco, presidente do Conselho, fôra o grande autor da perseguição religiosa. João Alfredo, ministro da Justiça, cumprira galhardamente suas ordens nesse sentido. Mas por que aparecia na denúncia do deputado Leandro Bezerra o nome do visconde de Caravelas, detentor da pasta de Estrangeiros?

Porque o Governo Imperial mandara uma Missão Especial a Roma, com o fim de obter do Papa a desaprovação do procedimento dos bispos, que se achavam presos, procedimento aprovado pela

Santa Sé na Carta Apostólica de 29 de maio de 1873, como norma para os outros bispos do Império. O efeito que se esperava de tal missão era relaxar ou romper "os vínculos que ligam o Brasil ao sólio pontifical". Se o Papa acedesse, desmoralizaria os bispos e a Igreja ficaria sob o guante do Estado. As instruções mandadas à Missão foram umas; as publicadas no Brasil, outras, com interpolações que satisfizeram a empáfia dos maçons e anti-clericais (47).

Escolheu-se para chefiar a Missão Francisco Inácio de Carvalho Moreira, barão de Penedo, ministro em Londres, amigo de Rotschild, tão ligado aos judeus ingleses que o seu trabalho, "A Missão Especial a Roma em 1873", saiu da tipografia amiga do israelita Abraão Kingdom, em Londres... Recebido em audiência por Sua Santidade, Penedo fez "acusações odiosas" aos bispos e disse que a maçonaria brasileira estava cheia de católicos piedosos, entre os quais o visconde do Rio Branco, com seu **oratório privado** e que "nunca atentara de qualquer forma contra a religião (48)." Apesar da **boa vontade** do cardeal Antonelli, que chegou a escrever uma carta aos bispos sobre o caso, a Missão não conseguiu a desaprovação papal aos atos dos bispos. A maçonaria anunciou isso, dando até os termos da bula, Breve ou Encíclica: **Gesta tua non laudantur**; mas não era verdade. Ao saber da prisão de D. Vital e D. Antonio de Macedo Costa, Pio IX irritara-se. A Missão mentiu bastante e fez muito barulho com resultado nulo.

Após a anistia, D. Vital foi a Roma dar conta do que fizera. De volta, o povo pernambucano o recebeu com as mais vivas demonstrações de regozijo. Em 1877, tornou à Europa e faleceu em Paris, no convento dos Franciscanos, a 4 de julho de 1878, com trinta e quatro anos de idade, sem uma queixa, resignadamente, santamente, na visão beatífica de Nossa Senhora (49).

Morreu envenenado pela maçonaria! A inocentinha! Opinião unânime dos amigos íntimos. Ele próprio estava convencido disso. Envenenamento maçônico a longo prazo, com arsênico de cobre misturado e arseniato da mesma base, a FAMOSA ÁGUA TOFANA. Desde 1873, o bispo receava o atentado. Uma irmã de caridade inglesa salvara-o uma vez do veneno, no Colégio da Estância, propinado por um médico maçon. Levara muitos meses sofrendo **dores horríveis**. Não se podia precisar onde recebera a dose fatal, se no Brasil ou em Roma. Na hora da morte, referiu-se a isso (50).

O gabinete Rio Branco caiu a 22 de junho de 1875. O Imperador chamou os conservadores ao poder, encarregando o duque de Caxias de formar o novo ministério, que governou até 5 de janeiro de 1878.

Foi esse que anistiou os bispos e vigários gerais de Belém e Olinda. Sua queda era fatal. Substituiu-o o gabinete presidido por Cansanção de Sinimbu (51).

Após a morte de Rio Branco, desapareceu a cisão do Lavradio e dos Beneditinos, que passaram a formar o Grande Oriente Unido do Brasil. Foi seu grão-mestre o maior panfletário que o Brasil jamais teve contra a Igreja, GANGANELLI, isto é, Saldanha Marinho, autor do Manifesto Republicano de 1870, inimigo do Trono e do Altar. Ao tomar posse do cargo de grão-mestre de toda a maçonaria brasileira, pronunciou um discurso de violento combate à Igreja, de louvor à ação da maçonaria em prol das "grandes idéias sociais", contendo o programa do casamento civil, da secularização dos cemitérios, da laicização completa da família e da educação (52). O irmão Joaquim Saldanha Marinho tornava-se assim o Grande Oráculo maçônico daquela revolução que Figueira de Melo pressentia preparada na sombra contra a Monarquia.

ATANÁSIO fechou os olhos ao mundo, envenenado pela **água tofana** dos templos salomônicos. CRISÓSTOMO lutou sem tréguas no Pará contra os maçons, que o insultavam, o vaiavam e lhe faziam manifestações públicas de agravo. GANGANELLI enfeixou nas mãos, triunfalmente, todos os poderes maçônicos do Brasil, que, como vimos, dirigiam à vontade a opinião, a justiça e o governo. As lojas uniam-se pressentindo a vitória próxima. O Trono fôra separado do Altar. O Império estava perdido. Era questão de tempo. Com efeito, o Trono caiu; mas o Altar ficou.

Capítulo III

O MISTÉRIO DO SANGUE

ENQUANTO se processava a luta entre a maçonaria e a Igreja, que Pandiá Calogeras mais de uma vez denominou sugestivamente "guerra religiosa", ocorriam no Rio Grande do Sul sucessos misteriosos e graves. A coincidência é sobremodo interessante. Foi a famosa questão dos Muckers, "tão cheia de peripécias e mistérios (1)." Eduardo Marques Peixoto, que coligiu a documentação a respeito e a publicou, acha que "a questão de Canudos muito se assemelhou à dos Muckers, e assim como foi atribuído à jagunçada um movimento político, pois se afirmava que os monarquistas tinham feito naquele sertão o seu quartel de ordens, também a princípio foi atribuído aos Muckers um fim político... (2)"

O fim não era político; era antes de caráter religioso, de fundo judaico, destinando-se à criação de uma célula propulsora de descristianização. É pelo menos o que transparece da documentação de que dispomos. Infelizmente, no momento das ocorrências, não havia quem, conhecedor dos manejos das forças ocultas, pudesse observar convenientemente o fenômeno e deduzir dessa observação opinião segura e fundamentada.

O teatro dos estranhos acontecimentos foi a colônia alemã de São Leopoldo, fundada em 1824, onde se acotovelavam católicos, protestantes e alguns judeus. Em 1844, os padres jesuítas Agostinho Lipinski e João Sedlach, expulsos de Buenos Aires pelo tirano Rosas, vieram ali e imprimiram aos fiéis alemães certa disciplina religiosa (3). Aos protestantes faltou esse freio. Pertenciam a diversas seitas. Elegiam livremente seus ministros e, às vezes, graças a intrigas, essa escolha recaía em pessoas de instintos perversos e nenhuma idoneidade moral, como no caso do pastor Klein, de nome seguramente judaico, **magna pars** nos acontecimentos de que vamos tratar.

Em 1872, o colono João Jorge Maurer, quando ia rachar lenha no mato, deu para entrever no meio da folhagem densa um vulto miste-

rioso que o aconselhava a deixar as fainas do campo e dedicar-se a curar a saúde do próximo. Para isso, Deus o destinava. Diziam que o pastor Klein era o autor daquela sugestão. É, por exemplo, a opinião do jesuíta Ambrosio Schupp, que, na sua obra sobre os Muckers, evita escrever-lhe até o nome por se achar ainda vivo e existirem parentes seus. Maurer era casado com Jacobina Mentz, filha de anabatistas, sujeita a ataques epiléticos com letargias subseqüentes, desde a idade de doze anos. Sofria também crises de sonambulismo. Uma tarada. Vivia lendo constantemente a Sagrada Escritura e interpretando seus textos por **inspiração divina**, como dizia. Era parenta do pastor Klein, que gozava da máxima intimidade em sua casa. O marido, analfabeto, deixava-se dominar inteiramente por ela, que o ajudou com seus transes e sonambulismos a transformar-se em curandeiro ou mezinheiro da região. Formavam ambos um perigoso casal de místicos ou espertalhões, que podiam ser facilmente explorados pela satânica habilidade de um terceiro interessado (4).

Era o que fazia o chamado HOMEM MISTERIOSO, o pastor Klein. Alto, robusto, com 50 anos de idade, natural de Hunsrücken, na Prússia Renana, era o tipo acabado do aventureiro. Emigrara da Alemanha para os Estados Unidos, onde tentara a vida sem proveito. Viera dar com os ossos na zona colonial do Sul. Encalhara em São Leopoldo e conseguira ser escolhido pastor pelas suas maneiras untuosas e fingidas. Intrigante. Perspicaz. Astuto. Era o "diretor invisível de tudo quando sucedia em torno do casal." Provam-no de sobejo as cartas que recebia de Jacobina Mentz e que foram encontradas (5).

Maurer e Jacobina começaram a fanatizar os colonos ignorantes e sem disciplina espiritual. Faziam reuniões em sua casa, isolada num ermo, ao pé do morro do Ferrabraz. Aos sons de uma caixa de música, cujas notas maravilhavam os rudes campônios, Jacobina, vestia de branco, com uma coroa na cabeça, abençoava os presentes em êxtase. Todos juravam-lhe observar o cap. V do Evangelho de São Mateus e ela dava, **por inspiração divina**, explicações sobre o verdadeiro sentido da Bíblia, **proibindo terminantemente seus sectários de freqüentarem a Igreja e de mandarem os filhos à escola...** Então caía de costas em completa imobilidade e insensibilidade. Somente despertava da letargia aos sons dos cânticos de seus crentes, trocando com eles "beijos jubilosos". Diziam que, nessas ocasiões, Maurer conseguia curar até os cegos e aleijados, profetizando tambem, graças ao influxo da poderosa força que sua esposa recebia do Além. Para os mais fanáticos, ela era o Cristo e ele o Médico, o Doutor Milagroso ou o Profeta. Convencida de ser o Cristo, Jacobina esco-

lheu doze companheiros para serem seus Apóstolos. Entre eles, o mais honrado era o que representava Judas. É patente o judaísmo satânico da seita (6).

Estamos claramente em presença de uma seita fundamentalmente judaica, do tipo da dos Cainitas, idêntica e muitas das que surgiram como tortulhos no tempo do gnosticismo, ameaçando tragar no seu "labirinto diabólico", como escreveu um grande doutor da Igreja, o cristianismo nascente. Exegese pessoal. Heresia manifesta. Taumaturgia demoníaca. Finalmente, como veremos adiante, a imoralidade. Todos os caracteristicos são patentes. Como as suas congêneres, irá até a revolução armada. Corria no meio dos colonos que Maurer adquiria armas e munições, transformando sua casa em verdadeira fortaleza. As compras de armamento eram geralmente feitas por um tal Carlos Einsfeld, sob o pretexto de ser ferreiro e armeiro de profissão (7).

A palavra Mucker com que logo foram apelidados aqueles fanáticos quer dizer SANTARRÃO ou BEATO FALSO (8). Suas reuniões despertaram a atenção e como delas transpirassem ameaças àqueles que as não aprovavam, a polícia de Porto Alegre foi avisada pelo subdelegado de São Leopoldo. O próprio chefe de polícia da província, Luiz José de Sampaio, veio pelo vapor "Germânia", com um destacamento de 50 praças do 12º de infantaria de linha e 10 de cavalaria de polícia, averiguar de fato o que havia. Prendeu sem o menor vislumbre de resistência Maurer, Jacobina e seis sectários, levando-os para a capital. Jacobina foi presa em estado letárgico que durou dias e preocupou os médicos.

No inquérito a que se procedeu em Porto Alegre, disfarçadamente o pastor Klein conseguiu **inspirar** os depoimentos. Não se apurou nada de comprometedor. O chefe de polícia regressou em maio de 1873, deixando tudo em paz. Em junho, o casal Maurer foi posto em liberdade. O chefe de polícia declarava oficialmente não ter achado nada de oculto ou misterioso, como se propalava (9).

A polícia não via o mistério; mas o povo o sentia. Questão de instinto. Diziam que MÃO OCULTA **especulava** com aquelas reuniões, inspirava-as, manejava-as (10). Era a mão do pastor Klein, auxiliado pelo judeu Georg Robison, homem mau e dinheirudo, que procurava subornar seus devedores católicos, oferecendo-lhes o perdão das dívidas em troca de sua abjuração religiosa (11)! O pastor e ele tudo faziam, ajudados por Maurer e Jacobina, para lançar a cizânia entre os colonos de religião diferente, a discórdia no seio das famílias, desvinculando os casais e intrigando os próprios filhos com os pais

Tipos clássicos de judeus talmudistas fanáticos.

(12). Os Muckers consideravam-se ELEITOS; todos os demais eram ÍMPIOS. Essa divisão social traria as mais desagradáveis conseqüências. O judeu Jacob Fuchs, Jacob Raposa, conhecido pela antonomásia de Jacob das Mulas, era o recadeiro dos fanáticos, o elemento de ligação, como se diz hoje. O judeu Pedro Schmidt, conhecido por Pedro Serrano, tinha uma venda, foco de propaganda e de vício. Um comprava e armazenava, o outro transportava nas cargas de suas mulas espingardas, revólveres, pistolas, munições, armas brancas e até vasos com petróleo para provocar incêndios (13).

O casamento de Leopoldo Rotschild na Sinagoga Central de Londres — Gravura do "Crapavillot" de Paris, nº especial de setembro de 1936. O dote dos noivos foram títulos da Colônia do Brasil...

O chefe de polícia julgara ter deixado tudo em plena paz, no meado de 1873, e a coisa simplesmente começara a fermentar. Em dezembro, os Muckers mandaram uma representação hipócrita ao Governo Imperial. Queixavam-se de perseguições policiais injustas contra os moradores das colônias alemãs, promovidas por desordeiros e intrigantes. Eram uns cordeirinhos inocentes, contra quem as autoridades se haviam desmandado em insultos, violências e prisões. Exa-

geravam as circunstâncias em que Maurer fôra preso pelo chefe de polícia. Pediam providências urgentes contra as vexações que sofriam nos seus corpos e bens. Assinavam o documento os seguintes Muckers, entre os quais grifamos os nomes nitidamente judaicos: **Karl Buppar**, João Jacob Karst, João Sehn, Jacob Sehn, Martin Sehn, Johann Talz, Rudolf Sehn, Heinrich Wilhelm Gaelzer, **J. C. H. Schnell, Joseph Schnell,** Karl Maurer, os irmãos Barth, **Jacob Mentz**, Luiz Kilsen, **Jacob Muller, Taddin Wasun, Georg Robison**, Christian Kassel, Filipe Heisner e Augusto Wilborn (14).

A queixa foi a informar ao presidente da província, que a remeteu ao chefe de polícia. Este pediu informações ao subdelegado de São Leopoldo, que declarou não passar tudo de intrigas dos sectários furiosos, porque a autoridade fizera cessar as suas reuniões. Eles é que deblateravam contra tudo e todos, ameaçando de morte à sua pessoa e recebendo a tiros a polícia, quando se aproximava dos locais de seus ajuntamentos suspeitos (15).

Tudo ficou por isso mesmo até o mês de abril de 1874, quando, na noite do dia 30, um embuçado disparou o revólver para dentro da casa de Guilherme Clos, que não simpatizava com os Muckers. Os tiros mataram o menor Jorge Humbert, de 14 anos, ferindo gravemente outro com quem brincava. Perseguido pelo clamor público, o embuçado conservou à distância seus perseguidores, usando da arma. Feriu gravemente o policial João Francisco de Almeida e conseguiu escapar. O chefe de polícia foi a São Leopoldo apurar o crime e absolutamente nada conseguiu descobrir (16).

Em maio, novo crime. Martin Kassel abandonou a seita. Dias depois, quando ausente, **sangraram-lhe** a mulher e tocaram fogo na casa. Os cinco filhos do casal fugiram espavoridos. A população de São Leopoldo e da redondeza alarmou-se. Parecia que um poder oculto visava a "exterminação das pessoas pacíficas e laboriosas da colônia". O chefe de polícia viu-se obrigado a ir novamente a São Leopoldo, levando um destacamento de guardas nacionais e tropa de linha (17).

Os SANTARRÕES não se atemorizaram com isso. Antes pelo contrário. Na noite de 26 de junho, atacaram em grupos, ao mesmo tempo, treze propriedades isoladas, matando os moradores, **sangrando** mulheres e crianças, saqueando-as e incendiando-as. O chefe de polícia pediu reforços, vindo de Porto Alegre o coronel Genuíno Olimpio de Sampaio, com noventa homens e duas pequenas bocas de fogo de calibre 2. A força atacou a residência de Maurer. Depois de três horas de tiroteio, faltou munição e ela teve de retirar, encravando

as duas peças, cujos reparos se haviam quebrado. Perdera quatro soldados. Conduzia três oficiais e trinta e dois homens feridos. Os Muckers vitoriosos não a perseguiram graças ao piquete de cavalaria de polícia, que lhe protegeu a retaguarda. O coronel Genuíno acampou em Campo Bom, à espera de reforços. Calculava precisar, com urgência, de quinhentos a seiscentos homens, com artilharia de maior calibre e foguetes à congreve. Os fanáticos alapardavam-se na mataria do Padre-Eterno e nas alfurjas do morro do Ferrabraz, bem apercebidos de armas, bem municiados e bem entrincheirados (18).

Continuaram os ataques às casas de agricultores, com incêndios e pessoas **sangradas**. Os colonos alemães estavam indignados. Suas sociedades de tiro e de ginástica ofereciam-se ao governo para lutar contra os assassinos e incendiários. Na opinião geral, era o misterioso Klein quem dirigia todas as operações dos Muckers e escrevia as cartas com que os mesmos ameaçavam os que repeliam suas idéias. Eles pretendiam, segundo se averiguou, sublevar os escravos de todas as propriedades agrícolas da região (19). Espartaquismo puro!

Ao lado de todas as tropelias que praticavam, os Muckers faziam a permuta de mulheres. Deu o exemplo a própria Jacobina, abandonando Maurer e passando a viver com Rodolfo Sehn (20). A família Sehn era católica. Os SANTARRÕES perverteram-na.

A 15 de julho, tendo reunido reforços, o coronel Genuíno marchou contra os fanáticos, atacando no dia 19 a casa de Maurer, o DOUTOR MILAGROSO, que era o seu baluarte, "covil natural" do morro do Ferrabraz. O coronel, ferido gravemente por um tiro partido de uma emboscada, veio a falecer pouco tempo depois. Era um bravo da campanha do Paraguai. Substituiu-o o tenente-coronel Fraga, que continuou o combate no dia 20, tomando e queimando a casa, onde se encontraram onze cadáveres de Muckers. A perseguição aos criminosos continuou dentro das matas e somente na noite de 1º para 2 de agosto a força conseguiu penetrar no último reduto. Ali estava Jacobina varada de balas. Rodolfo Sehn abraçara-se com o corpo. Os soldados furiosos atravessaram-no com as baionetas (21).

João Jorge Maurer e seu irmão Carlos lograram escapulir. Foram, porém, mais tarde, encontrados enforcados no mato, já em estado de putrefação (22). MÃO OCULTA fechara aquelas bocas que poderiam revelar um segredo perigoso...

Os Muckers fisgados pela polícia foram processados. O pastor Klein prestou um depoimento cheio de mentiras, falsidades e contradições. Foi condenado, com mais seis outros cabecilhas do movimento,

a 23 anos de prisão (23). Muitos anos mais tarde, quando escreveu seu livro sobre os Muckers, o padre Ambrosio Schupp receava publicar-lhe o nome por se achar ainda vivo...

A maior revelação desse episódio histórico, porém, é a de que esses fanáticos praticavam o que se chama o CRIME RITUAL, crime essencialmente judaico, que os judeus negam a pés juntos. É o sacrifício humano. Por isso, **sangravam** suas vítimas. A tradição dessa monstruosidade judaica se perpetuou no Sul do Brasil. No ano de 1897, ainda havia remanescentes dos Muckers na região das colônias alemãs no lugar chamado Terra de Bastos. Pois bem, eles ali mataram uma noite a mulher de Albino Schroeder, **cortando-lhe a jugular** e "RECOLHENDO O SANGUE A UMA VASILHA!!"... "CONCLUÍA-SE QUE, SE TRATAVA DE UM ASSASSINATO RITUAL", segundo revelou um ex-fanático. A 3 de janeiro de 1898, ainda os colonos alemães se armaram e andaram caçando alguns Muckers por terem praticado assassínios semelhantes (24).

"Aquele que faz correr o sangue dos não-judeus — ensina o Talmud, livro sagrado dos judeus — oferece um sacrifício agradável a Deus (25)." Por isso, os judeus talmudistas matam muitas vezes pessoas, cujo sangue é utilizado nos seus ritos religiosos. Sobre o assunto, escreveu Voltaire, amigo dos judeus e maçons: "Digo-vos que vossos pais imolaram crianças e tomo como testemunhas vossos profetas. Isaias censura-lhes esse crime de canibais." E acrescenta: "Naquela horrível solidão, os judeus imolavam os filhos ao deus que chamavam Moloc. Era uma grande estátua de cobre, tão horrenda quanto era possível aos judeus fazê-la. Aqueciam-na no fogo e no seu ventre lançavam as criancinhas, como as nossas cozinheiras atiram lagostas na água fervendo das panelas (26)."

O profeta assim maldisse esse rito cananeu: "Matando sem piedade os próprios filhos, comendo entranhas humanas e devorando o seu sangue, iniciados em **execráveis mistérios** (27)!" A Bíblia pinta-nos um crime ritual horrível, quando Mesa, rei de Moab, sobre o qual há um estelo notável no Museu do Louvre, estava sitiado pelos reis de Israel e de Judá: "Mesa tomou o filho primogênito, que devia reinar depois dele, e o ofereceu em holocausto sobre a muralha... (28). A Bíblia condena esses sacrifícios abomináveis e censura os judeus por os praticarem: "Os filhos de Israel — diz o Livro dos Reis — sacrificavam seus filhos e filhas passando-os pelo fogo." Esse foi o grande crime de Achaz e de Manassés. Jeremias e Ezequiel estigmatizaram os hebreus pela prática dessa monstruosidade, que os judeus

imitavam dos semitas, pagãos da vizinhança (29). Hoje, a prática é permitida e sancionada pelo Talmud.

A estátua de Moloc, segundo os rabinos talmudistas, era de bronze, sentada num trono do mesmo metal, enfeitada de ornatos reais, a cabeça de novilho e os braços estendidos, como para abraçar alguém. O Bafomet dos Templários, o Bode Preto da maçonaria! Quando se lhe queria imolar uma criança, aquecia-se o interior da estátua com muito fogo e, ao estar toda ardente, punha-se-lhe entre os braços a vítima, logo consumida pelo violento calor (30).

Os judeus tomaram gosto pelo CRIME RITUAL dos cananeus e, quando se espalharam no mundo, tendo trocado a Bíblia pelo Talmud, passaram a sacrificar cristãos sempre que puderam. O sangue das vítimas, misturado ao vinho, serve para amassar o pão ázimo ou pascal, que assim se torna verdadeiro pão abençoado. Com o sangue cristão, de acordo com os ritos talmudistas, se preparam as **fugatias** ou fogaças da cerimônia que precede a ceia pascal nas famílias rabínicas. Depois de pedir ao Deus de Moisés que lance sobre os não-judeus as dez maldições com que cobriu os egípcios, aspergindo a mesa com vinho, o chefe de família divide com os presentes os pães amassados com sangue (31).

Nada inventamos. A história registra CRIMES RITUAIS provados dos judeus desde o ano de 408 de nossa era, quando em Imus, na Ásia Menor, foi imolado um menino cristão. Daí por diante, as comunidades judaicas os cometeram seguidamente, na França, na Inglaterra, na Espanha, na Alemanha, na Boêmia, na Suíca, na Itália, na Áustria, na Hungria, na Lituânia, na Polônia, na Síria, na Rússia, em Rodes, no Egito. J. de Maynadal assegura: "Os ASSASSÍNIOS RITUAIS cometidos pelos judeus são históricos e freqüentes (32)."

Vejamos os que, na verdade, se não podem negar. Em 1071, uma criança em Blois. Em 1137, o aprendiz Guilherme em Norwich. Em 1139, o menino Ricardo em Paris. Em 1198, Santo André em Lucens. Em 1250, São Domingos em Saragoça. Em 1214, um menino em Londres. Em 1255, São Hugo em Lincoln. Em 1260, uma criança em Wissemburgo. Em 1261, uma rapariguinha em Pfortzheim. Em 1283, o criado de um judeu em Praga. Em 1285, uma criança em Munich. Em 1286, São Werner em Wesel e um operário cristão em Praga. Em 1287, o jovem Rodolfo em Berna. Em 1293, um menino em Crems. Em 1303, outro em Vessenseer. Em 1345, outro em Munich. Em 1040, outro em Diessenhofen. Em 1410, outro na Turingia. Em 1429, um mancebo em Ravensburgo. Em 1430, Santo André em Rinn. Em 1475, São Simão em Trento. Em 1480, o jovem Sebastião

em Bérgamo. Em 1486, seis crianças em Ratisbona. Em 1490, Santo Nino em La Guardia. Em 1494, um menino em Tyrmau. Em 1525, duas crianças, uma em Viega, outra em Biring. Em 1540, um menino em Sappenfeld. Em 1574, uma mocinha em Punia. Em 1597, uma criança em Szydlow. Em 1609, o pequeno Lemoine em Metz. Em 1745, São Joannet em Colônia. Em 1775, duas crianças, uma em Thorn, outra na Polônia. Em 1810, uma mulher cristã em Alepo. Em 1831, um menino em São Petersburgo. Em 1840, o padre Tomás e seu criado em Damasco. Em 1843, uma criança em Rodes e outra em Corfu. Em 1881, outra em Alexandria. Em 1882, uma meninota em Tisza-Eszlar. Em 1888, o pequeno Severino Hacke, **sangrado** pelo candidato a rabino Max Bernstein em Breslau. Em 1891, uma criança em Xantin. Em 1899, outra em Polna. Em 1911, o pequeno André Yustchinsky em Kiev (33).

Ainda recentemente, em Paris, o jornal "Le Figaro" acusou o barão Henri de Rotschild de ter feito torturar na antiga abadia de Cernay uma rapariguinha francesa, sendo carrasco "un négre herculéen", a fim de macular a festa cristã do Natal (34)!

Sobre alguns desses crimes houve processos rigorosos que os evidenciaram de modo insofismável, como os de Trento, de Metz, de Damasco, de Tisza-Eszlar e de Kiev. As peças principais do de Damasco estão transcritas e comentadas no famoso livro de Gougenot des Mousseaux, "Le juif, le judaisme et la judaisation des peuples chrétiens". Existe ainda nos arquivos de Metz a sentença do tribunal que condenou o judeu Rafael Lévy por ter cometido o CRIME RITUAL contra um filho do cidadão Lemoine. Os tribunais de Viena condenaram pelo mesmo crime e negaram apelação ao judeu assassino Hilsner (35).

Muitos judeus têm confessado esses crimes e até um rabino, o dr. Jallineck, de Viena, reconhece a sua existência (36). Historiadores filosemitas como Charles Malo e Bail aceitam como CRIMES RITUAIS muitos dos contidos na lista que citamos. Entre eles, o de Trento, que motivou interessante e rigorosíssimo processo de canonização.

O testemunho oficial da Igreja sobre a existência do CRIME RITUAL é o mais valioso e seguro de todos. Afirmaram essa existência os Papas Sixto IV, Sixto V, Gregorio XIII e Bento XIV. Suas Bulas relatam o martírio das crianças **sangradas talmudicamente**. O Papa Bento XIV, na Bula BEATUS ANDREAS, refere-se entre outros assassínios judaicos ao de São Laurentino. A Santa Sé canonizou as seguintes vítimas do rito sangrento dos talmudistas: São Guilherme de Norwich, Santo Henrique de Wissemburgo, São Hugo de Lincoln, São

Werner de Obereswel, São Nino de La Guardia, São Laurentino de Vicencia, São Simão de Trento, Santo André de Lucens e São Domingos de Saragoça, quase todos meninos. Beatificou outros, como André de Rinn.

"Em resumo, todos os povos cristãos da Europa sempre acusaram os judeus de crimes rituais, em todas as épocas, e várias dessas vítimas foram canonizadas pelos Papas. Sentenças de parlamentos, arestos de tribunais provam que os judeus cometem esse crime. Muitos judeus o têm confessado sem torturas. Rabinos convertidos, como o monge Teófilo, revelaram a existência do MISTÉRIO DO SANGUE. Um rabino célebre de Viena, o dr. Jallineck, no fim do século XIX, acusou abertamente seus correligionários dessa prática monstruosa. Enfim, os próprios povos muçulmanos reproduzem a mesma acusação, o que demonstra não ser ela produzida pelo ódio dos cristãos (37)."

Pois bem, era o MISTÉRIO DO SANGUE que, por uma curiosíssima coincidência, ao tempo da "guerra religiosa" contra os bispos de Olinda e Belém, os Muckers praticavam no Brasil, depois de suas assembléias heréticas nas chamadas matas do PADRE ETERNO...

Capítulo IV

EXPERIENTIA IN ANIMA VILI

DEPOIS da guerra do Paraguai, ano a ano o Brasil se foi enfeudando cada vez mais aos barões de Rotschild: Lionel, Nathan, Anthony, Mayer Amschell, James, Alfredo, Carlos, Leopoldo. Uma geração de barões após a outra. Quando casava uma filha ou um filho desses magnatas, depunham-se na corbelha os títulos da dívida brasileira. Arrhas pelo foro do Império! Aos déficits de todos os anos correspondiam empréstimos onerosos e ruinosos, uns atrás dos outros. A Nação vendida aos poucos, inconscientemente por uns, conscientemente por outros!

Em 1871, £ 3.000.000 que vão custar £ 10.000.000, tipo 89, juros de 5%, prazo de 38 anos. "Para despesas extraordinárias do Império." Custou-nos a operação, no final das contas, quase quarenta mil contos de réis. Em 1875, negociadas pelo barão de Penedo, £ 5.301.191, mesmo prazo e juros idênticos, tipo melhor, 96 1/2. Também para "despesas extraordinárias". Custaram-nos outras £ 10.000.00, quarenta e seis mil contos! Em 1883, £ 4.000.000, em condições mais ou menos semelhantes, que acabaríamos de pagar em 1922! Recebemos realmente £ 3.560.000 e pagamos £ 18.475.128! Em 1886, £ 6.000.000, para pagar a **dívida flutuante**, que custarão £ 11.897.350. Em 1888, ainda £ 6.000.000, que sairão por quase £ 15.000.000! Afinal, em 1889, ao abeirar-se a República: "O derradeiro empréstimo do regime imperial, negociado pelo conselheiro José A. de Azevedo e Castro, delegado do Tesouro, com Rotschild, destinado à conversão dos empréstimos de 1865, 1871, 1875 e 1888, de £ 17.213.300, tipo 90, juros de 4% e prazo de 56 anos, isto é, até 1945! Rendeu £ 15.492.150, pelas quais daremos £ 55.571.740!!! Esta operação foi ratificada pelo Governo Republicano em 1890, a 29 de abril, assinando pela República o mesmo conselheiro que assinara antes pelo Império (1)." As somas vinham num crescendo espantoso e, Repúbli-

ca ou Monarquia, seria Rotschild quem continuaria a mandar no Brasil endividado.

A Monarquia legou à República uma dívida aos barões de Rotschild de £ 30.000.000, capital, sem contar os juros a pagar, dívida que começara por £ 3.000.000, logo após a Independência (2). O Brasil trabalhava e suava para pagar aos judeus, seus reis financeiros. Podia vir o Terceiro Reinado e podia vir a República, o verdadeiro soberano do país, disfarçado por trás do governo visível, seria o banqueiro internacional. Para isso, o judaísmo não deixaria nunca a Nação se libertar economicamente. Sob a forma republicana, na verdade, ela seria mais dócil ao freio e mais facilmente explorável. A finança judaica, portanto, dava preferência a essa forma, que melhor lhe permitiria fazer no organismo nacional, em seu proveito, a aplicação de teorias econômicas e de doutrinas financeiras, que, arruinando a fazenda pública e destruindo a particular, sob pomposos nomes técnicos e retumbantes citações de economistas hebreus, sugassem do Brasil, sem que o povo desse por isso, todo o seu sangue. EXPERIENTIA IN ANIMA VILI!

Um dos efeitos da colonização bancária judaica é o aumento de impostos para pagamento da dívida crescente, encarecendo a vida e provocando a revolta da população contra os governos. O judeu, embora não o pareça, é o único fator de tais desordens que enfraquecem o organismo nacional e o preparam para o domínio do parasita. A Monarquia Brasileira sentiu isso em 1880, na questão chamada do Imposto do Vintém.

A lei mandava cobrar mais 20 réis por passagem nas vias férreas e carris urbanos. Os jornais criticaram a taxa, discutiu-se a dificuldade de pagá-la por causa do troco, disto ou daquilo. Invocaram-se pretextos de toda a natureza. Imposto vexatório. Violência fiscal. Opressão do governo. Tudo servia ao combate. Realizaram-se comícios. Oradores maçons e republicanos envenenaram o espírito da população. A patuléia irritada e excitada começou a arrancar trilhos, a queimar bondes, a espancar cocheiros e cobradores inocentes, recebendo a pedrada e caco de garrafa ou mesmo tiro de revólver as tropas encarregadas de manter a ordem. O comércio fechou. Durante quatro dias houve desordens. Levantaram-se barricadas no largo de São Francisco e na rua da Uruguaiana, que os soldados do general Antônio Enéas Galvão, barão do Rio Apa, tiveram de tomar à baioneta. Houve mortos e feridos (3).

Na opinião do conde de Afonso Celso, contemporâneo dos acontecimentos e filho do então ministro visconde de Ouro Preto, aquela

revolta popular, provocada por um motivo fútil pelos mutinos e agitadores contumazes, assessorados por vagabundos e capoeiras profissionais, nada mais fôra do que um "pretexto para experimentar forças (4)", por parte dos que desejavam o fim da Monarquia. Um ensaio. Espécie de greve general na técnica revolucionária de nossos dias. EXPERIENTIA IN ANIMA VILI!

Desde 1864, pari passu com a intervenção no Uruguai, a situação econômico-financeira se ia agravando. O antigo Rei da Finança, o barão de Mauá, confessava na sua "Exposição aos credores" que a desgraça começara justamente naquela época. Onze anos depois estava no auge, em 1875, quando governava o gabinete Rio Branco a pique de passar o bastão ao gabinete Caxias, que tomou a crise em cheio. Em 1874, delineara-se essa grande crise com a falta de numerário em circulação. Os negócios anquilosavam-se. Situação aflitiva nos mercados. Como que um estancamento da vida econômica. A produção não se escoava. Não havia dinheiro para o menor movimento comercial.

Era o resultado fatal da deflação violenta, aconselhada tecnicamente ao governo, de acordo com os teoristas judaicos; para quem o ouro não é estalão de troca, denominador comum de mercadorias, representante de utilidades, mas mercadoria como outra qualquer, que se vende, permuta, importa e exporta, provocando crises em toda a parte, sucessivamente, jogo em que ganham na certa os que jogam com cartas marcadas, os donos do ouro do mundo.

O Tesouro chegara a anunciar que recebia dinheiro a prêmio! Em dezembro de 1874, as caixas dos bancos estavam raspadas. O único banco que possuía ainda alguma disponibilidade no cofre era o Banco do Brasil, a ridicularia de 400 contos! Não era possível realizar o menor pagamento ou fazer um adiantamento qualquer à praça, que sufocava (5).

Naturalmente, o governo veio em socorro do comércio asfixiado, da indústria parada e da lavoura em apuros, decretando remédios urgentes. Aquilo fôra causado pela deflação? Pois bem, que se aplicasse uma medida contrária, a inflação. **Contraria, contraria curantur**. A deflação fôra violenta? Seria violenta a inflação. Veio a chamada Lei dos Auxílios. Lançou-se na rua uma emissão de papel moeda de 25 mil contos, que se denominou "moeda provisória" (6). No decorrer de toda a nossa história econômico-financeira, encontraremos continuamente essa gangorra: deflação e inflação como remédios às crises que periodicamente depauperam a economia. EXPERIENTIA IN ANIMA VILI!

Compreenderemos bem a razão oculta disso, lendo este pedacinho dos "Protocolos dos Sábios de Sião": "As crises econômicas têm sido produzidas por nós contra os cristãos COM O ÚNICO FITO DE RETIRAR O DINHEIRO DA CIRCULAÇÃO. Enormes capitais ficam estagnados e SUPRIMEM O NUMERÁRIO DOS ESTADOS, obrigando-os a pedi-lo a esses mesmos capitais. Tais empréstimos gravam as finanças públicas COM O PESO DOS JUROS, TORNANDO OS GOVERNOS ESCRAVOS DO CAPITAL. A concentração da indústria, por sua vez, nas mãos dos capitalistas mata a pequena indústria e absorve todas as forças do povo, e, ao mesmo tempo, as do Estado... As emissões atuais de dinheiro, em geral, não correspondem ao número do consumo **per capita** e não podem, conseguintemente, satisfazer as necessidades dos trabalhadores. As emissões devem estar em proporção ao acréscimo da população. ...A MOEDA, DE PAPEL OU DE PAU, DEVE SER CRIADA SOBRE O TRABALHO... Todo empréstimo prova fraqueza do Estado e incompreensão dos direitos do Estado. Os empréstimos, como a espada de Dâmocles, estão suspensos sobre as cabeças do governantes, que, em lugar de pedirem o que precisam a um imposto temporário, estendem a mão aos banqueiros. OS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS SÃO SANGUESSUGAS QUE NÃO LARGAM O CORPO DA NAÇÃO SENÃO CHEIAS OU ARRANCADAS À FORÇA. Mas os Estados cristãos não fazem isso e continuam a aumentá-las, embora devam perecer voluntariamente sangrados... Se o empréstimo é taxado em 5%, em vinte anos o Estado pagou de juros um capital igual ao que recebeu, em quarenta anos o duplo e em sessenta o triplo, continuando a dívida principal por inteiro (7)."

Na verdade, assim, Israel gravou todos os povos com uma nova hipoteca "que eles jamais poderão pagar com suas rendas. O domínio universal que tantos conquistadores sonharam está nas mãos dos judeus... Jerusalém impôs tributo aos Impérios. A melhor parte da renda pública de todos os Estados, o produto mais direto do trabalho de todos passa para a bolsa dos judeus sob o nome de juros da Dívida Nacional (8)."

A crise de 1875 foi terrível e fulminante. Estava no governo o grão-mestre da maçonaria, quando se armou e desencadeou. Coincidência curiosa! Os bancos Alemão, Nacional e Mauá suspenderam pagamentos. O Tesouro tinha cambiais de Mauá protestadas. Devolveram-lhe dos Estados Unidos saques no valor de £ 3.000. Recorreu ao Banco do Brasil, pedindo um empréstimo de três mil contos com garantias de títulos. Nada obteve. Outras portas fechadas. A corrida

em cima. Abriu falência, dando, segundo uns, sete, segundo outros, dez mil contos de prejuízo ao erário imperial. Houve debates no parlamento (9).

Um descalabro no comércio do Brasil. Inúmeras casas fecharam as portas. Muita gente arruinada da noite para o dia. Capitais emigraram. Até capitais brasileiros procuraram melhor emprego no Rio da Prata. Montevidéu foi alcançada pela crise. Mauá estava estabelecido lá. Buenos Aires ganhou muito. Quando se delineou a campanha abolicionista, a economia nacional ainda estava sob o abalo dessa crise. A fuga dos negros para quilombos e cidades, ajudados pelas sociedades libertadoras, deixava em abandono fazendas e mais fazendas. Os próprios donos as desamparavam. Antes da abolição definitiva, havia lugares, como Santos, onde os escravos refugiados subiam a mais de dez mil! Uma crise sobre a outra.

A maçonaria destruía no setor econômico-financeiro qualquer possibilidade de um Terceiro Reinado. O país estava definitivamente hipotecado ao judeu, a quem melhor convinha a República para mais seguramente realizar à custa de um povo explorado, verdadeira cobaia de laboratório, através da inópia ou pretensão de presidentes ou ministros da Fazenda, empréstimos, fundings, encampações, defesas de produtos, valorizações, desvalorizações, inflações, deflações, sustentamento de taxas cambiais, conversões, estabilizações e todos os demais malabarismos do gênero, a sua EXPERIENTIA IN ANIMA VILI!...

Capítulo V

O ÍDOLO DA MOCIDADE MILITAR

Ao mesmo tempo que combatiam a religião do Estado, as forças secretas procuravam alienar do Império o apoio dos militares. A intriga entre os generais começou no próprio ano em que terminou a guerra do Paraguai, lançando Osório contra Caxias. Já se procurara desprestigiar este, quando no comando chefe, obrigando-o a um pedido de demissão que o governo teve o bom senso de não aceitar. O velho estratego tivera sempre, durante a guerra, a maior consideração pelo bravo gaúcho, veterano de Sarandi, primeiro general chefe dos brasileiros, organizador da concentração de Concórdia, invasor do território inimigo, vencedor do Estero Bellaco e de Tuiuti, que, depois, se sujeitara patrioticamente a comandar sob as ordens de Caxias até ser ferido em Avaí. Era o único general a quem a guarda de pessoa do comandante chefe prestava honras militares. Uniam-nos admiração e estima recíprocas, embora os separasse a política. Osório era liberal; Caxias, conservador. Ambos pertenciam à maçonaria, mas pouco ou nada a freqüentavam (1).

A intriga preparada na sombra veio a furo na sessão do Senado de 9 de setembro de 1870, por ocasião de ser votado o orçamento da guerra. Encarregou-se do feito o senador maçon Silveira da Mota, relembrando o reconhecimento de Humaitá e a maneira como o descrevera o "Diário do Exército", redigido sob as vistas de Caxias. Havia ali uns pontos que não exprimiam bem a verdade e deixavam mal o general Osório. Este viu-se obrigado a intervir, explicando os acontecimentos e o velho duque, que não era tribuno, defendeu-se mal. O estremecimento ficou, sobretudo porque Silveira da Mota já se apresentava armado com cartas de Osório, em torno das quais fez inúmeras chicanas (21).

Ora, o reconhecimento de Humaitá, comandado por Osório, realizara-se a 16 de julho de 1868, havendo, portanto, dois anos que a relação do "Diário do Exército" fôra publicada e distribuída. Nunca

ninguém levantara a lebre. Era uma questão de nonada sobre transmissão de ordens que não valia o estardalhaço. Sentia-se a coisa preparada na maneira insólita com que se agarrou o primeiro pretexto e nas cartas que trazia o provador do incidente. Que tinha a ver com este o orçamento da guerra?

Respondendo a Silveira da Mota, o duque disse uma grande verdade: "As opiniões políticas levam os homens muito longe." Mais longe ainda os leva a insídia satânica da maçonaria. O vencedor de Lomas Valentinas reconhecia em 21 de junho de 1868, numa carta íntima a Osório, que as intrigas rondavam já os generais empenhados na campanha. Primeiro se haviam servido do nome de Porto Alegre contra ele, Caxias; depois, começaram a servir-se do de Osório. Atribuía o trabalho de sapa aos políticos (3).

O grão-mestre Paranhos subiu à tribuna e fez um discurso harmonizante, hábil, que procurava acalmar o ânimo dos contendores. A maçonaria mordia com uma boca e soprava com a outra. Em aparte, o barão de São Lourenço indagava: — "Para que explorar isso?" Sim, para que obrigar o velho soldado que pacificara, unira e defendera o Brasil durante meio século a vir de público tartamudear explicações de um incidente remoto e esquecido? Para humilhar o general chefe do exército vitorioso, fazendo criticar no Senado os seus atos militares por um bacharel politiqueiro, para quebrar o elo de amizade que o prendia a outro bravo, quase tão prestigioso no seio da tropa quanto ele, e oferece ao Exército o espetáculo desse bate-boca. Obra horrendamente maçônica. Objetarão que os dois cabos de guerra eram maçons e que, então, a maçonaria combatia contra seus próprios membros. Quem conhece a fundo a maçonaria sabe que ela obedece às sugestões e ao comando invisível do judaísmo, e que este se utiliza dela sem a menor compaixão pelos cristãos néscios que se iniciam nas lojas e lhe servem de instrumentos. Atiram-nos uns contra os outros ou os unem, conforme as necessidades. E, segundo os "Protocolos dos Sábios de Sião", o judaísmo internacional destruirá a própria maçonaria no dia em que, de posse do domínio do mundo, dela não precisar mais.

Logo após a intriga entre os chefes, começou o desprestígio do próprio Exército. O positivismo infiltrado na Escola Militar corroeu-o como um veneno terrível. As gerações de oficiais matemáticos que foram saindo dos cursos após a guerra vinham empeçonhadas por todo o **fatras** do contismo. Datavam as cartas pelo calendário positivista, chamavam à Terra o Grande Feitiço, diziam de olhos revirados **papai Comte e mamãe Clotilde**, pregavam o separatismo das **pe-**

quenas pátrias, amesquinhavam o Império e ridiculizavam a guerra de que saíra vitorioso. Assim, o Exército perdeu as valiosas lições práticas da campanha. "Nada lucrou — declara o general Tasso Fragoso — o ensino militar depois de uma guerra de cinco anos, levada a efeito no estrangeiro e a que levamos mais de cem mil homens e uma poderosa esquadra; em que surgiram os problemas estratégicos mais interessantes e tanta experiência se granjeou do ponto de vista tático. A razão é simples. O ensino das escolas continuou a ser feito em geral por oficiais que não haviam participado da peleja... Destarte perdeu-se um tesouro e viemos aprender, quarenta e oito anos depois, coisas que a peregrinação pelos banhados, pelas coxilhas e pelas florestas paraguaias de há muito nos tinha revelado (4)."

"Os contistas — depõe um escritor militar — pregaram a sabotagem da guerra do Paraguai; a deturpação de suas causas; a desmoralização de seus chefes; a desvalorização de seus esforços e das suas glórias, a ponto de apresentá-lo como um **rolo**, quando foi perfeitamente conduzida por Caxias; o não aproveitamento de suas lições... (5)" Para o contismo, o Brasil imperialista provocara o conflito de que o Paraguai infeliz fôra a vítima. Este sistema de desmoralizar a guerra vinha em linha reta do ensinamento de Benjamin Constant e atingiu o apogeu nos escritos maçudos e indigestos do Papa-Verde Teixeira Mendes (6). Entre o fim da guerra e a primeira década da República, não cessou a campanha contra a guerra do Paraguai. "Conheci esse período — afirma um general brasileiro — e lembro-me como os veteranos da campanha escondiam as medalhas, temerosos de que a nova geração as considerasse símbolos de opróbrio (7)!"

O último general que comandara esses veteranos sofreu também a mais terrível campanha destinada a evitar o Terceiro Reinado. Era um príncipe estrangeiro e ela surtiu o efeito desejado. Desde 1870, começou-se a chamar o Terceiro Reinado, com maldade proposital, o Reinado Francês. Desejava-se ferir o amor próprio nacional, provocando sua reação. Esse príncipe francês tinha os graves defeitos de não ser e não querer ser maçon, de não aceitar homenagens maçônicas, de se manter alheio à "vida convulsa dos partidos", de nunca se manifestar politicamente. Contra ele se espalhou a "moeda falsa da calúnia": avarento como seu avô Luiz Filipe, deselegante, descortês, acumulador de soldos (8). A **avultada** dotação anual da princesa — 150 contos — era gasta na maior parte em obras pias. Ninguém via isso e, como os herdeiros do Trono vivessem modestamente, diziam que entesouravam rios de dinheiro... Ninguém foi mais

mal compreendido no Brasil do que o conde d'Eu (9). Daqui se retirou serenamente e, quando regressou no seu caixão mortuário, o corpo do general vencedor em Peribebui e Campo Grande não teve as honras militares. Isto num país que engrinaldava de bordados de general o braço dos caudilhos do Sul e até de chefes de cangaceiros do Nordeste!...

Isolou-se o militar depois da guerra, de modo a tornar o Exército um corpo estranho na vida nacional, impedindo sua comunhão íntima com as dores e anseios do povo. Diminuiram-lhe o soldo e tornaram lentas as promoções. Ao mesmo tempo, comparavam sua vida com a existência folgada de outras classes. O país era dos bacharéis, diziam. Só os bacharéis mandavam. Só os bacharéis faziam carreira. Preparava-se, assim, uma verdadeira luta de classes (10).

O Brasil dividiu-se em PAISANOS e MILITARES. Estes formavam "uma classe distinta e separada no meio da Nação". Malevolência dos paisanos; debique dos oficiais: "antipatia positiva". Os oficiais positivistas detestavam os políticos. Sustentava-se que o Exército tudo fizera — Independência, guerras internas e externas. Criava-se a mística de sua incorruptibilidade e pureza, únicas capazes de salvar a Nação. Todavia, o próprio Exército se achava dividido: de major para cima, monarquistas, conservadores, os TARIMBEIROS; de major para baixo, republicanos, positivistas, OFICIAIS DE CURSO, OS DOUTORES (11).

No decurso do tempo, os dois grandes chefes que a maçonaria tinha intrigado em 1870, haviam morrido, Caxias em 1877, Osório em 1880. Eram as duas grandes figuras militares dos partidos rivais. Por quem substituí-las? Os liberais enfeitaram o visconde de Pelotas; os conservadores, Deodoro da Fonseca. Com qualquer dos dois a maçonaria se dava bem. Ambos pertenciam à Ordem. Ambos solidarizavam-se no espírito da corporação a que pertenciam.

Depois da questão religiosa, era imprescindível para a obra das forças secretas uma questão militar. Anunciada, como vimos, desde 1870, com a intriga maçônica de Silveira Lobo, começou a delinear-se de 1883 a 1884 nos primeiros atritos entre os ministros civis das pastas militares e as classes armadas. Cadetes e oficiais tomavam parte nas manifestações da cruzada abolicionista e eram repreendidos, o que multiplicava os incidentes desagradáveis.

Em 1885, o estado dos espíritos nos meios militares era já bastante agitado. Os oficiais discutiam abolicionismo ou política pela imprensa. Punidos pelos ministros, criavam casos. É curioso que, em geral, isso se desse com oficiais maçons. O primeiro caso foi o do

major Sena Madureira, contra cuja punição o Exército se manifestou coletivamente. Deodoro da Fonseca prestigiou-o. O segundo, o do tenente-coronel Cunha Matos, cuja prisão o visconde de Pelotas considerou em discurso no Senado injúria à classe militar, que defendia "com a lei ou sem ela".

A indisciplina lavrou nas guarnições de Norte a Sul. No Rio Grande do Sul, os comícios de oficiais contra o governo eram ostensivamente permitidos pelo general Deodoro, em 1886. A maçonaria tecia uma urdidura de guarnição em guarnição e de corpo a corpo, no sentido de "nomear Deodoro como representante da classe, com os devidos poderes para lhe defender os interesses e os sentimentos de honra." Em 1887, podia-se dizer que a situação militar era, de fato, **revolucionária** (12).

Diretores de institutos militares, como o da Escola Militar do Ceará, passavam telegramas insultuosos ao ministro da Guerra. Oficiais desidiosos na guarda que lhes era chefiada, como o que comandava a do Tesouro e foi apanhado dormindo, iam para os jornais discutir os motivos de sua prisão. Em São Paulo, os oficiais impunham a demissão do chefe de polícia. O governo via-se obrigado a mandar transferir para o Amazonas o 22º de infantaria, de guarnição na Corte, cuja atitude era de franca turbulência e a mandar Deodoro, com os oficiais de sua roda, em missão a Mato Grosso, comandando uma expedição motivada pela tensão de relações com a Bolívia. Os ministérios saíam

arranhados dessas contendas. O gabinete Cotegipe caía devido a um incidente entre a polícia civil e um oficial de marinha, em 1888. A maçonaria intrigava com os boatos de nova organização da Guarda Nacional da Corte, reeditando a obra de Feijó contra o Exército insubordinado da Regência, e do aumento da polícia, a Guarda Negra, no mesmo sentido. Ciciava-se que o governo acabaria dissolvendo o Exército...

O Imperador ficara diabético desde 1887. Não via nem compreendia mais as coisas com a acuidade dos outros tempos. Envelhecera no governo. Estava cansado. Em 1883, quando um grupo de oficiais do 1º de Cavalaria assassinara ao sair da chefatura de polícia, onde fôra pedir garantias de vida, o redator do "Corsário", Apulcro de Castro, prestigiara-os com uma visita ao regimento, que vingara a honra da sociedade ultrajada por esse **testa de ferro**, "instrumento de paixões alheias", que devassava as vidas privadas e atacava o Exército (13). Fôra seu último gesto de decisão. Depois, como que o tomou uma certa apatia até que, em 1889, de regresso da última viagem ao Velho Mundo, corroído pela doença, estava preparado para a imolação. Aliás, ele, no fundo, não queria a Coroa imposta à Nação, mas imposta pela Nação. Os jovens alunos saídos das Escolas Militares, com o galão novo em folha na manga da farda, provectos em matemática e mestres em filosofia positiva, mas absolutamente ignorantes da tradição militar da Pátria, não haviam conhecido o Imperador ativo e sólido de outros tempos. Viam um velho encanecido, ligeiramente acurvado, com um prognatismo que as revistas ilustradas caricaturavam numa castanha de caju, modestamente vestido à paisana, sem o menor garbo militar, que os jornais alcunhavam de Pedro Banana. A saúde combalida do soberado "simbolizava o próprio declínio das instituições". O regime agonizava. E o Exército "rompera seus liames de simpatia com ele, e esperava os acontecimentos, firmemente decidido a não se opor a nenhuma mudança democrática (14)."

Essa mocidade não gritara mais com entusiasmo o VIVA O IMPERADOR! dos Exércitos Imperiais vitoriosos em Caseros e Avaí. Adorava outro ídolo, "um professor já de meia idade, o tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Havia tomado parte na campanha do Paraguai; era bom matemático e tido como profundo pensador. Desde muitos anos fôra republicano, e, como tal e apesar do seu credo político, o Imperador o convidara para professor de seus netos. Entre ambos, existiam recíprocas afeição e estima, baseadas na sinceridade de suas opiniões. Para os estudantes militares, sua palavra era oracular. Com eles conversando e conferenciando, seu

prestígio ia sempre crescendo, até que, de uma feita, os cadetes lhe pediram de conduzir o Exército e guiar o país fora dessa tremenda situação. Numerosos oficiais aderiram a esse movimento ilegal (15)."

O judeu Isaac Izeckson escreve o seguinte sobre Benjamin Constant, o ídolo e oráculo da mocidade militar na agonia do Império: "Se Deodoro foi o executor do plano republicano, Benjamin Constant foi o seu organizador e principal propagandista. Pois bem, BENJAMIN CONSTANT TAMBÉM ERA JUDEU. Afirmam-no ainda hoje parentes seus."

Também era judeu?

Sim, porque antes afirmara: "Deodoro é o descendente daqueles Fonsecas judeus que chegaram a Pernambuco durante a invasão holandesa e que, depois, foram obrigados a abjurar a sua religião. Alguns membros de sua família foram perseguidos pela Inquisição e um deles, D. Dionísia da Fonseca, chegou a ser queimada viva... E ninguém poderá negar que Deodoro tinha em suas veias legítimo sangue judaico."

Cheio de suficiência, o judeu Isaac Izeckson acrescenta: "Parece que o destino distribuiu tudo de tal modo que, em todos os fatos decisivos da história brasileira, devem aparecer judeus, tomando parte predominante, a demonstrar o seu amor e sacrifício pela terra que os acolheu ou os seus antepassados (16)."

Deixamos o que diz o judeu petulante ao julgamento esclarecido do leitor, abstendo-nos de qualquer opinião a respeito por não termos em mão nenhuma documentação segura sobre o judaísmo de Deodoro e Benjamin. A bravura militar do primeiro, contudo, parece ser desmentido formal à existência de sangue israelita em suas veias. O segundo era a negação do soldado, de maneira que a mocidade militar daquele tempo teve, paradoxalmente, como ídolo, não um guerreiro, mas um PAISANO FARDADO. Sinal da época...

crescendo ia sempre crescendo, até que, de uma feita, os cadetes lhe impediram de continuar, e o Exército, o país fora dessa, vem a revolução. Numerosos oficiais aderiram a esse movimento (...)(15).

O judeu Isaac Izecksohn escreveu o seguinte sobre Benjamin Constant, o ídolo e o cérebro da mocidade militar nas vésperas do 15 de novembro: "Se Deodoro foi o executor do golpe republicano, Benjamin Constant foi o seu organizador e principal propagandista. Pois bem, BENJAMIN CONSTANT TAMBÉM ERA JUDEU. Afirmam-no ainda hoje parentes seus."

"Também era judeu?"

Sim, porque assim afirmam. "Deodoro é o descendente dos velhos Fonsecas judeus que chegaram a Pernambuco durante a invasão holandesa e que, depois, foram obrigados a abjurar a sua religião. Alguns membros de sua família foram perseguidos pela Inquisição e um deles, D. Dionísia da Fonseca, chegou a ser queimada viva... E ninguém poderá negar que Deodoro tinha em suas veias legítimo sangue judaico."

Cheio de suficiência, o judeu Isaac Izecksohn acrescenta: "Parece que o destino distribuiu tudo de tal modo que, em todos os fatos decisivos da história brasileira, deviam aparecer judeus, tomando parte predominante, a demonstrar o seu amor e sacrifício pela terra que os acolheu ou os seus antepassados (15)."

Deixemos o que diz o judeu petulante ao julgamento esclarecido do leitor, abstendo-nos de qualquer opinião a respeito por não termos em mão nenhuma documentação segura sobre o judaísmo de Deodoro e Benjamin. A bravura militar do primeiro, contudo, parece ser desmentido formal à existência de sangue israelita em suas veias. O segundo era a negação do soldado, de maneira que a mocidade militar daquele tempo teve, paradoxalmente, como ídolo, não um guerreiro, mas um PAISANO FARDADO. Sinal da época...

Capítulo VI

A SENTENÇA DE MORTE DA MONARQUIA

A conservação ou o fim da escravatura, tanto na América do Sul como na do Norte, foram trunfos com que o Poder Oculto de Israel manobrou a política dos Estados, cuja economia repousava no braço africano, ao sabor de seus interesses para a divisão e o domínio dos povos.

Essas manobras desencadearam na América do Norte a guerra da Secessão, que quase divide os Estados Unidos e entrega seus dois pedaços ao imperialismo judaico. No Brasil, elas atormentaram o Império até a questão Christie e o agitaram através da filantropia maçônica até a abolição, que, destruindo de golpe a riqueza dos proprietários de terras, alienou do Trono o apoio da classe conservadora rural e permitiu a rápida eclosão da República.

A guerra civil norte-americana, que vamos resumir para exemplificar nosso ponto de vista, foi obra da judiaria internacional com o fito de "destruir os Estados Unidos (1)." A agitação anti-escravista começou em 1854, após a revogação do édito de 1820, denominado o Compromisso do Missuri, organizada pelos judeus Frank e Judah Benjamin, que fomentaram a discórdia entre os Estados do Norte e do Sul. Aqueles, mais industriais, não precisavam muito do braço negro; estes, agrícolas, não o podiam dispensar sem o substituir. Para essa campanha, o judeu Haim Salomon, imensamente rico, forneceu 600.000 dólares (2). Rotschild, por sua vez, adiantou somas consideráveis (3). Por toda a parte, nas pequenas cidades, nas aldeias, nas fazendas e nos campos, enxameavam os agentes secretos do judaísmo, pregando a revolta do Sul, que queria conservar os escravos, contra o Norte, que os queria libertar (4).

A guerra civil começou em 1861 e em 1863 havia um milhão de homens em luta. Os negócios de armas eram fenomenais. Os judeus ganhavam nos fornecimentos militares, nas compras e vendas de títulos, nas especulações dos bens desvalorizados, rios de dinheiro.

Foi a origem do seu grande enriquecimento nas terras de Tio Sam, que lhes iria dar completo domínio sobre ela, como profetizou Benjamin Franklin. O Governo Federal devia nessa época aos banqueiros judeus... 7.000.000 de dólares. A Confederação Sulista era inteiramente manobrada pelo judeu Judah Benjamin, Secretário de Estado! Esse dinheiro gasto na sangueira fratricida, em proveito somente do judaísmo, teria sido mais do que bastante para indenizar todos os proprietários de escravos do Sul, como o desejava o grande presidente abolicionista Abraão Lincoln. Entretanto, além da soma formidável, a Nação Americana perdia no espantoso conflito 485.245 de seus filhos, mortos ou feridos.

Em abril de 1865, os sulistas eram batidos e o presidente Lincoln, que se opunha a certas manobras judaicas, assassinado covardemente num camarote de teatro pelo judeu e maçon John Wilkes Booth (5). "A guerra civil americana tinha ramificações profundas na Europa." Nesse tempo, d'Israeli dominava judaicamente a Inglaterra e Adolfo Isaac Crémieux, fundador da célebre Aliança Israelita Universal, mãe das Internacionais, a França. A judiaria concebera o plano sinistro e gigantesco de dividir, enfraquecer e destruir os Estados Unidos, que lhe não convinha crescesse demais, fazendo sombra ao imperialismo judaico-inglês. A MÃO OCULTA persuadira Napoleão III a criar o Império Mexicano contra os Estados Unidos, a fim de arrancar-lhe o Texas e a Califórnia, fazendo a Luiziânia reverter à França. A Inglaterra pretendia arredondar seus territórios do lado do Canadá. Lincoln foi eliminado por se opor a tais combinações com seu formidável prestígio. Elas felizmente goraram (6). Prenderam-se agentes sulistas a bordo de um navio inglês, o "Trent" (7).

Foi o czar Alexandre II da Rússia quem causou o malogro definitivo do plano secreto, comunicando a Napoleão III que consideraria **casus belli** qualquer ato de hostilidade contra o Governo Federal norte-americano a braços com a insurreição armada e pondo sua marinha de guerra à disposição do presidente Lincoln. Os judeus norte-americanos vingaram-se em 1917, estipendiando com o dinheiro de Jacob Schrift a revolução bolchevista dirigida tecnicamente por Leon Braunstein, vulgo Trotski. "É evidente que essa corajosa intervenção não poderia aumentar o amor da dinastia dos Rotschild pela dos Romanof. A vingança dos judeus foi terrível!" Nicolau II pagou a dívida de Alexandre II.

No nosso país, com os mesmos propósitos de enfraquecimento econômico, luta civil e desagregação, não podia o judaísmo maçônico deixar de lançar mão da mesma arma, fácil de manejar sob o disfarce

de humanidade e filantropia. Teceu, pois, todas as intrigas possíveis em torno do Instituto Servil. Desde a Independência. A questão Christie em 1863 foi mero resultado do que se vinha de longa data preparando. Quando o Paraguai foi atirado pela MÃO OCULTA contra o Brasil, a grande esperança de vitória era a revolta dos negros. Os Malês da Bahia haviam outrora mostrado que isso não era impraticável. A campanha judaica de imprensa a favor do Paraguai e contra nós, no mundo inteiro, girou em torno da acusação constante e imutável — O IMPÉRIO ESCRAVISTA!

Não defendemos absolutamente a escravidão, mancha hedionda da humanidade. Apreciamo-la sem sentimentalismo fingido, como um fato social que se devia abolir, mas não em obediência a planos ocultos e sim pesando e medindo suas conseqüências em relação à vida econômica do país. "A escravidão, coeva da conquista, criara por três séculos raízes profundas no solo. Nascidos e criados na sua atmosfera; ouvindo desde o berço que a raça negra lucrava em sair da barbárie africana para o seio do cristianismo; não tendo idéia alguma de trabalho produtivo que não fosse o do braço escravo, a reforma realizada em 1888, a todos nós antes de 1871 se afigurara uma impossibilidade (8)." Estas judiciosas considerações de Cristiano Ottoni pintam admiravelmente a realidade, exprimem bem a mentalidade da época. A escravidão era, em verdade, um mal de que só a Divina Providência nos poderia salvar, no diz de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu.

Provinha de duas fontes: tráfico e reprodução. Contra a primeira, os ingleses desfecharam campanha interesseira e sem tréguas. Desde 1831, era considerado pirataria. Depois de 1850, feneceu no contrabando até cessar de todo na era de 60. A reprodução foi fulminada pela lei do Ventre Livre.

Em 1862, a maçonaria ativou a campanha, mas sempre de molde a se não encontrar a fórmula das indenizações ou substituições, o que só fazia agravar a situação. Tal como nos Estados Unidos. Tavares Bastos levava por diante uma forte propaganda abolicionista no "Correio Mercantil", nas proximidades da questão Christie. Parecia combinado... Em 1867, o maçônico Conselho de Estado começou a estudar uma solução **no maior sigilo**. Em 1871, o maçon Silveira da Mota precedia a lei do Ventre Livre com seu projeto de imposto fixo e proibição da venda de escravos, cujo número se calculava em milhão e meio (9). Restrições à propriedade privada garantida pelas leis do país. A famosa lei do Ventre Livre foi, afinal, recomendada oficialmente pelo Grande Oriente de França (10).

A abolição tinha de ser feita gradualmente. Não era propriamente uma aspiração nacional, pois que se não compreendia outra forma de trabalho, como observou Cristiano Ottoni. Em 1865, Montezuma propunha a abolição no prazo de 15 anos, dando tempo aos proprietários de escravos de tomarem providências. Em 1866, a Junta Francesa de Emancipação dos Negros, dominada pela Aliança Israelita Universal e pela maçonaria, metia o bedelho nessa questão de nossa vida interna, enviando uma mensagem a D. Pedro II, em que o concitava a acabar com a escravatura. O Imperador respondia-lhe, declarando considerar a emancipação objeto de primeira importância. Dependia de uma questão de forma e de oportunidade a solução do problema. Logo que terminasse a guerra do Paraguai, não se descuidaria de tratar de sua realização.

De fato, pouco mais de um ano após a morte de López no Aquidaban, saía a lei do Ventre Litre, que marcava grande passo para a abolição total, estancando a derradeira fonte de escravos que restava. De então por diante seria questão de tempo.

A mensagem da Junta Francesa viera no mesmo ano em que o maçon e bucheiro Pimenta Bueno, marquês de São Vicente, inspirando-se na legislação colonial portuguesa, organizara cinco projetos emancipadores, "estreitamente ligados". Deles nasceu formalisticamente a lei do Ventre Livre. O 1º libertava os ventres. O 2º criava Juntas de Emancipação, reconhecendo os pecúlios dos escravos e impedindo a separação dos cônjuges. O 3º matriculava obrigatoriamente os escravos da roça para que gozassem de proteção legal. O 4º libertava os de cinco anos de idade. O 5º libertava os escravos dos conventos (11).

O Imperador cumpriu a promessa feita à Junta Francesa. Seis meses após o término da guerra, convocava o Conselho de Estado, ao qual participava os cinco projetos que Pimenta Bueno lhe apresentara com um memorial, **secretamente**. De fevereiro de 1867 até 1870, o Conselho de Estado prosseguiu **em segredo** os estudos do problema. Nesse último ano, a dissidência conservadora da Câmara recebeu **também em segredo** comunicação daqueles papéis e apresentou parecer sobre a "base preponderante" da liberdade dos ventres, sendo os nascituros conservados até 21 anos com os senhores dos pais ou entregues ao governo, aos oito anos, mediante indenização do que tivessem custado em alimentação (12).

Todo esse **segredo** visava não alarmar os proprietários de escravos, evitar as discussões nos jornais, impedir a reação dos interessados, tanto as medidas propostas, devendo realizar-se de modo

primário e subitâneo, afetavam na sua base a economia da Nação e ameaçavam vivamente a fortuna particular, especialmente dos grandes cultivadores de café. O Imperador seguiu para a Europa no mês de março de 1871. A 29 de setembro, sob a regência da Princesa Imperial, Rio Branco, em quem Inhomerim via "dedicação sem limites" à Sua Majestade, dedicação à cuja sombra o ministro grão-mestre conseguiria a perseguição religiosa, promulgou a lei do Ventre Livre, baseada nas idéias de Pimenta Bueno e, como se viu, filha do Grande Oriente de França.

A abolição estava praticamente feita, apesar de se alardearem os escassos benefícios da lei. O judaísmo maçônico queria a decretação pura e simples o mais breve possível de extinção do cativeiro, o que seria a destruição súbita de um capital de 485 mil contos, prejudicando a fortuna particular dos brasileiros, além de lançar na vida do país elementos inferiores, em nada preparados para a fruição da liberdade. "A abolição imediata, na opinião de Nabuco de Araujo, precipitaria o país no abismo." Era justamente o que as forças secretas pretendiam sob o manto de uma filantropia de aparência tentadora.

A campanha verdadeiramente abolicionista nesse sentido começou a ser intensificada em 1880. Veementes e brilhantes discursos de Joaquim Nabuco, na Câmara. Fundação por ele da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Fundação por Nicolau Moreira da Associação Central Emancipadora. Ligação com o ministro norte-americano Henry Washington Hilliard, a quem os abolicionistas mais evidentes ofereceram um banquete significativo (13). Agitação constantemente aumentando. Discursos. Conferências. Comícios. Faziam-se ouvir as vozes que, depois, pregariam a República: Lopes Trovão, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Brasil Silvado, Ciro de Azevedo. Ferreira de Menezes fundava a "Gazeta da Tarde", o primeiro órgão inteiramente abolicionista, que Patrocínio dirigiria em 1881. Ângelo Agostini punha seu lápis caricatural ao lado do abolicionismo, na "Revista Ilustrada". Por toda a parte se multiplicavam as Sociedades Abolicionistas e os Clubes da Lavoura que as combatiam. José do Patrocinio, o gigante negro da tribuna, era, no Rio de Janeiro, "a figura central e incontrastável do movimento popular (14)".

Em 1884, já a campanha abolicionista **battait son plein** pelo Brasil inteiro. Propaganda de imprensa excitando os escravos contra os senhores. Intervenções jornalísticas e até policiais no caso de castigos impostos aos escravos. Recusa da tropa em servir de capitão de mato, perseguindo os que fugiam. Sob a égide da maçonaria, o Ceará libertava seus negros e os das províncias vizinhas que para lá

corriam. Terra de Sol que se transformava em Terra da Luz e da Liberdade! Seguiam-lhe o exemplo o Amazonas e alguns municípios do Rio Grande do Sul. Apesar de todo esse movimento, o gabinete presidido pelo conselheiro Dantas adiou prudentemente a solução final, que seria a morte da agricultura e o acúmulo de uma população liberta e sem saber o que fazer da liberdade nas cidades e povoações. O gabinete Saraiva, que lhe sucedeu, preferiu tratar da questão eleitoral, "favorecendo a emancipação em termos genéricos e banais". Os estadistas de responsabilidade compreendiam a gravidade do problema e se declaravam **emancipacionistas**, mas não **abolicionistas**. Saraiva tentou reagir e caiu.

O Barão de Cotegipe (Gravura de Sisson).

Subiu ao poder o ministério João Alfredo. Era este um velho maçon, braço direito do grão-mestre visconde do Rio Branco na perseguição religiosa de 1872-1875, como ministro da Justiça. Cabia-

lhe dar provimento aos desejos do Grande Oriente. Estava-se em 1888 e a idéia abolicionista amadurecera. O Imperador viajava outra vez pela Europa e a Princesa Isabel, Regente do Império, cheia de piedade cristã, dava ouvidos às sereias que cantavam a redenção dos pobres cativos. O marido, vencedor de López, libertara os escravos do Paraguai vencido. Seus próprios filhos publicavam um jornalzinho abolicionista, o "Correio Imperial" (15).

D. Pedro II, no período final do Império.

Na verdade, a raça negra cooperara grandemente para a formação do Brasil. Num discurso notável, Joaquim Nabuco pintara com mão de mestre o panorama dessa colaboração fecunda. O suor africano fecundara o solo; o sangue africano ensopara os campos de batalha; o leite das mães pretas alimentara os filhos dos senhores brancos, a começar pelo próprio Imperador, quando pequenino órfão de carinhos maternos. Os duros sofrimentos do eito e as promiscuidades das senzalas comoviam as almas bem formadas. O Instituto Servil era uma nódoa na

civilização brasileira, uma lepra que roía até o osso o vasto corpo da Nação. Mas sobre isso como que esqueciam que repousava toda a economia nacional, cuja maior e melhor parte era a agricultura. O café pesava nos destinos nacionais. Não se podia destruir essa base sem criar imediatamente outra. Senão seria cavar aquele abismo a que aludia Nabuco de Araujo, no qual o Império fatalmente teria de soçobrar. As forças secretas defendiam a abolição, não por amor aos escravos, como os abolicionistas de boa fé, mas porque à sombra dessa filantropia magnífica sabiam que derrubavam o Trono.

Em 1888, concluiu-se sua obra. O projeto de extinção total da escravatura foi apresentado à Câmara, de ordem da própria Princesa Imperial, pelo ministro da Agricultura, Rodrigo Silva, no dia 8 de maio. Teve logo parecer favorável. No dia 9 o parecer entrou em discussão, independente de impressão e foi votado. Havia muita pressa. A 10, seguiu para o Senado, onde foi discutido a 11 e aprovado a 12. No domingo 13, em sessão extraordinária, votou-se a redação final. A Regente sancionou-o pouco depois. Grandes regozijos. Festejos. D. Isabel alcunhada a Redentora. Pensava ter conquistado o amor de seus súditos que lhe garantiria o Terceiro Reinado, diziam os maldosos. Era coração tão nobre e grande que sacrificava o Trono a uma boa ação. As forças ocultas aproveitaram-se dessa grandeza de alma sem o menor escrúpulo.

A última palavra contra a abolição foi pronunciada no Senado por Paulino Soares de Souza, visconde do Uruguai. Antes, o barão de Cotegipe falara contra o projeto, perorando como um profeta: "A verdade é que vai haver uma perturbação enorme no país durante muitos anos, o que não verei talvez, mas aqueles a quem Deus conceder mais vida, ou que forem mais moços, presenciarão. Se me engano, lavrem na minha sepultura este epitáfio. O CHAMADO NO SÉCULO BARÃO DE COTEGIPE, JOÃO MAURICIO WANDERLEY, UM VISIONÁRIO (16)!"

Podemos afirmar que o grande estadista tinha inteira razão. Sabemos que as perturbações nunca mais pararam. Assinando a lei da Abolição, a Princesa Imperial Regente, D. Isabel a Redentora, assinara, cheia de alegria, de espírito cristão e de bondade feminina, inconscientemente sugestionada pelas forças secretas, A SENTENÇA DE MORTE DA MONARQUIA!...

Capítulo VII

A ESTRELA FLAMEJANTE

A República foi, no Brasil, obra de uma "propaganda persistente, oculta e sutil (1)". Trabalho nitidamente maçônico, em que as lojas se serviram das forças armadas, depois de arrancarem todas as escoras do Trono: o prestígio que lhe dara o Altar, a força do dinheiro, as armas dos soldados e a organização do trabalho. Tudo foi feito em obediência a um plano bem pensado e bem traçado, que as forças ocultas começaram a executar desde que viram que a guerra do Paraguai, ao invés de precipitar o Brasil no abismo, com a derrota de seu Exército e a revolta dos negros à retaguarda das tropas batidas, mais ainda o unira, engrandecera e fortalecera. O movimento republicano teve de ser, assim, lentíssimo, aumentando somente em 1887, nas proximidades da Abolição, e acelerando-se depois dela (2).

A primeira manifestação republicana séria, de caráter coletivo, foi o Manifesto de 1870, de autoria do grão-mestre Saldanha Marinho, o GANGANELLI. No fim desse ano, já se fundava o Clube Radical, biombo da maçonaria e da bucha, articuladas na sombra. Eram seus oráculos o mesmo Saldanha Marinho e os altos maçons Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva. Dizia Silva Jardim que este último parecia, hirto e teso, guardar um SECRETO ETERNO... Transformaram o Clube Radical em Clube Republicano e fundaram o jornal "A República" (3). Iam criando audácia.

O movimento republicano gerara-se "no ventre da maçonaria em ação", reconheceu um maçon republicano, depois convertido à Igreja do Cristo (4). A Seita, guerreando esta na questão dos bispos, a enfraquecera e apagara "no coração dos católicos o amor que tributavam ao monarca". O povo tornou-se indiferente à sorte da Monarquia. E a maçonaria, fazendo de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e dos positivistas os instrumentos de seus embuçados propósitos, conseguiu alcançar seu "fim real" (5).

O impulso maçônico vinha de longe. "A maçonaria tinha conseguido do Imperador tudo quanto era possível, DISFARÇADA EM LIBERALISMO. Fundada no regime do padroado, tinha arrastado a Coroa à imprudência da Questão Religiosa, mas, achando-se o governo no beco cego em que se meteu pelo processo e prisão dos bispos, só tendo podido sair pela anistia, estava evidente que só a mudança de regime permitiria ir além na execução do diabólico plano (6)."

O Terceiro Reinado fôra condenado pela maçonaria, aliada à bucha de São Paulo, da qual raríssimas pessoas suspeitavam. A base de operações, o quartel general de ambas era a cidade de Campinas, onde os **trabalhos** passariam mais despercebidos do que na capital da província ou na Corte. Ali também o judaísmo tinha raizes profundas. Para aquela antiga povoação tinham ido muitos judeus sefardim portugueses, cujos descendentes se infiltraram no cerne das velhas oligarquias paulistas, como o rabino Mesquita, de ilustre descendência. Depois, chegaram judeus askenazim, como os Feldman, que se transformaram em Campistas. O seguinte documento prova de modo insofismável o que afirmamos sobre o foco maçônico-bucheiro-republicano da velha cidade paulista:

"A GLÓRIA DO GRANDE ARQUITETO DO UNIVERSO. À Aug.·. e Resp.·. Log.·............ Sess.·. das Lojs.·. INDEPENDÊNCIA E REGENERAÇÃO 3ª, em Campinas e Província de Província de São Paulo, em 20 de junho de junho de 1888, E.·. V.·.

Estas Augs.·. Lojs.·. no exercício pleno dos direitos mais antigos de nossa Sublime Ord.·. para uma representação ao Sapientis.·. Gr.·. Or.·. no sentido que passam a expôr:

Em sess.·. plena realizada em comum, no dia 15 do corrente, foi discutida e aprovada a proposta seguinte:

"Propomos que estas Augs.·. Lojs.·., inspirando-se no Santo Amor da Pátria, pronunciem-se com leal franqueza contra a próxima instalação do 3º Reinado, pelo previsto, ainda que lamentável falecimento do sr. D. Pedro II.

A Senhora Princesa Regente, futura Imperatriz do Brasil, é notoriamente católica fanática e seu espírito fraco todos sabem que é dirigido pelos padres romanos. O Príncipe Consorte, sr. conde d'Eu, é um homem avarento, educado na fatal escola do direito divino e do predomínio militar.

É claro, portanto, que a futura Imperatriz do Brasil, ou seja pela influência de seus confessores, ou de seu esposo, presidirá à mais intransigente perseguição à maçonaria do Brasil.

Em tal conjuntura é dever inelutável de nossa Ordem colocar-se ao lado da Pátria e CONSPIRAR RESOLUTA CONTRA o 3º REINADO (7). Assim, propomos:

1º que estas Augs.·. Lojs.·. pronunciando-se no sentido supra referido, dirijam a todas as Lojs.·. do Círculo pranchas convidando-as a pronunciarem-se sobre o mesmo assunto; 2º que uma especial representação seja dirigida ao Gr.·. do Brasil, solicitando o seu pronunciamento em relação à matéria desta proposta.

Ao Sapientis.·. Or.·. foi já remetida a representação de que fala a proposta. Agora, é com a mais cordial fraternidade que as Lojs.·. se dirigem às suas Irms.·. , invocando a sua confraternização neste empreendimento sério para a Maç.·. Bras.·.

As Lojs.·. que esta vos dirigem aguardam a vossa deliberação e rogam-vos a favor de comunicardes qual a deliberação que tomardes acerca do assunto da proposta e do que foi deliberado.

O Supr.·. Arq.·. do Un.·. vos ilumine e guarde. (Assinados): Os Veners.·. **Francisco Glicério**, gr. 33; **Cesar Augusto T. Santiago**, gr. 33. Os 1º Vigils.·. **Bento Quirino dos Santos**, gr. 33; Luiz Rotelli, gr. 18. Os 2º Vigils.·. **Antônio Benedito de Cerqueira Leite**, gr. 18; **Jaime Barros**, gr. 30. Os Orads.·. **Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães**, gr. 33; **Paulino Muniz**, gr. 18. Os Secrets.·. **Joaquim Inácio de Oliveira Leite**, gr. 3; **Vicente Leite de Camargo**, gr. 3 (8)."

A maçonaria nega que se meta em política. No entanto, CONSPIRA RESOLUTA contra um regime! No documento hipócrita se verifica a inanidade das acusações contra a Princesa Imperial e seu marido, cujos maiores defeitos eram ter fé e amar o princípio da autoridade... Depois dessa prancha, a maçonaria articulou a conspiração republicana. Começou fazendo do general Deodoro da Fonseca, que polarizava o descontentamento dos militares, grão-mestre, "sem que jamais tivesse sido iniciado NOS FINS REAIS da tremenda Seita"! depõe o dr. Felicio dos Santos. Continuou dando balanço nas forças maçônicas e pondo-as de prontidão para a primeira oportunidade.

Em fins de março de 1889, o "Boletim do Grande Oriente do Brasil", cuja publicação cessara em 1884, reapareceu com o fim de "levar oficialmente ao conhecimento dos maçons e dos revolucionários quais os chefes destinados a comandar os conspiradores (9)". As listas pormenorizadas dos altos maçons dirigentes, classificados pelas localidades, foram saindo uma após outra. Entre a maçonaria e a bucha, servia de elemento de ligação, ao que parece, o repúblico Silva Jardim, que, na Faculdade de Direito de São Paulo, com Teófilo Dias,

se sustentara graças às mensalidades daquela sociedade secreta. Levou seu segredo para as entranhas de Vesúvio, que o tragou...

O bucheiro Rangel Pestana elogia vastamente Silva Jardim. Na sua opinião, se houvesse dez iguais a ele, a República estaria proclamada no dia seguinte. Considerava-o a "maior força mental do movimento republicano". Fôra o grande propagandista das províncias, arriscando muitas vezes a vida nos comícios. Benjamin Constant Botelho de Magalhães via-o como um HOMEM PERIGOSO!... Em São Paulo, freqüentara o Centro Positivista, deixara-se penetrar pelo byronismo da Faculdade bucheira, como demonstram alguns de seus escritos e, pela mão de Teófilo Dias, penetrara na casa tradicional dos Andradas. Depois, rompera com Teófilo e com o positivismo. Com os Andradas, não. Eles o protegeram e acabou casando com uma irmã do panfletário separatista Martim Francisco. Alma da propaganda republicana, seguiu para o Norte no mesmo vapor em que viajava oficialmente o conde d'Eu. Enquanto o príncipe se encolhia, enfiado da companhia inconveniente, sua voz pregava a República. Tinha talento e coragem. Dissentindo dos organizadores da República, que o julgavam PERIGOSO, exilou-se voluntariamente e desapareceu tragado pela lava do vulcão, de modo até hoje para nós não explicado satisfatoriamente (10).

Diante dessa conspiração da Treva, o Império se via sem um apoio seguro. "Os senhores de escravaturas, representantes da grande lavoura, difícil de sustentar-se sem a escravidão, e a classe dos comissários, cujos interesses se identificam com os da lavoura, quase todos se declararam republicanos, e foi assim que se compôs o numeroso partido existente em 1889 (11)." Só lhe faltava o "batismo da adesão". Viria a seu tempo. Todas as crises — a religiosa, a financeira, a econômica, a militar e a da escravidão, do trabalho, tinham sido levadas ao apogeu por uma "intriga inteligente". Esse "trabalho dissolvente de sapa" — como escreve Calógeras — foi tirando uma a uma as colunas que sustentavam as arquitraves do Império: os bispos, os homens de negócios, as classes conservadoras, os soldados e os fazendeiros. Bastava um empurrão para vir abaixo. Deu-o a maçonaria desembainhando a espada de Deodoro, assessorado, aconselhado e arrastado pelo oráculo positivista, Benjamin Constant Botelho de Magalhães (12).

A queda do Trono estava anunciada desde 1877-1878 pelo deputado Afonso Celso de Assis Figueiredo, filho do visconde de Ouro Preto, em discursos na Câmara (13). Em 1877, chegava à Assembléia Provincial paulista a "primeira patrulha" de três deputados republica-

nos. Eram as guardas avançadas que tomavam posição. Em 1885, já se elegiam cinco deputados republicanos em São Paulo e Minas: Prudente de Morais, Campos Sales, Álvaro Botelho, Monteiro Manso e Lamounier Godofredo. Maçons e bucheiros ou ambas as coisas. Os dois primeiros chegaram à presidência da República. Monteiro Manso recusava-se prestar juramento sob os Evangelhos, como o barão de Rotschild na Câmara dos Comuns, criando um caso...

Por toda a parte se achincalhava o Imperador. No parlamento. Na imprensa. Nos teatros alegres. Seu exagerado liberalismo permitia todos os desrespeitos. Era o PEDRO BANANA. As rãs faziam pouco caso do pedaço de pau que Júpiter lhes dera e pediam outro rei. Viriam as cegonhas das ditaduras e semi-ditaduras devorá-las em breve... Já longe estava o tempo em que se clamava contra a tirania do Poder Moderador, que a Constituição do Império, no art. 98, considerava "a chave de toda a organização política" e que Braz Florentino e Zacarias de Góis e Vasconcelos discutiam e explicavam em obras monumentais. Queriam transferi-lo para o presidente do Conselho, de maneira a armar com arma melhor o maçon que atingisse o posto, pondo-o acima do soberano.

A velhice imperial colhia os remoques semeados pela maçonaria de todos os lados. Preparava-se a pá de cal do ridículo para os próximos "funerais da Monarquia", a "ominosa e corrupta Monarquia", como berravam os jornais maçonizados. Havia quem, como Martinho de Campos, se confessasse envergonhado de ser monarquista... (14) Nabuco achava ser preciso ter mais coragem para ser monarquista do que para ser republicano. Assoalhavam que o Imperador estava de miolo mole, apático, a morrer (15). Era mesmo o fim.

O republicanismo começou a pipocar pelo país inteiro na cauda da Abolição. As Câmaras Municipais de São Borja e de diversas localidades paulistas, mineiras e fluminenses, insufladas pelas lojas, pronunciaram-se oficialmente contra o Terceiro Reinado e pela República, sem que nada lhes acontecesse. A mais absoluta impunidade para os inimigos insolentes do regime. A cumplicidade do maçonismo governamental era evidente. A 1º de maio de 1889, reuniu-se no Rio de Janeiro, sob a presidência do conselheiro Dantas, o Congresso Liberal. Foi a revista geral das forças maçônicas que preparavam o advento da República. Nas discussões, às simples idéias liberais se misturavam claramente idéias republicanas. Manuel Vitorino atacava fortemente a monarquia. A opinião geral da assembléia manifestou-se favorável à federação das províncias, dando-se-lhes maior autonomia (16). O primeiro passo para a desagregação!...

Joaquim Nabuco lastimou a **atitude suicida** daquela geração, "arrastada por uma alucinação verbal, a de uma palavra — República, desacreditada perante o mundo inteiro, quando a acompanha o qualificativo — **sul-americana** (17)". Mas em seu favor conspiravam muitas forças: a bucha ignorada, a maçonaria secreta, o positivismo aliado à maçonaria, o bacharelismo enfeudado às forças ocultas, "o desgosto dos militares, o desejo de vingança dos fazendeiros e a habilidade dos republicanos históricos (18)".

Parece que havia até um desejo oculto de apressar o desenlace. Na noite de 15 de julho de 1889, ao passar à noite pelas ruas de carruagem, em companhia da Imperatriz, o Imperador foi alvejado a tiros por um **estrangeiro** (19). O atentado leva-nos fatalmente a pensar naquele trecho da prancha da maçonaria de Campinas, há pouco transcrita, que diz: "o previsto, ainda que lamentável falecimento do sr. D. Pedro II"... (?)

Quando o visconde de Ouro Preto subiu ao poder nesse Império agônico, a maçonaria decidiu dar o golpe sem detença. Apesar de iniciado na bucha de São Paulo, como todos os maçons que cursavam a Faculdade de Direito, era homem capaz de salvar o regime ou, pelo menos, de prolongar-lhe a vida, entravando o movimento que o destruía. "Modelo de honra, competência e capacidade de trabalho", no admirável juízo de Calógeras. "Franco, viril e sincero, nunca fugia de situações claras e desprezava métodos de processos coleantes: não parlamentava com seus adversários, mas carregava contra eles, com todo esforço combativo. Nenhum fingimento, nenhuma simulação, nenhum golpe secreto em sua tática partidária. Tudo em plena luz meridiana, sem sombras suspeitas nem compromissos. Um caráter de rigidez adamantina, inflexível e destemida. Um homem (20)."

EL HOMBRE chamava a Rainha de Castela a D. João II, como se lhe fizesse o maior dos elogios. O visconde era dos de antes quebrar que torcer.

Era necessário destruir esse homem que se tornara pelo seu valor pessoal o derradeiro esteio do Império moribundo. Acusaram-no de violências e arbitrariedades contra os militares. Açularam os militares contra ele. Campanha levada por diante sobretudo por dois maçons. Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, um no "Diário de Notícias", outro no "O País". Intrigavam. Exageravam as menores coisas. Concitavam o Exército, de longa data indisciplinado, à revolta contra a sua prepotência. Diziam que o ministro pretendia dissolvê-lo. Pintavam-no como inimigo das classes armadas, esquecendo o que ele fizera em prol da Marinha. No fundo, tinham medo de sua ação esclarecida e

enérgica. Exploraram os conflitos entre praças do 9º de cavalaria e a polícia, na capital de Minas, a ordem de embarque ao 22º para o Amazonas e a ida de Deodoro a Mato Grosso (21). Em tudo isso se seguia um plano oculto: forçar a tropa a derrubar o ministério. Por trás do ministério ou com o ministério cairia fatalmente a Monarquia. Não era possível conseguir esse desideratum de outra forma, por causa da "afeição agradecida de Deodoro ao velho Imperador".

O almirante Wandenkolk, que representava o republicanismo na Marinha, muitíssimo mais fraco do que no Exército, galgara a presidência do Clube Naval. O tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães presidia a Sociedade Militar e o Clube Militar, dois grandes focos de agitação, propaganda republicana e conjura. A 9 de novembro, enquanto o Governo Imperial oferecia no edifício da ilha Fiscal um grande baile ao comandante e oficiais do navio de guerra chileno "Almirante Cochrane", que nos visitava, os clubes militares se reuniam, ultimando as articulações do movimento republicano.

Entretanto nessa derradeira festa oficial da Monarquia, o ministro da Guerra, general Rufino Enéas Gustavo Galvão, visconde de Maracaju, primo do general Deodoro e maçon graduado, adormecia as suspeitas do presidente do Conselho acordadas pela polícia do conselheiro Basson, afirmando-lhe a pés juntos que ele e o ajudante general do Exército, Floriano Peixoto, isto é, o chefe do estado-maior, estavam vigilantes na defesa das instituições. Este último, também maçon, como se nada houvesse ou de nada soubesse, ainda no dia 13 de novembro escrevia uma carta ao visconde de Ouro Preto, agradecendo-lhe favores (22).

"Tudo se preparou **em segredo**, puramente em círculos militares, assistidos por poucos civis, estes exclusivamente das rodas republicanas." A data marcada para a explosão era 20 de novembro. Mas de 13 para 14 recearam que a polícia descobrisse alguma coisa. Antecipou-se a data, espalhando os boatos falsos do ataque ao Quartel General pela Guarda Negra e da prisão de Deodoro. O autor dos boatos era o próprio Benjamin Constant (23)! Na madrugada de 15 de novembro de 1889, as tropas começaram a mover-se (24). A 1ª brigada, do comando do general Antonio Enéas Gustavo Galvão, barão do Rio Apa, irmão do visconde de Maracaju, ministro da Guerra, e também primo de Deodoro, tomou as armas na noite de 14 de novembro. Pela manhã, começou a ocupar o campo de Sant'Ana, terreiro tradicional dessas manifestações de indisciplina maçônica, desde o 7 de abril de 1831.

As altas autoridades militares estavam maçonicamente mancomunadas com os rebeldes. Não tomaram a menor providência para defender o Quartel General. Nem sentinelas avançadas. Quando o ministério ali se reuniu para deliberar sobre as graves circunstâncias do momento, o visconde de Ouro Preto notou com surpresa que o ajudante general Floriano Peixoto dava ordens a todos os oficiais sempre em voz tão baixa que ninguém as podia ouvir...

A Escola Militar já estava sublevada na Praia Vermelha, tendo aclamado seu ídolo o tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães. O governo reuniu uma coluna composta de batalhões de polícia e do corpo de bombeiros, confiando-a ao general Almeida Barreto. Maçon e conjurado, pôs-se às ordens de Deodoro. O visconde de Ouro Preto mandou intimar este pelo ajudante general Floriano Peixoto a vir dar explicações de sua conduta. Floriano Peixoto partiu a cavalo e voltou pouco tempo depois. Já a artilharia da 1ª brigada estava assestada contra o edifício. Ouro Preto ordenou que a atacassem e Floriano recusou-se a obedecer, sob o pretexto de não combater irmãos. Irmãos ou **irmãos**? O barão de Ladário, ministro da Marinha, ao entrar no Quartel General, fôra ferido a tiro, porque resistira à ordem de prisão.

Afinal, o general Deodoro, acompanhado do tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, surgiu, arrastando a espada, na sala onde se reunia impotente o derradeiro gabinete ministerial da Monarquia. Disse que vinha depor o ministério, vingando as ofensas feitas ao Exército. Todos os ministros depostos podiam retirar-se para as suas residências, menos o visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho, e o conselheiro Cândido de Oliveira, ministro da Justiça (25).

Após a deposição do ministério nenhuma providência foi tomada para a proclamação da República pelas altas patentes insurretas. O general Deodoro, envenenado pela maçonaria e pelos positivistas, desejava mudar o gabinete, mas respeitava o velho Imperador, seu amigo e de sua família. Em setembro, escrevia a Clodoaldo da Fonseca que, no Brasil, **República e desgraça completa seriam a mesma coisa** (26). Informado por um telegrama de Ouro Preto, D. Pedro II descera de Petrópolis. Aconselharam que escolhesse Gaspar da Silveira Martins para organizar o novo ministério. O grande tribuno achava-se ausente do Rio; porém a notícia da escolha fez com que os associados maçons, bucheiros, positivistas e republicanos da empreitada conseguissem vencer as últimas relutâncias de Deodoro em proclamar a República, porque Silveira Martins era seu inimigo pes-

soal (27). O soberano convidou Saraiva, que dirigiu em telegrama a Deodoro, declarando nada empreender sem primeiro conferenciar com ele. Era tarde (28)!

A República foi atabalhoadamente proclamada na Câmara Municipal (29). Deodoro, acompanhado de seus principais colaboradores, passeou pelas ruas, aclamado pelos republicanos. Acabava de "destruir — como disse o presidente Rocas Paul de Venezuela, ao saber da novidade — A ÚNICA REPÚBLICA QUE HAVIA NO CONTINENTE SUL-AMERICANO". Começou neste dia a "paródia ridícula e sanguinária do regime democrático... imposição e artilha de um **grupo mínimo** no seio desta grande nação, misto de pedantesca ciência e teorias repelidas pelo simples bom senso, com exclusão absoluta da vontade e do voto do povo (30)". Essa exclusão absoluta do povo a que o visconde de Taunay alude neste trecho foi notada no próprio dia 15 de novembro de 1889 por um dos mais conspícuos líderes da nova República: "O POVO — escreveu Aristides Lobo — ASSISTIU BESTIALIZADO (31)!"

Era o começo de uma evolução política inteiramente judaico-maçônica, que levaria o Brasil à completa escravização financeira nas mãos de Rotschild **et reliqua**, à amoralidade política, à indisciplina social, às quarteladas sem finalidade patriótica, à corrupção dos costumes, ao cosmopolitismo dissolvente e ao revolucionarismo. Da República Liberal Federativa e Presidencial maçônico-positivista passaríamos a uma República Social-Democrática bucheiro-judaica, primeira etapa do comunismo...

O germen deste surge miudinho na obra de 15 de novembro de 1889. Nessa ocasião, o navio-escola "Almirante Barroso" fazia uma viagem de circunavegação sob o auri-verde pavilhão imperial, levando a bordo o príncipe D. Augusto, oficial de marinha, neto do Imperador. Comandava-o o então capitão de mar e guerra Custódio José de Melo. A 17 de dezembro recebeu este em Colombo, capital de Ceilão, o seguinte telegrama do almirante Wandenkolk, ministro da Marinha do Governo Provisório do Brasil: "Mandei instruções Bombay. Procure seguir breve. Príncipe peça demissão serviço. Brasil República. Recebereis nova bandeira Nápoles. Deveis içar agora mesma nacional, substituindo coroa ESTRELA VERMELHA. (a.) **Wandenkolk** (32)."

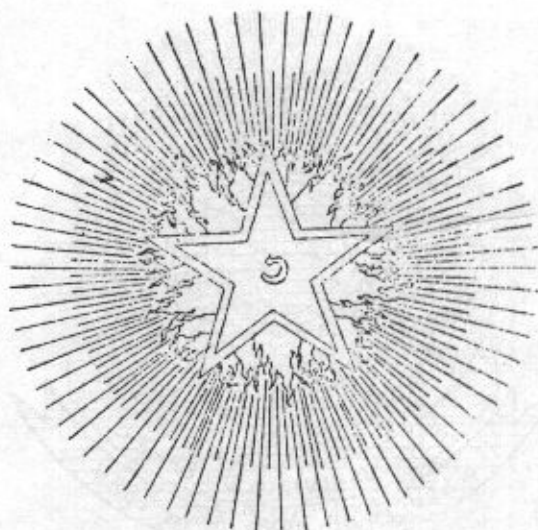
Escapamos por felicidade dessa ESTRELA VERMELHA dos Soviets, mas não escapamos da ESTRELA FLAMEJANTE da maçonaria, a que já aludia o velho José Bonifácio no Manifesto do Grande Oriente de 1831-1832. A República podia ter se contentado em substituir no brasão imperial a coroa por um barrete frigio. Mas não se

limitou ao timbre; aboliu toda a heráldica, que não pertencia ao regime monárquico e sim à Nação, em cujo patrimônio tradicional se integrava. A Cruz da Ordem Militar de Cristo simbolizava o espírito cristão em que se plasmara a nacionalidade desde a Primeira Missa. A Esfera Armilar simbolizava as navegações e os descobrimentos, tendo sido dada como emblema especial ao Brasil por El Rei D. Manuel o Venturoso. Cruz e Esfera foram arrancadas para se adotar em seu lugar um escudo maçônico e um lema positivista — ORDEM E PROGRESSO. A Sociedade Positivista de Paris felicitou o Governo Provisório por tê-lo escolhido (33). O governo babou-se de gozo: felicitações de Paris!.... O governo babou-se de gozo: felicitações de Paris!...

"A República, na confecção das suas armas, — escreve Clovis Ribeiro — rompeu violentamente com todas as tradições da simbologia nacional, suprimindo totalmente a Esfera Armilar... Quanto à Cruz da Ordem de Cristo, a aboliu por considerá-la "um símbolo de divergência"... Chegou-se ao cúmulo de confiar o desenho das armas republicanas a um modesto litógrafo **estrangeiro**, muito hábil confeccionador de marcas de cigarro, mas leigo em heráldica e ignorante das nossas tradições. O resultado desse erro é que temos hoje como emblema heráldico da Nação um símbolo ridículo, extravagante, de deplorável mau gosto e sem nenhuma significação, mais parecido com uma marca industrial do que com um brasão de armas nacionais (34)."

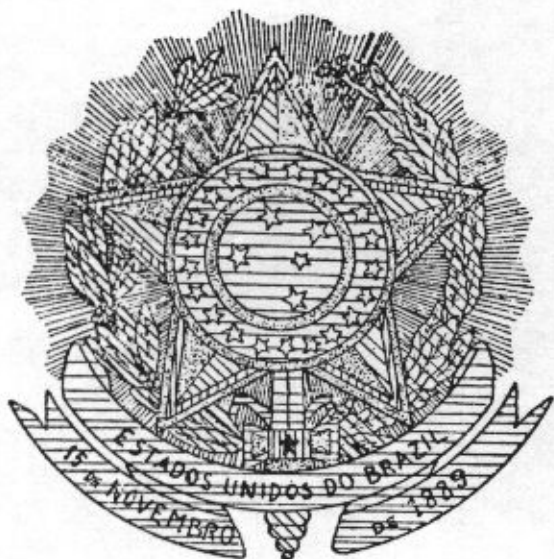
O lema sectário e o escudo horrível provocaram sempre a animadversão da gente culta do Brasil e freqüentes têm sido as campanhas para a sua substituição, sem que nada se consiga. Essa marca não é sem significação, como disse Clóvis Ribeiro. Antes, pelo contrário. Ela tem uma significação profunda. Exprime o domínio da maçonaria judaica sobre o Brasil e é essa a razão por que ninguém consegue destruí-la. Ela é a ESTRELA FLAMEJANTE das lojas, a ESTRELA DE CINCO PONTAS de Israel. Vejamos sua interpretação de acordo com livros e documentos da maçonaria.

Na iniciação maçônica, a ESTRELA FLAMEJANTE é o símbolo do Iniciado: "Iniciaticamente, a ESTRELA FLAMEJANTE é a imagem do Homem Evolucionado, dotado de poderes psíquicos, diferindo nisto, como pelo trabalho de sua inteligência, dos homens que não receberam o dom divino (35)." É o PENTAGRAMA IRRADIANTE, que indica o domínio da inteligência sobre os instintos; a ESTRELA DOS MAGOS, apontando o TEMPLO DE SALOMÃO AOS ARQUITETOS DE HIRAM; o ABSOLUTO no ser, na verdade, na realidade, na razão

e na justiça. Um dos raios volvido para a altura, dois apontando os Pólos, dois assinalando os membros inferiores, indicam a Inteligência dominando os Instintos, a Vontade dominando os Elementos, a Matéria Imponderável dominando a Matéria Ponderável. Pentáculo de Alta Magia (36)! O mesmo símbolo do Bafomet, Bode Preto das lojas. O G que aparece no meio da ESTRELA FLAMÍGERA ou FLAMEJANTE quer dizer GNOSE, Sabedoria. "A letra G, gravada ou incrustada na ESTRELA que se vê nos Templos é, para o companheiro, a inicial da palavra **Geometria**, a quinta das ciências; foi substituída pelos maçons do Rito Moderno ao IOD dos hebreus ou primeira letra da palavra JEOVÁ. O IOD significa **princípio** na interpretação cabalística. Para os Mestres conserva a significação natural, a idéia, a imagem, o nome de Deus (37)." "A ESTRELA FLAMEJANTE que se vê nos Templos Maçônicos — revela um ex-maçon — traz no meio a letra G. Faz-se crer aos iniciados que é a primeira letra da palavra inglesa GOD, Deus. Mas aos verdadeiros **eleitos**, aos Kadoschs, grau 30, se explica que significa GNOSE. A maçonaria é, portanto, a herdeira direta da GNOSE (38)!"

Estrela flamejante dos templos maçônicos, segundo a obra de Henri Durville.

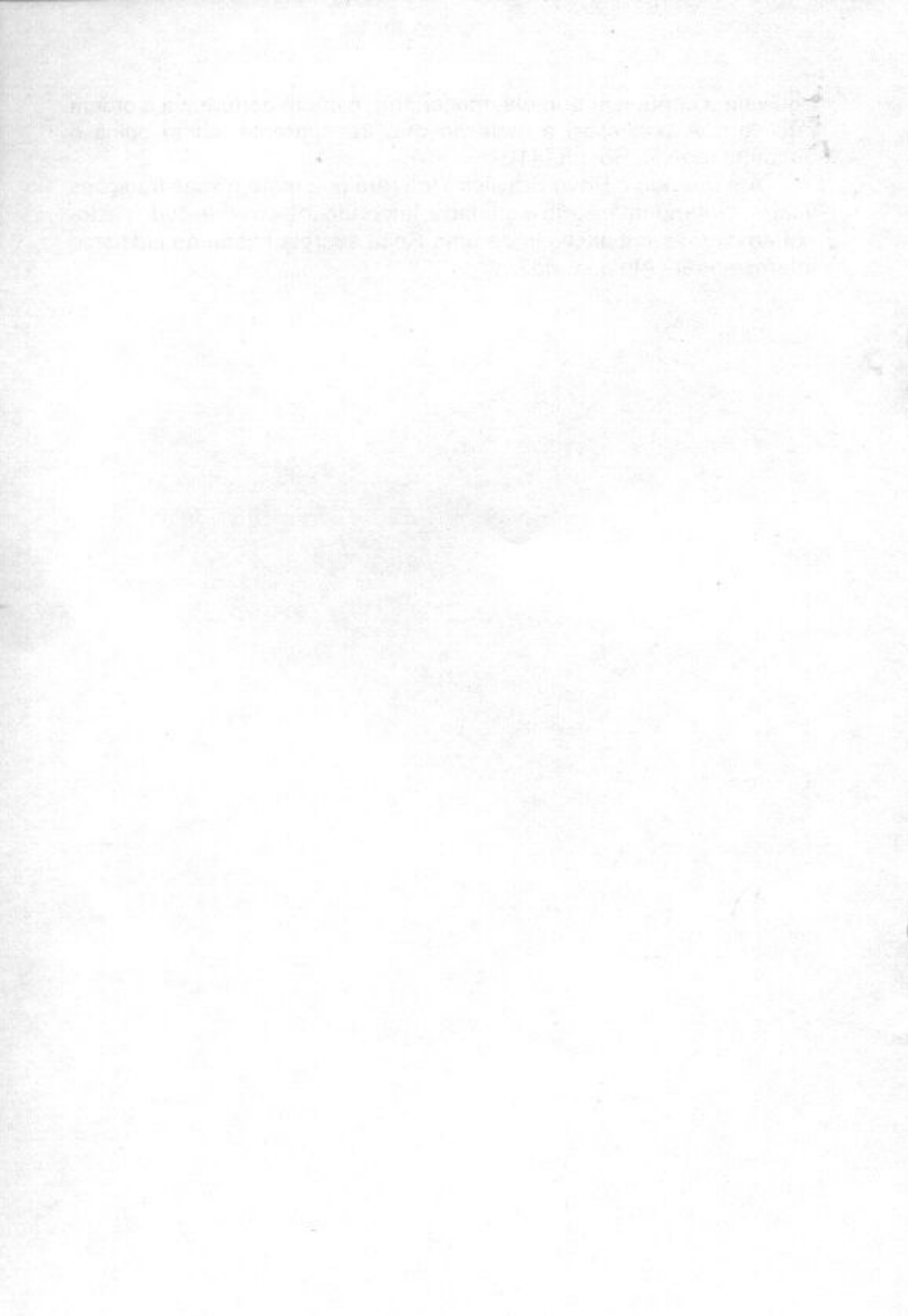
No brasão maçônico da República Brasileira de 1889, vemos a ESTRELA FLAMÍGERA ou ESTRELA FLAMEJANTE, já maçonicamente explicada. No centro, desapareceu o G da GNOSE, vendo-se em seu lugar o círculo de estrelinhas dos Estados e o Cruzeiro do Sul. O G pode ser facilmente figurado por uma linha unindo as estrelas dessa constelação. Entre os dois raios voltados para baixo, aparece o copo em cruz de uma espada. Que é? Consultemos os mestres de

ocultismo e maçonismo, e veremos que é simplesmente o GLÁDIO MAÇÔNICO, que simboliza a luta e a igualdade maçônicas, a guarda dos mistérios e o domínio da natureza. O GLÁDIO ESTÁ SEMPRE LIGADO À ESTRELA FLAMEJANTE", formando ambos um conjunto simbólico inseparável (39).

O estudo que acabamos de fazer demonstra à saciedade que a **marca** da República não nasceu do acaso, nem do mau gosto proverbial dos positivistas, ou ainda da pouca inteligência de um gravador **estrangeiro**. Foi propositalmente escolhida e tem alta significação secreta maçônica.

Estrela flamejante e gláudio maçônico, impostos disfarçadamente à república brasileira.

Pouco depois de proclamada a República, o Governo Provisório recebia este ofício significativo: "Ao Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. **Saúde e fraternidade!** O GRANDE ORIENTE DO BRASIL, em nome e como Representante da ORDEM MAÇÔNICA, dirige sua respeitosa saudação ao Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, ao qual declara ADERIR E OBEDECER, dando assim uma GARANTIA CERTA DA ORDEM PÚBLICA E DA REORGANIZAÇÃO DO PAÍS. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1889 (40)." O documento é formidável! Em primeiro lugar, como é que a maçonaria já sabia em 20 de novembro de 1889, cinco dias após a proclamação da República, que esta iria ser Estados Unidos do Brasil? A forma federativa foi consagrada em 1891 pela Constituinte. Como é que sabia? Ou isso estava no plano que se devia seguir e se seguiu? Em segundo, por que a adesão e obediência da maçonaria importavam numa garantia certa da ordem pública? Isso

equivale a confessar que ela, maçonaria, é quem perturbava a ordem pública... A confissão é mais do que transparente, como opina o documentado P. Rosen (41).

Até quando o Povo Brasileiro tolerará que matem suas tradições vitais e o ofendam na sua dignidade, impondo-lhe como escudo nacional emblemas cabalísticos de uma Seita secreta ligada ao judaísmo internacional? Até quando?...

APÊNDICE

O SUPREMO PONTÍFICE PIO IX FULMINA A MAÇONARIA BRASILEIRA

PARA conhecimento dos católicos, abaixo transcrevemos da "Exortoei in ista ditione", de 29 de abril de 1876, dirigida aos bispos do Brasil pelo Pontífice Pio IX, o seguinte trecho:

....

....

"Entretanto, para que em assunto tão grave não possa restar dúvida alguma nem haver lugar a algum engano, Nós não omitimos, nesta ocasião, novamente declarar e confirmar que as sociedades maçônicas QUER AS QUE EXISTEM NESTE PAÍS, quer em qualquer outra parte do mundo, sociedades que muitos ou ENGANADOS ou ENGANADORES afirmam só terem em mira a utilidade e o progresso social, e o exercício da mútua beneficência, ACHAM-SE PROSCRITAS E FULMINADAS PELAS CONSTITUIÇÕES E CONDENAÇÕES APOSTÓLICAS, E QUE TODOS OS QUE DESGRAÇADAMENTE SE ALISTARAM NAS MESMAS SEITAS INCORREM **ipso facto** EM EXCOMUNHÃO MAIOR RESERVADA AO ROMANO PONTÍFICE.

Desejamos porém vivamente, Veneráveis Irmãos, que, ou por vós mesmos ou por vossos cooperadores, admoesteis aos fiéis a respeito de tão perniciosa peste e vos esforceis por conservá-los imunes da influência dela, LANÇANDO MÃO DE TODOS OS MEIOS AO VOSSO ALCANCE. E, com não menor solicitude, recomendamos ao vosso zelo que, pela pregação da palavra de Deus e por oportunas instruções, cuidadosamente se ensine a esse povo cristão a doutrina religiosa; pois bem sabeis a grande utilidade que desta parte do sagrado ministério, quando bem desempenhada, resulta para o rebanho cristão, e, quando negligenciada, os gravíssimos danos que daí procedem."

....

Note-se a data desse documento. É o epílogo da triste **questão religiosa** e da perseguição à Igreja Brasileira, feita pela maçonaria sob o comando do Grão-Mestre Visconde do Rio Branco, ao mesmo

tempo Presidente do Conselho de Ministros do Imperador D. Pedro II. Foi esse o resultado de tanta calúnia e injúria, de tanta blasfêmia, da iníqua prisão e condenação dos Bispos do Pará e de Olinda.

A carta de Pio IX é a resposta à famosa mentira diplomática — a célebre carta **Gesta tua non laudantur**, inventada pelo governo maçônico.

Assim, pois, ficaram subsistindo as condenações da Maçonaria brasileira pelo Papa.

Quanto ao fim real da Maçonaria — a destruição da Religião de Jesus Cristo — não sabemos explicar porque ainda há quem duvide, tantas são as declarações dos próprios chefes em todos os tempos, e tantas as encíclicas de todos os Papas, desde Clemente XII no meado do século XVIII, que profeticamente denunciou os males que aquela seita faria à sociedade: e isso anos antes da Revolução Francesa!

A MAÇONARIA EM AÇÃO

Os reais autores da revolução de 15 de Novembro, pretendendo impor a República, **tal qual a tinham engenhado e engendrado**, eram bastante hábeis para se não deixarem iludir pela falta de resistência à revolta, e até pelo entusiasmo de momento do povo, ávido de mudanças e ignorante dos intuitos dos **cabeças**. Bem compreenderam estes que, quando viesse à luz meridiana o feto monstruoso gerado no ventre da maçonaria, da repugnância de uns e da repulsa formal de outros sucederia a falta de armas que o adotassem: era necessário alimentá-lo artificialmente, como tem sido até hoje.

Deixemos as metáforas; digamos francamente a verdade, sem parábolas. É tempo de fazê-lo. Não convinha absolutamente, **a esta República**, uma eleição verdadeira que seria a completa condenação dela. E nem convém, enquanto não desaparecer a geração que conheceu a monarquia, enquanto não estiverem senhores de suas posições a rapaziada que ela vem educando no sistema de materialismo e ateísmo que é a sua essência. Porque **esta República**, consciente ou inconscientemente, é o produto do ódio mais ao Rei dos Séculos do que mesmo à dinastia de Bragança ou a outra qualquer dinastia reinante, muitas das quais lhe são mais simpáticas do que uma **República cristã...**

Porque **esta República** é a revolução rolando sobre a sociedade cristã o seu carro, mais destruidor do que o da deusa Kali da Índia em Jaggernat. **Esta República** é a mesma da França e de Portugal.

Se a Princesa Imperial se prestasse a pactuar com o pestilento liberalismo, muito provavelmente sucederia mansamente ao venerando Imperador.

Porque **esta República** chama-se **maçonaria em ação**, e o povo brasileiro ainda não está bastante maçonizado para que se lhe confie hoje a maioridade eleitoral, e muito menos o estava em 1889, embora já **bestializado**, como disse Aristides Lobo.

Querem uma prova histórica? Aí vai:

> Quando se proclamou a República, alguns dos chefes, enganando-se sobre os sentimentos e opiniões do velho propagandista Joaquim Felício, e talvez lembrando-se que ele fôra filiado à maçonaria, quando estudante em S. Paulo, chamaram-no ao Rio e confiaram-lhe a confecção de uma lei eleitoral.
>
> Acompanhamos o honesto ancião nas suas cogitações e elucubrações. Fez ele o esboço de um sistema de representação proporcional, de garantias a todos os partidos, de qualificação real de todos os cidadãos **ativos** para a votação dos representantes do povo nas municipalidades, e de uma triagem para os eleitores dos cargos mais elevados, etc. Queria ele entregar ao Poder Judiciário, cuja absoluta independência deveria ser inatacável, o julgamento das eleições impugnadas. Opinava que, uma vez terminada a eleição, o reconhecimento dos poderes, por ela conferidos, era uma questão de direito, que não podia ser decidida pelas paixões partidárias dos corpos eletivos. Opinava por uma quase oligarquia judiciária, como a única solução a esses pleitos, em vez de confiá-la à sentença de maiorias irresponsáveis individualmente.
>
> Não podemos aqui expor todo o arcabouço da lei eleitoral projetada por Joaquim Felício "com o fim de obter uma expressão exata da vontade pessoal". E para que o faríamos depois do acolhimento que teve a simples e sucinta exposição dela ao Governo Provisório?
>
> Avalie-se o pasmo dos ministros e a sua decepção diante de tanta ingenuidade!

Com esse sistema — disseram eles — amanhã estará restaurada a monarquia.

Só por atenção às suas cãs, não lhe responderam com uma gargalhada... Delicadamente o dispensaram da comissão, e, poucos dias depois, publicava-se o célebre regulamento Alvim para as eleições (?) que deveriam indicar quem aprovaria o projeto da Constituição, — extrato fluido da revolução maçônica, como o reconheceu com desvanecimento o Gr.·. Or.·. do L.·., o qual fôra a 1ª **potência** que reconheceu a República, como sua digna filha — a 16 de abril de 1889: já o demonstramos documentadamente.

Por descuido, vieram eleitos alguns católicos. Estes, com os **positivistas não maçons** — filósofos, doutrinários ingênuos — fizeram maioria de surpresa e de poucos votos, emendando o projeto no sentido de libertar as Igrejas, embora mantendo intacto o horrível decreto de banimento de toda idéia religiosa na política.

Tivemos, pois, uma República atéia, e, portanto, fundalmente materialista, em vez da República anti-cristã como as de França e Portugal.

Contentou-se com isso o maçonismo, e com razão. Não convinha pretender logo tudo explicitamente na América: implicitamente ficou o essencial: sem Deus não há povos governáveis, há povos domináveis.

A. FELÍCIO DOS SANTOS
(Do jornal católico "A União" — Setembro de 1927.)

A PROFECIA DE BENJAMIN FRANKLIN

Benjamin Franklin, um dos Americanos mais eminentes que até hoje viveram e cujo nome nunca se esquecerá, declarou por ocasião da promulgação da Constituição Americana, isto é, há 150 anos, perante toda a assembléia:

> "Em qualquer pais, onde os judeus procuram se estabelecer em maior quantidade, desrespeitam a moral ética e a honradez comercial; isolam-se, em vez de se assimilarem. Troçam da religião cristã e procuram trabalhar contra a mesma, não concordando com os respectivos costumes religiosos do país. Criam nos diversos países onde residem, estados independentes, e em todos casos e partes, onde as autoridades procuram evitar isso

causam a ruína do respectivo país. Por exemplo: Espanha e Portugal.

Desde há 1700 anos que os judeus se queixam que foram expulsos da Palestina. Mas se hoje o mundo lhes desse outra vez a Palestina, achariam motivos quaisquer para não voltarem para lá. Por quê? Porque todos os judeus são vampiros, e vampiros não vivem de vampiros.

Eles não podem viver por si próprios.

Eles exploram os povos cristãos e prejudicam todas as outras nações, com exceção de sua própria raça.

Se os senhores não os excluírem da Constituição dos Estados Unidos, eles, dentro de 200 anos, **terão entrado em tão grande quantidade em nosso país**, que o dominarão e engolirão. Modificarão a nossa forma de governo, pela qual nós, Americanos, demos nossas vidas e nosso sangue, e pela qual arriscamos a nossa liberdade.

Se os senhores não os excluírem, então nossos descendentes terão, dentro de 200 anos, de trabalhar somente para os judeus, que, sentados em suas poltronas estofadas, contarão somente o dinheiro por nós ganho.

Previno aos senhores! Se não excluírem os judeus por todos os tempos, seus filhos os condenarão em seus túmulos. Os judeus são asiáticos e nada mais, qualquer que seja o lugar onde tenham nascido.

Costumes e usos judaicos não servem para a **vida dos Americanos**, mesmo que o judeu viva dez gerações em nosso meio. Um leopardo não deixa os seus costumes. Os judeus são asiáticos e, podendo entrar aqui, um perigo para o nosso país.

Deviam ser excluídos constitucionalmente."

NOTA — Benjamin Franklin, Diretor Geral dos Correios, fez em 1776 a declaração da independência dos Estados Unidos da América e conseguiu, como ministro plenipotenciário em Paris, o reconhecimento da mesma pela Inglaterra. De 1784 a 1788, foi Presidente do Congresso da Pensilvânia. Célebre pela sua invenção do pára-raios. Era maçon. Conhecia, portanto, de perto as forças secretas. A sua profecia sobre o "futuro judaico" dos Estados Unidos é notável!

O MINISTÉRIO DO SANGUE

Sobre o crime ritual judaico, exercido geralmente contra crianças cristãs, eis o que escreve documentadamente Eduardo Drumont, no seu livro "La France Juive", 23ª ed., Flammarion, Paris, t. II, pgs. 381 e segs.:

"Hipócrita entre os franco-maçons e protestantes, e sobretudo exagerada por esse servilismo que leva certos homens a se porem sempre do lado do mais forte, a perseguição religiosa toma, com os judeus, um caráter de aspereza todo especial. Nada para eles mudou. Odeiam o Cristo hoje como o odiavam no tempo de Tibério Augusto. Cobrem-no com os mesmos ultrajes. Vergastar o crucifixo na sexta-feira Santa, profanar as hóstias, macular as imagens sagradas era o grande prazer do judeu na Idade Média. É o seu grande prazer ainda agora. Outrora, atacava os corpos das crianças; nos nossos dias perverte suas almas com o ensino ateu. Sangrava em outros tempos. Presentemente envenena. Que varia mais?

Verificando a persistência desses sentimentos de ódio dos judeus, é impossível não falar um tanto longamente do seu sacrifício sangrento, acusação **mil vezes provada** e contra a qual continuam a se defender com o aprumo que os caracteriza.

Existiu realmente esse uso? A propósito do caso de Tiszla Elzlar, Renan passou aos judeus um certificado de bom procedimento. "Entre as calúnias geradas pelo ódio e pelo fanatismo, escreveu, não há mais absurda do que aquela que afirma que os judeus derramam sangue por ocasião de suas festas religiosas. Acreditar em semelhantes histórias é uma loucura monstruosa."

Infelizmente inúmeros fatos contradizem o suspeitíssimo testemunho de Renan.

Em 1071, em Blois, os judeus crucificaram uma criança e depois a lançaram ao rio. Em 1114, em Norwich, na Inglaterra, um menino de doze anos foi atraído a uma casa de judeus, onde sofreu os mais horrendos suplícios. Em 1179, o menino que a Igreja venera sob o nome de São Ricardo e cuja festa se celebra a 25 de março, foi assassinado pelos judeus no dia da Páscoa. Em 1181, outro menino, Radberto, foi morto pelos judeus, também na Páscoa. Em 1236, perto de Haguenau, três crianças de sete anos foram imoladas pelos judeus. Em 1244, um pequeno cristão foi martirizado. Em 1255, um menino de Lincoln, Hugo, foi seqüestrado até o dia da Páscoa judaica,

quando foi crucificado em presença de judeus vindos de todos os recantos da Inglaterra. Em 1257 e em 1261, houve atentados idênticos em Londres e em Wellsenbourg. Em 1261, em Pforztzheim, perto de Baden, estrangularam uma menina de sete anos. Em 1283, em Moguncia, os judeus sangraram uma criança vendida pela própria ama. Em 1285, sangraram outra em Munich. Em 1286, martirizaram durante três dias um rapazinho de 14 anos, chamado Uthernher. Em 1287, mataram na Páscoa o rapazinho Rodolfo, em Berna. Em 1292, 1293 e 1295, repetiram-se fatos idênticos em Colmar, Crems e ainda em Berna. Em 1303, degolaram o pequeno Conrado, filho de um soldado. Em 1345, degolaram o bem-aventurado Henrique. Em 1401, em Düssenlofen, no Wurtemberg, teve a mesma sorte uma criança de quatro anos. Em 1407, os judeus foram expulsos desse país, depois da prática de crimes semelhantes. Em 1429, em Rovensbourg, Luiz Von Bruck foi sacrificado pelos judeus de quem era copeiro, durante a Páscoa. Em 1454, na Castela, esquartejaram uma criancinha e cozinharam-lhe o coração. Em 1462, o menino André, beatificado pela Igreja, foi imolado. Em 1475, houve o martírio do beato pequeno Simão, em Trento. Em 1480, os mesmos crimes em Treviso e na Venécia. Em 1486, os judeus sangraram seis crianças em Ratisbona. Em 1503, o próprio pai de uma criança entregou-a aos judeus para o sacrifício. Em 1520, em Biring, foram sangradas duas crianças. Em 1541, os judeus torturaram durante três dias seguidos o menino Miguel, de quatro anos. Em 1547, em Rave, dois judeus crucificaram o filhinho de um alfaiate. Em 1569, o judeu Jacob de Leozyka degolou um menino. Em 1574, em Punia, na Lituania, o judeu Joaquim Smieilavicz assassinou uma menina de sete anos. Em 1597, nas cercanias de Siyalow, os judeus sangraram uma criança para aspergir com seu sangue a nova sinagoga. Em 1550, em Ladaen, o menino Mateus Jillech, de cinco anos, foi morto pelos judeus. Em 1670, o judeu Rafael Levi foi queimado vivo por ter sangrado uma criancinha.

Fatos análogos passam-se todos os dias no Oriente.

Todos esses crimes estão atestados por numerosos historiadores, cujos testemunhos alongariam sobremaneira este trabalho. O sr. Rupert, na sua "História da Sinagoga", citou algumas das mais impressionantes narrações.

Não há escritor da Idade Média que se não retira a tais fatos como coisa comuníssima.

O cronista saxão que menciona tudo o que se passa em volta de si, sem se esquecer de notar até o tempo que está fazendo, narrou o assassínio do menino de Norwich: "Naquele tempo, os judeus de

Norwich compraram uma criança cristã antes da Páscoa e a torturaram com as mesmas torturas feitas a Nosso Senhor, pendurando-a de uma corda na sexta-feira Santa. Queimaram-na depois. Pelos seus maravilhosos milagres, o povo a chama São Guilherme."

É Chaucer talvez o mais interessante a consultar sobre o caso. O grande poeta do século XV, que repousa em Westminster e sobre cujo túmulo gravaram alguns lindos versos de "A flor e a folha", foi o mais exato pintor dos hábitos de seu tempo. Os "Contos de Canterbury" ("Canterbury Tales") são uma espécie de Decameron a que serve de pretexto e moldura a peregrinação às relíquias de São Tomás Becket, que representou grande papel na vida inglesa de antanho e todos os anos atraía ao célebre santuário centenas de milhares de viajantes, não só da Inglaterra, como dos mais longínquos países. Reunidos por acaso peregrinos de todas as condições: um advogado, um fidalgo do campo, um capitão de navio, um médico, uma parteira de Bath, "viúva de cinco maridos somente", e uma superiora de convento, convém, a fim de matar o tédio da viagem, contar cada qual uma história. Nenhuma mais tocante do que a que conta a Priora e que é a história do filhinho de uma viúva sangrado pelos judeus em ódio a Jesus Cristo...

....

No seu nº de 1º de abril de 1882, "La Civiltá Catolica" reproduziu todos os documentos relativos ao processo de Trento, em 1475, conservados nos arquivos do Vaticano.

Nada mais estranho do que os pormenores desse processo que são de incontestável autenticidade. Nada mais empolgante do que as próprias confissões dos acusados. Revela-se bruscamente a nossos olhos todo um lado da vida do passado. Um judeu idoso, Moisés o Velho, com 80 anos, serviu-se de sangue cristão durante toda a sua vida. Isac de Colônia e Ricardo de Bréscia eram negociantes de sangue cristão e o forneciam por encomenda. Urso de Saxe era seu caixeiro viajante, o representante comercial dessa horrenda indústria. Ia de cidade em cidade, de gueto em gueto, oferecendo a pavorosa mercadoria, com uma carta de apresentação de seu rabino Spring. Outro dos acusados, Vitale, anagrama de Levita, tivera como iniciador seu tio Salomão, que habitava perto de Milão, em Monza. Geralmente, o sangue era misturado a um bolo de forma triangular, que, sem dúvida, deu a idéia do triângulo maçônico.

Nos tempos modernos, o processo de Rafael Levi, julgado em Metz, em 1670, é também muito interessante. Não cabe aqui a argüição de tempo muito afastado, de superstições e atraso. A coisa ocorreu em França no fim do século XVII. Todos os documentos estão

à disposição da crítica. Há neles todos os elementos de um drama emocionante. Se os judeus não abafassem obstinadamente tudo o que lhes desagrada, se se tratasse de um católico, já se teria contado esse processo célebre mil vezes e em fascículos ilustrados.

Para esse processo temos um guia excelente, a relação de conscienciosíssimo historiador, Amelot de la Houssaye, sob o título: "Resumo do processo feito aos judeus de Metz". Um padre do Oratório, Ricardo Simão, procurou timidamente atenuar os fatos num trabalho que reproduziu mais tarde no primeiro volume de sua "Biblioteca Crítica", porém era conhecido o gosto do paradoxo que dominava o religioso que assinava desse modo uma notícia sobre ele próprio, encontrada em Dieppe, em 1863: **R. Schimeon ben Joachim.**

Seja como for, as reservas de Ricardo Simão nada diminuem da realidade dos fatos, minuciosamente circunstanciados:

. . . .

Depois do caso de Rafael Levi, que não deixa a menor dúvida, o mais notável crime ritual é o assassínio do padre Tomás, em Damasco, em 1840, cujas menores particularidades são conhecidas, cuja evidência é impossível negar, porque isso ocorreu em pleno século XIX. Por ocasião do caso de Tisza Elzlar, o jornal "União da Alsacia Lorena" resumiu como meridiana clareza o famoso processo.

. . . .

Ao passar o padre Tomás pela porta de um israelita, na tarde de 5 de fevereiro de 1840, este, que se chamava David Harari, convidou-o a entrar. O sacerdote não podia desconfiar daquele convite, porque David Harari era considerado o judeu mais piedoso de Damasco. Mal se fechou a porta, David Harari, seus dois irmãos, seu tio e mais dois judeus precipitaram-se sobre o infeliz padre, imobilizando-o, amarrando-o e amordaçando-o.

. . . .

À noite, inquieto porque o sacerdote não voltava, seu criado cristão, Ibrahim Amoran, foi procurá-lo no bairro judeu, onde sabia que tinha ido. Teve a mesma sorte do amo. Foi agarrado e sangrado pelos judeus, que se tinham reunido "para obter sangue cristão e pô-lo no **doce pão** da festa do Purim".

O desaparecimento dos dois homens deu na vista. O cônsul francês tomou o caso a peito e exigiu um inquérito. Sabia-se que o barbeiro judeu Soliman fôra chamado aquela noite à casa de David Harari. Prenderam-no, interrogaram-no e confessou tudo. Acharam-se os restos mortais do padre e agarraram-se os criminosos.

. . . .

A raça judaica, dando admirável exemplo de seu espírito de solidariedade, pôs toda a Europa em movimento. Crémieux e Montefiore foram a Damasco, mas não puderam impedir a condenação que era inevitável diante de fatos provados, demonstrados, indiscutíveis; mas arrancaram do vice-rei, fazendo pesar sobre ele com toda a força a finança judaica cosmopolita, o perdão dos condenados...

No seu nº de 15 de junho de 1883, "O Monitor de Roma" citava os seguintes fatos recentes: "Há alguns anos, em Esmirna, escrevia-lhe seu correspondente em Constantinopla, ao aproximar-se a Páscoa judaica, foi roubada uma criança pertencente a uma das principais famílias gregas da cidade. Quatro dias mais tarde, o pequeno cadáver, todo esburacado de alfinetadas, deu à costa. Louca de dor, a mãe acusou os judeus do crime. A população cristão levantou-se em massa e foi ao bairro judaico, onde matou mais de seiscentos judeus. No ano passado, em Balata, gueto de Constantinopla, um menino foi atraído a uma casa judaica, onde mais de vinte testemunhas o viram entrar. No dia seguinte, seu cadáver boiava no Corno de Ouro. Como conseqüência, houve outro motim. Em Galata, deu-se a mesma coisa. O advogado Serulos, que gozava do maior renome na comunidade grega, enviou um memorial a todos os representantes das nações cristãs em Constantinopla, pedindo justiça e implorando vingança. Os judeus subornaram a polícia turca que deu sumiço aos interrogatórios e depoimentos das testemunhas. Obedecendo a ordens vindas do alto, o patriarcado ecumênico fez declarar por médicos estipendiados que a mãe da criança desaparecida estava presa de alienação mental. Abafou-se o caso, apesar dos esforços do advogado Serulos e os judeus depositaram no patriarcado uma quantia suficiente para o pagamento de uma pensão à mãe da criança sumida."

No começo de 1883, duas crianças pertencentes a famílias maltesas foram roubadas por um judeu. Com as informações fornecidas pelo pai de uma das crianças, sr. Caruana, o jornal "Estambul" chamou a atenção da polícia para o fato e reclamou energicamente a punição do culpado. O caso ecoou formidavelmente na cidade e revoltou toda a população.

Sua Excelência o Paxá Bahri, chefe de polícia de Pera, e o comissário de polícia de Galata, encarregado da abertura do inquérito, convencidos por mil razões monetárias, abstiveram-se de interrogar o pai, a mãe e a madrinha das pequenas vítimas, assim como um açougueiro turco que as arrancou das mãos do judeu.

O "Estambul" recusou-se a desmentir a notícia, embora para isso lhe oferecessem uma subvenção de mil francos por mês. Que fizeram

os judeus? Mediante uma gorgeta de seis mil libras, isto é, uns trinta e sete mil francos, obtiveram a supressão do jornal e tudo foi abafado.

Sem poder negar fatos dessa ordem, os judeus pretendem sempre que são atos de ferocidade individual e não o cumprimento de um preceito litúrgico. Ainda aí a ciência alemã os convence de mentira. O doutor Justus, em uma brochura publicada em Paderborn, "Judeus Spiegel", declara: "Os livros teológicos dos judeus se dividem em duas categorias, isto é, Peschath e Kabala. À primeira classe, pertencem o Talmud e o Schulchan. Ora, segundo o Schulchan Aruch, NÃO É PECADO UM JUDEU MATAR UM CRISTÃO (Leis 50 e 81). No Talmud publicado em Amsterdão, em 1646, SE ORDENA AOS JUDEUS EXTERMINAR OS DISCÍPULOS DO NAZARENO (Sanhedrin Pireck X, Cheleck e Aboda, Sarah Pireck I)." Lê-se algumas páginas mais adiante: É espantoso que o sangue das Klipoth, isto é, das raparigas não judias, seja tão agradável sacrifício ao Céu. É tanto que DERRAMAR O SANGUE DE UMA RAPARIGA NÃO JUDIA É SACRIFÍCIO TÃO SANTO QUANTO O DOS MAIS PRECIOSOS PERFUMES E, AO MESMO TEMPO, UM MEIO DE SE RECONCILIAR COM DEUS E OBTER SUA BÊNÇÃO."

Aliás, a questão foi plenamente elucidada em um livro curiosíssimo: "Refutação da religião dos judeus e de seus ritos por demonstração do Velho e do Novo Testamento". O autor era um judeu, nascido no século passado e de rabino tornado monge.

Nada mais singular do que o destino desse livro, mesmo para os que conhecem o cuidado com que os israelitas fazem desaparecer tudo quanto possa esclarecer a opinião a seu respeito. Publicado primeiro em 1803, em língua moldava, foi traduzido em grego moderno por João de Giorgio e em árabe pelos orientais, que, vítimas seculares dos judeus, se interessam pela questão judaica muito mais do que pensamos. Reimpresso várias vezes na Romenia, em Constantinopla e diversas cidades do Oriente, sempre desapareceu. A propósito escrevia um habitante de Damieta: "Pode-se dizer que possui grande tesouro quem tem uma cópia e mais rico ainda quem dispõe de um exemplar impresso. A razão disso é o ouro judaico que procura fazer desaparecer do mundo até a lembrança dessa obra."

Nova edição impressa em grego apareceu em 1834, na tipografia patriarcal. Foi de um exemplar dessa edição, ela própria tornada raríssima, que ilustre sabio italiano tirou e traduziu o capítulo especialmente consagrado ao rito do sangue, obra dada a lume em 1883 sob o título: "Il sangue cristiano nei riti etracci della moderna sinagogua —

revelazioni di neofito ex rabino monaco greco per la prima volta publicate in Italia versione del greco del professore N. F. S."

NOTA — Diante de documentações dessa ordem não nos podia assombrar o testemunho dos historiadores dos Muckers, de que eles praticavam o crime ritual.

Em fevereiro de 1936, o jornal inglês "The Fascist" procurou provar que o filho de Lindbergh fôra vítima de um crime ritual judaico, sendo a execução de Hauptmann o melhor meio que o ouro de Israel achara para desviar as suspeitas.

Chamamos a atenção dos nossos leitores que ainda não tenham, graças à moderna educação judaica, perdido a capacidade de refletir, àqueles em que a leitura dos jornais e o hábito de aceitar opiniões sob medida, não embotou a faculdade de observar e discernir, para os constantes desaparecimentos de crianças, de que nunca mais se sabem notícias e com cuja sorte a polícia nem se inquieta. O número de cristãos "desaparecidos" é verdadeiramente assombroso. Perguntamos ainda se, entre os anúncios dos jornais de pessoas que nunca mais voltaram para casa, se encontra alguma vez um judeu. Por que será que judeu não some?

NOTAS

I

(1) Gustavo Barroso, "História Militar do Brasil", ed. da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1935, pg. 211.

(2) Op. cit., pg. 255.

(3) Seeber, op. cit., pgs. 153-154; Thompson, op. cit., pgs. 115-117; Juansilvano Godoi, "Monografias históricas", 1ª série, pgs. 115-119, 141-143; Cecilio Baez, "Cuadros historicos y descritivos", pg. 194; O'Leary, "El mariscal Solano López", pgs. 198-199.

(4) Gustavo Barroso, op. cit., pg. 291.

(5) Correspondência reservada de Tamandaré e Porto Alegre com os ministros da Guerra e da Marinha, no Arquivo Nacional.

(16) Gustavo Barroso, "O Brasil em face do Prata", pgs. 65 e seguintes.

(7) Correspondência oficial entre Porto Alegre, Tamandaré e Mitre, no Arquivo Nacional.

(8) Depoimento do major Cunha Matos, prisioneiro de López libertado na mesma ocasião, no quartel general brasileiro de Assunção a 17 de março de 1869.

(9) Mastermann, op. cit., pgs. 199-200.

(10) "Diário do Exército", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", t. CXI, vol. 145, pgs. 579-588.

(11) Correspondência da guerra publicada no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de 7 de janeiro de 1869.

(12) Op. cit., pg. 204.

(13) "Campanha do Paraguai", Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1922, pg. 167.

(14) J. L. Rodrigues da Silva, op. cit., pg. 66. O autor maldiz a instituição capaz de obrigar a tamanha felonia contra a pátria.

(15) Tivemos nas mãos o diploma maçônico de Vasco Alves, mostrado por sua digna filha.

(16) "O fim da guerra", artigos de Zacarias de Góis e Vasconcelos, publicados no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, de fevereiro de 1869.

(17) Clavel, "Histoire pittoresque de la franc-maçonnerie".

(18) H. F. Decoud, "Una decada de historia nacional — 1869-1880", pgs. 90-91, 137, 159 e 391.

(19) Major Afonso de Carvalho, "O Brasil não é dos Brasileiros", pgs. 17 e segs.

II

(1) Bulwer Lytton e Evelyn Ashley, "The life of H. J. Temple, viscount Palmerston", ed. Butley, Londres, 1871; Madame Rattazi, "Rattazi et son temps", Paris, 1871, t. I, pgs. 99, 115, 132, 200, 311-312, 323 e 326; Diamilla Muller, "Politica secreta italiana", ed. Roux et Fayolle, Turim, 1880; Pe. N. Deschamps, "Les societés sécrétes et la societé", ed. Seguin, Avignon, t. III, pgs. 147-211.

(2) Rio Branco, op. cit., pgs. 223 e 348.

(3) "O Ponto Negro", Rio de Janeiro, 1872, pgs. 16-17.

(4) Fr. Luiz de Gonzaga, "Monseigneur Vital", liv. Saint. François, Paris, 1912, pg. VII.

(5) Pe. N. Deschamps, op. cit., t. III, pgs. 357 e segs.

(6) Prancha da Loja maçônica brasileira Conciliação, de 17 de agosto de 1867.

(7) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pg. 155.

(8) Op. cit., pgs. 177, 275 e 288.

(9) Antônio Manuel dos Reis, "O bispo de Olinda perante a história", tip. da "Gazeta de Notícias", Rio de Janeiro, 1878, pg. 7.

(10) Op. cit., pg. 9; Fr. Felix de Olivola, "Um grande brasileiro", Imprensa Industrial, Recife, 1936, pg. 83.

(11) Fr. Felix de Olivola, op. cit., pg. 81.

(12) Luiz da Câmara Cascudo, "Conde d'Eu", ed. da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1933, pg. 60.

(13) Pe. N. Deschamps, op. cit., t. III, pg. 575; D. Pedro Maria de Lacerda, "Reclamação". tip do "Apóstolo", Rio de Janeiro, 1873, pg. 102; Fr. Felix de Olivola, op. cit., pg. 82; "Boletim" do Grande Oriente do Lavradio, 1º ano, pg. 202-204; "Anais" da loja Firmeza e União, pgs. 222-224.

(14) Pe. N. Deschamps, op. cit., t. III, pg. 576.

(15) D. Antonio de Macedo Costa, "A questão religiosa no Brasil", ed. Lallemant Fréres, Lisboa, 1886, pg. 76.

(16) Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pgs. 6, 7, 11 e segs.

(17) Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pgs. 11 e segs.; Pe. N. Deschamps, op. cit., pgs. 578-579; Fr. Felix de Olivola, op. cit., pg. 92.

(18) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pg. 37.

(19) Op. cit., pgs. 102-104.

(20) Op. cit., pg. 122.

(21) D. Antônio de Macedo Costa, op. cit., pg. 126; Fr. Felix de Olivola, op. cit., pg. 126; Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pg. 111.

(22) "O bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom Senso", Recife, 1873.

(23) Antonio Manuel dos Reis, op. cit., pg. 16.

(24) Joaquim Nabuco. "Um estadista do Império", t. III, pg. 168; Vilhena de Morais, "O gabinete Caxias", pg. 53; Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pgs. 74 e 133.

(25) D. Antônio de Macedo Costa, op. cit., pg. 73.

(26) Pe. N. Deschamps, op. cit., t. III, pg. 583.

(27) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pgs. 256-257, 346 e segs.

(28) Op. cit., pg. 192.

(29) Op. cit., pgs. 131-132.

(30) Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pg. 89.

(31) Op. cit., pg. 205.

(32) Op. cit., pgs. 252, 270, 279 e 331.

(33) Op. cit., pg. 64.

(34) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pgs. 220-221.

(35) Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pgs. 19-20.

(36) Op. cit., pgs. 134 e segs.

(37) Op. cit., pg. 137.

(38) Op. cit., pg. cit.

(39) Op. cit., pg. 138.

(40) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pg. 142.

(41) Op. cit., pg. 144.

(42) "Biblioteca Maçônica", t. I, pg. 24; "O Ponto Negro", pg. 14; Draeske, "Astréa", 1849; Antonio Manuel dos Reis, op. cit., pg. 412.

(43) D. Antônio de Macedo Costa, op. cit., pg. 125.

(44) Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pgs. 352 e segs.

(45) Op. cit., pgs. 355 e segs.

(46) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pg. 156.

(47) D. Antônio de Macedo Costa, op. cit., pgs. 11 e 14; Discurso do deputado Ferreira Viana, na sessão da Câmara de 1874.

(48) D. Antônio de Macedo Costa, op. cit., pg. 65.

(49) Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pgs. 27 e segs.; Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pg. 374.

(50) Fr. Luiz de Gonzaga, op. cit., pgs. 294, 359 e segs.; Antônio Manuel dos Reis, op. cit., pgs. 53-54; Fr. Felix de Olivola, op. cit., pg. 134; "Annali Francescani", Milão, 1873; Carta do Pe. João Esberard, escrita de Paris em 18 de julho de 1878.

(51) Rio Branco, op. cit., pg. 324.

(52) "Journal de la maçonnerie belge", 1º e 8 do 12º mês de 5879, isto é, 1º e 8 de dezembro de 1879. V. a bibliografia anticlerical e anti-católica de Saldanha Marinno no "Dicionário bibliográfico" de Sacramento Blake, verbete "Joaquim Saldanha Marinho", v. II.

III

(1) Eduardo Marques Peixoto, "Questão Maurer — Os Muckers", "in" "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1907, t. LXVIII, p. I, pg. 393.

(2) Op. cit., loc. cit.

(3) Pe. Ambrósio Schupp, "Os Muckers", 2ª ed. Selbach & Mayer, Porto Alegre, pg. 18.

(4) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pg. 394; Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pgs. 28, 35 e 38.

(5) Pe. Ambrio Schupp, op. cit., pgs. 44 e segs.

(6) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pgs. 394-396; Artigo no "O Riograndense", de 24 de julho de 1874; depoimentos dos Muckers João Nicolau Fuchs e Augusto Wilborn; Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pgs. 41, 59 e 60; Teixeira de Melo, "Efemérides Nacionais", ed. da "Gazeta de Notícias", Rio de Janeiro, 1881, pg. 420.

(7) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pg. 395; Artigo cit. no "O Riograndense", de 24 de julho de 1874.

(8) Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pg. 69, in nota.

(9) Ofício do chefe de polícia, Luiz José de Sampaio, ao presidente da província, João Pedro de Carvalho Morais, de 14 de maio de 1873; idem do presidente ao chefe de polícia, de 16 de maio de 1873; Artigo cit. do "O Riograndense", de 24 de julho de 1874; Ofício do presidente da província ao ministro da Justiça, de 14 de junho de 1873; Relatório do chefe de polícia, de 2 de junho de 1873.

(10) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pg. 396.

(11) Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pgs. 66-67.

(12) Op. cit., pg. 69.

(13) Op. cit., pg. 214.

(14) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pgs. 399 a 401.

(15) Ofício do ministro da Justiça ao presidente da província, de 27 de dezembro de 1873; Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, de 20 de janeiro de 1874; Informação do subdelegado Lucio Schreider, de 28 de janeiro de 1874.

(16) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pgs. 403-404.

(17) Ofício do chefe de polícia ao presidente da província, de 17 de maio de 1874; Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pg. 405.

(18) Rio Branco, op. cit., pg. 324; Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pg. 418; Parte do coronel Genuíno Olimpio de Sampaio ao comandante das armas da província, general barão de São Borja, em 3 de julho de 1874.

(19) Artigo no jornal "O Riograndense", de 25 de junho de 1874; Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pgs. 426 e 430.

(20) Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pgs. 194-195; Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pg. 478.

(21) Eduardo Marques Peixoto, op. cit., pgs. 448, 451, 475, 488 e segs., e 498; Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pg. 387.

(22) Pe. Ambrósio Schupp, op. cit., pg. 385.

(23) Op. cit., pgs. 388-391.

(24) Op. cit., pgs. 398-399.

(25) V. "Le Talmud de Jerusalem", trad. francesa de Moisés Schwab, ed. Maisonneuve, Paris, 1932, XI, 5, 18, 19.

(26) Voltaire, "Dictionnaire Philosophique", art. JUIFS e JOPHET.

(27) Filion, "La Bible commentée", t. V, pg. 46.

(28) Bíblia, IV Reis, cap. 3, v. 27.

(29) Bíblia, IV Reis, cap. 3, v. 17; cap. 16, v. 3; II Paralipômenos, cap. 33, v. 3.

(30) "Bible Vence", ed. de 1820, t. III, pg. 44.

(31) "Dissertazione Apologetica".

(32) "L'assassinat maçonnique, le crime rituel, la trahison juive".

(33) Joseph Santo, "Les crimes rituels juifs"; Maynadal, op. cit.; "Revue Anti-Maçonnique", nº de maio de 1912; S. Courbe, "Ideal".

(34) "Le Figaro", Paris, nº de 28 de dezembro de 1922.

(35) "Union Israélite".

(36) Joseph Santo, op. cit.

(37) Op. cit. V. a reprodução de antigas iluminuras em que aparecem os judeus praticando o MISTÉRIO DO SANGUE na obra de P. Lacroix "Moeurs, usages et costumes au Moyen Âge", ed. Firmin Didot, Paris, 1871, sobretudo às pgs. 465, 469, 471 e 479, e o texto, pgs. 461 e segs.

IV

(1) Gustavo Barroso, "Brasil — colônia de banqueiros", 6ª ed., pgs. 79-83.

(2) Amaro Cavalcanti, "Resenha financeira do ex-Império do Brasil".

(3) Rio Branco, op. cit., pgs. 3 e 9; "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, nº de 1º a 5 de janeiro de 1880.

(4) Afonso Celso, "O visconde de Ouro Preto", ed. da liv. Globo, Porto Alegre, 1935, pgs. 33 e segs.

(5) Souza Carvaino, "A crise da praça".

(6) Amaro Cavalcanti, "O meio circulante no Brasil", pg. 30.

(7) "Os Protocolos dos Sábios de Sião", traduzidos e apostilados por Gustavo Barroso, 3ª ed., 1938, pgs. 206-207.

(8) Calixto de Wolski, "La Russie Juive", ed. Alberto Savine, Paris, 1887, pg. 25.

(9) Alberto Faria, op. cit., pg. 229.

V

(1) As insígnias maçônicas do general Osório estão expostas no Museu Histónco Nacional.

(2) V. Fernando Osório, "História do general Osório", t. II, pgs. 457 e segs.

(3) Carta de Caxias a Osório, na data citada, in "História do general Osório", cit., t. II, pg. 468.

(4) Discurso de encerramento do curso da Escola de Estado Maior, em 1931.

(5) Major Afonso de Carvalho, op. cit., loc. cit.

(6) "Biografia de Benjamin Constant".

(7) General Tasso Fragoso, loc. cit.

(8) Luiz da Câmara Cascudo, op. cit., pgs. 60-61 e 114.

(9) Oliveira Viana, "O ocaso do Império".

(10) Cristiano B. Ottoni, op. cit., pgs. 82-84.

(11) Calógeras, "Formação histórica do Brasil", ed. da Cia. Editora Nacioinal, São Paulo, 1933, pgs. 340-342.

(12) Op. cit., pg. 346.

(13) Rio Branco, op. cit., pg. 505; Cristiano B. Ottoni, op. cit.

(14) Calógeras, op. cit., pg. 348.

(15) Op. cit., pg. 351.

(16) "Os judeus na Independência do Brasil", "in" "Almanaque Israelita" de 1935, pg. 22.

VI

(1) Conde Cherep Spirodovich, "Le gouvernement mondial sécret ou la Main Cachée", Nova York, 1926.

(2) Percy Ward, "History of the Jew"; "Rewiew of the American Jewish Historical Society".

(3) Conde Cherep Spirodovich, op. cit., pg. 59.

(4) Burton Bendrick, "Les juifs en Amérique", pg. 107.

(5) "British Encyclopedia", art. Lincoln.

(6) "Un peu d'histoire américaine", "in" "Le Patriote", de Montreal, Canadá, nº de 2 de janeiro de 1936.

(7) "British Encyclopedia".

(8) Cristiano B. Ottoni, "O advento da República no Brasil", tip Perseverança, Rio de Janeiro, 1890, pg. 7.

(9) Op. cit., pg. 20.

(10) "O Ponto Negro", pgs. 16-17.

(11) Spencer Vampré, "Memória para a história da Academia de São Paulo", ed. Saraiva & Cia., São Paulo, 1924, t. I, pg. 123.

(12) Cristiano B. Ottoni, op. cit., pgs. 23-24.

(13) Evaristo de Morais, "A escravidão no Brasil", ed. da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1933, pgs. 159-160.

(14) Op. cit., pg. 206.

(15) Luiz da Câmara Cascudo, op. cit., pg. 104.

(16) Anais do Senado do Império, sessão de 12 de maio de 1888.

VII

(1) Calógeras, op. cit., pg. 348.

(2) Cristiano B. Ottoni, op. cit., pg. 78.

(3) Op. cit., pg. 70.

(4) A. Felício dos Santos, "A maçonaria em ação", "in" "A União", Rio de Janeiro, setembro de 1927.

(5) A. Felício dos Santos, "A maçonaria no Brasil", "in" "A União", Rio de Janeiro, dezembro de 1912.

(6) Idem.

(7) O versalete é nosso. Veja-se que, em nome do Amor da Pátria, a "Sublime" Ordem condena um reinado futuro, porque poderia perseguir a maçonaria... Se ao menos, a maçonaria soubesse redigir suas pranchas... Esta é um triste atestado de seu desconhecimento da língua e das regras mais comesinhas de estilo. Assina-a em primeiro lugar o sr. Francisco Glicério, que chegou a ter honras de general, quando as davam a três por dois, desmoralizando o posto, no início da República. Roi o gorado fundador do P. R. F., Partido Republicano Federal.

(8) A. Felicio dos Santos, idem.

(9) P. Rosen, "L'ennemie sociale". O autor deste livro precioso foi maçon, Inspetor Geral do grau 33. Converteu-se e publicou todos os documentos secretos que possuía.

(10) Silva Jardim, "Memórias e Viagens"; João Dornas Filho, "Silva Jardim", pgs. 10, 17-19, 33-34; Rangel Pestana, "Memória Política do Congresso Republicano Paulista", in José Leão, "Apontamentos para a biografia de Silva Jardim".

(11) Cristiano B. Ottoni, op. cit., pg. 78.

(12) Calógeras, op. cit., pgs. 350-351.

(13) Afonso Celso, "Oito anos de parlamento", pgs. 82-86.

(14) Afonso Celso, "O visconde de Ouro Preto", ed. da liv. do Globo, Porto Alegre, 1935, pg. 77.

(15) Rui Barbosa, "Queda do Império", pgs. 139 e 171; Alberto Rangel, "Gastão d'Orleans", pgs. 397 e segs.

(16) Op. cit., pgs. 42 e segs.

(17) "Agradecimento aos Pernambucanos".

(18) Taunay, "Império e República", ed. Weiszflog, São Paulo, pg. 22.

(19) Rio Branco, op. cit., pg. 346.

(20) Calógeras, op. cit., pg. 350.

(21) Visconde de Ouro Preto, "O advento da ditadura militar no Brasil", ed. F. Pichon, Paris, 1891.

(22) Op. cit.

(23) João Dornas Filho, op. cit., pg. 102.

(24) Calógeras, op. cit., pgs. 352-353.

(25) Visconde de Ouro Preto, op. cit.

(26) João Dornas Filho, "Silva Jardim", ed. da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936, pg. 121.

(27) Calógeras, op. cit., pgs. cits.

(28) João Dornas Filho, op. cit., pg. 106.

(29) Op. cit., pg. 107.

(30) Taunay, op. cit., 15.

(31) Art. "Acontecimento Único", "in" "Diário Popular" de São Paulo, de 18 de novembro de 1889.

(32) Almirante Caio Pinheiro de Vasconcelos, "Episódios históricos de uma viagem de circu-navegação", in "Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia", 1929, nº 55, pg. 387. O Museu Histórico Nacional conserva uma bandeira de um batalhão de infantaria dos primeiros dias da República com essa ESTRELA VERMELHA em lugar da antiga Coroa.

(33) Cristiano B. Ottoni, op. cit., pgs. 119-120.

(34) Clóvis Ribeiro, "Brazões e bandeiras do Brasil", ed. da São Paulo Editora Limitada, 1933, pgs. 92 e segs.

(35) Henri Durville, "Os mistérios da maçonaria e das sociedades secretas, pg. 64.

(36) Dario Veloso, "O Templo Maçônico", pgs. 221 e 241.

(37) "Livro Maçônico do Centenário, ed. do Grande Oriente do Brasil, 1922, pg. 142.

(38) Domenico Margiotta, "Le Palladisme", pgs. 42-43.

(39) Davio Veloso, op. cit., pgs. XXI, 236 e segs.

(40) "Boletim do Grande Oriente do Brasil", nº de novembro de 1889, pgs. 190-191.

(41) Op. cit., pgs. 301-308.